



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DÁLCIO ROSÁRIO ALVES

**DAS LUTAS ÀS LABUTAS:
A RESISTÊNCIA DE MULHERES NA PELEJA POR TERRA E EDUCAÇÃO NO
ASSENTAMENTO PAPA MEL DO MST**

**Brasília - DF
2018**

DÁLCIO ROSÁRIO ALVES

**DAS LUTAS ÀS LABUTAS:
A RESISTÊNCIA DE MULHERES NA PELEJA POR TERRA E EDUCAÇÃO NO
ASSENTAMENTO PAPA MEL DO MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

**Brasília – DF
2018**

ALVES, Dálcio Rosário. **Das lutas às labutas**: a resistência de mulheres na peleja por terra e educação no assentamento Papa Mel do MST. 2018. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

SALVE MARGARIDA

Fotografia 1 - Margarida



Fonte: <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/2016/08/12/ha-33-anos-margarida-maria-alves-era-assassinada/>

*Em meio as idas e vindas no
canaval, o fogo a
madrugada cobria e
muitos rostos cobertos
por cinzas
de mãos encalombadas e bucho vazio no silêncio
sofriam. Ouvia-se apenas os assobios e as
máquinas a vapor
de uma terra de grandes
contrastes onde o ouro foi branco
e preta era a fome.
Mas em voz de esperança uma guerreira não cansava de repetir
que a luta havia apenas de
começar. Estampidos por muitas léguas foram teus
gritos para nos guiar, até que uma triste notícia em
lágrimas escorria pela lagoa.
De que morrestes em luta mais não
em vão. Hoje incontáveis são as
essências de teu esforço e reconhecida
és nessa imensidão.*

(Alex Gabriel)

DÁLCIO ROSÁRIO ALVES

**DAS LUTAS ÀS LABUTAS:
A RESISTÊNCIA DE MULHERES NA PELEJA POR TERRA E EDUCAÇÃO
EM ASSENTAMENTO PAPA MEL DO MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses
Faculdade de Educação – FE/UnB
Universidade de Brasília (Orientador)

Prof. Dra. Nina Paula Ferreira Laranjeira
Centro de Estudos do Cerrado/UnB (Membro Externo)

Prof. Dra. Natália Cassettari
Faculdade de Educação – FE/UnB (Membro Interno)

Prof. Dr. Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva
MST (Membro Suplente)

Eu Só Peço a Deus
Beth Carvalho

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria

Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucada brutalmente

Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda a pobre inocência dessa gente

Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente

Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganando
Pra viver uma cultura diferente

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento Papa Mel que lutam pela terra e acesso à educação. Que o fazem de noite e durante o dia, no sol ou na chuva, levantes companheiros e companheiras, que forte, para ter seu pedaço de chão, teimam na peleja de viver o sonho que tanto espera, de brotar a terra e realizar a festa da grande colheita em abundância. São homens e mulheres que caminham, lutam, enfrentam todas as privações para ter o sustento na mesa e manter a família unida, viver do sonho de ter a terra.

Com eles e elas aprendi o sentido da liberdade e do compromisso de lutar pela vida e por dias melhores, de ter a esperança no mundo, vendo nascer na terra um novo dia, mesmo com as dificuldades atuais. Com as mulheres do assentamento aprendi o sentido da ser “resistente” e o sentido da “peleja”, palavra de uso tão rotineiro no assentamento. Atravessar a trilha da luta pela terra e por educação para os filhos e compreender a profundidade sobre a questão social rural me fez cada vez mais empenhado com a luta pela satisfação de reforma agrária no Brasil. A essas pessoas, principalmente às mulheres, meu respeito e admiração, minha esperança de paz, justiça social e a possibilidade de um País com integridade de gênero, classe e raça.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer a contribuição de pessoas que foram fundamentais no desenvolvimento dessa dissertação, pois nenhum trabalho é isolado ou produzido sozinho; nele está contido o esforço e a sabedoria de muitas e muitos amigos/as e familiares. Foram contribuições importantíssimas para sua conclusão: coleta de dados, documentos, fotografias, entrevistas, informações, livros, revistas, cartilhas, textos, artigos, resenhas, atas, livros de registros, dossiês e debates sobre o tema em pauta. Também foram importantes, ainda, pessoas que estiveram presentes na sua forma carinhosa e afetuosa de apoiar, sempre atentas e preocupadas em saber como eu estava me sentindo. Sem essas pessoas eu não concluiria essa dissertação.

Sendo assim, agradeço À minha família pelo carinho, apoio e compreensão que me dispensou durante esse trabalho, inclusive pelas muitas vezes que não pude dar a atenção que ela merecia, principalmente pelas horas que não pude estar junto dos meus filhos, João Pedro e Ana Clara.

À minha amiga Lenilda, pelo apoio e dedicação que me dispensou, contribuindo nas leituras dos textos, quando eu estava muito cansado e não conseguia um bom entendimento. Grato pelos conselhos e também pelo incentivo para prosseguir.

Ao professor Erlando da Silva Rêses, meu orientador, com o qual aprendi muito, pela sua clareza de método, riqueza de conhecimentos, contribuição para transformar um redemoinho de sentimentos, espanto, atuação, informações e leituras em um trabalho científico.

Às Professoras Dras. Mônica Molina, Girlene Ribeiro de Jesus, Shirleide Silva, da Faculdade de Educação - Universidade de Brasília, pelas enormes contribuições nos momentos de aflição.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento Papa Mel, em especial às mulheres, que me possibilitaram conhecer um mundo de lutas, alegrias, festividades e dos mais variados trabalhos, tendo na terra mãe o sentido maior da vida. Eles e elas abriram suas casas e seus corações, socializando suas experiências de vida e os mais profundos sentimentos que pude presenciar.

Aos amigos e amigas da turma do mestrado, com os/as quais compartilhei momentos agradáveis de alegrias, discussões teóricas, leituras, debates dos projetos de pesquisas e objetos de estudos, festas e lanches na livraria; como também os dias de angústias,

quando o trabalho não conseguia avançar. Com especial carinho, agradeço à Professora Dra. Luzeni Ferraz, pela amizade, principalmente pela resistência, dedicação, e às participações que fazia em seus embates na construção do conhecimento, sobretudo por me incentivar no ingresso da pós- graduação.

Ao Senhor Hidelbrando e à Sra. Rita, da livraria, meu carinho, respeito e gratidão, pois sempre tentei apreender a riqueza das suas lições para a vida.

Aos funcionários da Faculdade da Educação meu carinho, respeito e gratidão, pois sempre tentei apreender a riqueza das suas lições para minha formação profissional.

Aos companheiros e companheiras de trabalho, com os quais compartilho preocupações, alegrias, conquistas, saberes, descobertas e inquietações sobre a ação no meio rural. Essa equipe esteve presente durante todo o processo do mestrado, principalmente pela compreensão da relevância e importância do tema para o desenvolvimento do trabalho nas áreas de assentamentos e comunidades rurais, como também pelo apoio e atenção que me dedicaram durante o desenvolvimento do curso.

Às instituições Incra e Prefeitura Municipal de Unaí, por me permitir ter acesso aos dados e informações dos municípios de Unaí, do Assentamento Papa Mel, alvos da pesquisa de campo.

Ao Sr. Antônio Divino, proprietário do lote, por me atender com carinho durante a pesquisa, e à Sra. Sandra, que foi meu suporte em todos os momentos e pela acolhida nas vezes que precisei durante as entrevistas em cada casa.

À Capes, pelo apoio financeiro nos últimos meses de conclusão da minha pesquisa.

A todos/as amigos e amigas que de forma direta ou indireta contribuíram com seu estímulo, carinho, apoio, amizade, sempre acreditando no meu potencial de viabilizar e produzir essa dissertação.

A Deus, que, me cobrindo de energias positivas, me guiou e me impulsionou na trajetória desta dissertação.

RESUMO

A presente Dissertação estuda a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra no processo de ocupação, desapropriação e construção do Assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG. Analisa, para tanto, a participação delas nos conflitos existentes na construção do “PA Papa Mel”, desde a época do acampamento até o assentamento e suas realizações. Feito isso, esta pesquisa de investigação social, de caráter exploratório e abordagem qualitativa tem por objetivo analisar o protagonismo das mulheres do referido assentamento na luta pela terra e por educação. Esta pesquisa tem como base epistemológica o Materialismo Histórico Dialético, que utiliza das categorias de historicidade, mediação, contradição e totalidade para dialogar com o contexto histórico, cultural e social das mulheres do campo. A análise incide sobre o desvelamento dos determinantes que levaram as mulheres trabalhadoras rurais, após a conquista da terra, voltarem-se para o espaço doméstico e/ou assumirem cargos de menor relevância nas organizações políticas do assentamento. No conflito do assentamento Papa Mel, as mulheres tiveram um papel fundamental, enfrentando a violência policial, sendo linha de frente dos conflitos com as forças de repressão, expondo suas vidas e a de suas famílias. Após a conquista da terra, transformada no Assentamento Papa Mel, houve mudanças na participação das mulheres. Observou-se que apesar do protagonismo das famílias, em especial das mulheres no assentamento, essas trabalhadoras do campo ainda vivenciam condições sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais em relação aos homens, expressando as desigualdades de gênero presentes no cotidiano do assentamento: na associação, no trabalho doméstico e agrícola. A luta pela terra no assentamento Papa Mel e a conquista não significou necessariamente a incorporação da emancipação das mulheres trabalhadoras rurais. Contudo, a participação política no desenvolvimento das lutas propicia às mulheres se descobrirem e iniciarem um processo de libertação enquanto gênero. Há sinais de continuidades e rupturas da cultura vigente, quase sempre impulsionada pela organização das mulheres trabalhadoras do campo.

Palavras chaves: Educação. Gênero. Luta pela terra. Movimentos sociais.

ABSTRACT

This dissertation is about a study of the insertion of working rural women on the fight for land in the process of occupation, expropriation and construction of the Papa Mel settlement, in Unaí, Minas Gerais, Brazil. Therefore, it analyses the participation of these women on the existing conflicts of “PA Papa Mel”, from the time it was a camping until it became a settlement and their accomplishments. After that, this social investigation research, with an exploratory character and a qualitative approach, has the objective to analyse the protagonism of the women of this settlement on the fight for land y through education. This research has as its epistemological basis the Historical Dialectical Materialism, which uses the categories of historicity, mediation, contradiction and totality to dialogue with the historical, cultural and social context of rural women. The analysis focuses on the unveiling of the determinants which led the working rural women, after the conquest of the land, to return to the domestic space and/or take less important positions in the political organizations of the settlement. In the conflict of Papa Mel, the women played a key role, facing police violence, being the front line of the conflicts with the forces of repression, exposing their lives and their families. After the conquest of the land, transformed into the Papa Mel settlement, there were changes in the participation of the women. It was observed that despite the prominence of the families, especially the women in the settlement, these rural workers still experience unequal social, economic, political and cultural conditions in relation to men, expressing the gender inequalities present in the daily life in the settlement: in the association, in the domestic and agricultural work. The fight for the land in Papa Mel settlement and the conquest did not necessarily mean the incorporation of the emancipation of working rural women. However, the political participation in the development of the fights enables women to discover and initiate a process of gender liberation. There are signs of continuity and rupture of the current culture, almost always driven by the organization of working women in the countryside.

Keywords: Education. Gender. Fight for land. Social Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fotografias

Fotografia 1	Margarida.....	-
Fotografia 2	Mulheres que escrevem a minha história de vida – Família.....	-
Fotografia 3	Cidade de Unaí.....	38

- Mapas

Mapa 1	Mapa do Noroeste de Minas Gerais.....	35
Mapa 2	Microrregião de Unaí e os municípios.....	36

- Quadros

Quadro 1	Identificação por nucleação e atendimentos dos Projetos de Assentamento.....	20
Quadro 2	Identificação por nucleação e atendimentos a todos os PAs.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Informações gerais sobre o PA. Papa Mel.....	45
Tabela 2	Assentamento no Município de Unaí PA Papa Mel.....	55
Tabela 3	Perfil Socioeconômico.....	56
Tabela 4	Principais demandas dos assentados no PA Papa Mel junto à prefeitura municipal.....	63
Tabela 5	Escolaridade no Assentamento Papa Mel.....	72
Tabela 6	Pessoal Ocupado por Atividade na Agropecuária.....	80

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capul	Cooperativa Agropecuária Unai Ltda.
Cebe	Comunidades Eclesiais de Base
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emater-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Nera	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PA	Projeto de Assentamento
PCI	Programa de Crédito Integrado
PCT	Programa Cédula da Terra
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PIN	Programa de Integração Nacional
PMU	Prefeitura Municipal de Unai
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POGE	Políticas Públicas e Gestão da Educação
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPGE	Programa de pós-graduação em educação
Proer	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Semed	Secretaria Municipal de Educação de Unai
Uneb	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

MINHA VIDA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SABER – MEMORIAL DE VIDA...	15
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
Objetivo geral.....	29
Objetivos específicos.....	29
1. CAPITAL E LUTA PELA TERRA.....	30
2. A REGIÃO DE UNAÍ E A MESORREGIÃO DO NOROESTE DE MINAS.....	35
2.1 Caracterização econômica rural e política.....	35
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	42
3.1 Opções metodológicas e contextualização da pesquisa.....	43
A LUTA DAS MULHERES POR ASSENTAMENTO NA REGIÃO DO NOROESTE DE	
4. MINAS.....	47
5. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ASSENTAMENTO PAPA MEL.....	50
5.1 Educação do campo.....	54
6. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO PAPA MEL.....	55
6.1 Gênero, movimentos sociais e trabalho.....	65
6.2 A inclusão das mulheres no ambiente do Assentamento Papa Mel.....	71
6.3 As mulheres no espaço público do Assentamento Papa Mel.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	111

Fotografia 2 - Mulheres que escrevem a minha história de vida – Família



Fonte: Arquivo Pessoal

MINHA VIDA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SABER – MEMORIAL DE VIDA

Nasci em 30 de novembro de 1970, em um pequeno sítio que chamo de “*minha roça*”, próximo a um vilarejo, hoje Distrito Boa Vista, no município de Unaí-MG. Filho de Delfina José Alves e Antônio Rosário Alves, sou o segundo dos 10 filhos desse casal, sendo 4 homens e 6 mulheres, membros de uma família “tradicional mineira” de origem humilde, *da roça*. De parto normal, acompanhado por parteira e longe do hospital, nasci no campo.

Nas sextas feiras os primos e primas vinham prosear com meu pai, um exímio contador de *causos*. Nossa casa era cheia de vida, histórias, música e fartura da típica cozinha interiorana mineira. Foi na *roça* que tive as melhores experiências: brincava, corria, pulava, nadava em córrego, tudo acompanhado de amigos que carrego para a vida. O ouvir os cantos dos pássaros, o identificá-los pelo canto, a intimidade com aves e animais eram características marcantes naquele tempo.

De cabeça, nunca presenciei minha avó Júlia dar palpites nem opiniões nas questões familiares, nas negociatas, trocas feitas pelo meu avô; já no meu lar acontecia de maneira contrária. Minha mãe manifestava sua opinião, porém minha querida mãe e minha avó, com características distintas, tinham uma generosidade, uma presença constante junto aos menos favorecidos que ali residiam – meeiros, vaqueiros. Em minha concepção, a minha mãe e minha vó são duas forças de mulheres que não se abalavam pelas labutas dos dias ruins, mas que tinham na alma, aos meus olhos, a generosidade, por querer ajudar os filhos dos peões agregados que residiam nas mediações e no pequeno povoado.

Uma vez recordo que meu pai queria vender as reses¹ e o sítio e mudar-se para o estado do Pará. Com o negócio quase finalizado, minha mãe com sua voz ativa decidiu-se pela não realização do negócio. Inclusive, recordo-me de uma frase marcante: *Aonde que vou morrer numa terra que não é minha? Aqui é o meu lugar, vou ficar aqui.*

Eis uma grande contradição: embora minha mãe tivesse em momentos decisivos voz ativa, ainda lhe era reservado um espaço restrito na ordem social familiar, qual seja, a responsável pelos afazeres domésticos e cuidar da criação “menor”, ou seja, de pequenos animais e da lavoura de subsistência. À medida que íamos crescendo, fomos ajudando nos pequenos afazeres. Todos nós tínhamos tarefas a fazer durante a semana e sempre essa rotina mudava, pois antes de ir para a escola no pequeno povoado, tínhamos que cuidar daquilo que havia sido determinado Cabeças de gado no sábado ou no domingo, *coisa de papai e mamãe*. Penso que foi uma maneira que encontraram para dividir as tarefas sem sobrecarregá-los, além

de ser uma pedagogia própria do interior em sua divisão social do trabalho.

Uma grande estiagem no ano de 1977 fez o quintal da nossa casa ficar cheio de mulheres do povoado acompanhadas de seus filhos, para buscar água na cisterna. A lembrança viva continua em minha memória: acordar muito cedo para encher as vasilhas de água antes de ir para a escola, pois assim, as mulheres do povoado e demais localidades poderiam pegar água para o consumo diário. Devido à falta de água de boa qualidade na região, causada pela grande estiagem, a única água existente era da cisterna que havia em nosso sítio da qual a grande maioria dos moradores dos arredores fazia uso.

Cabe aqui ressaltar a estranheza que era presenciar os raros momentos em que homens iam buscar a água. Tanto a figura do meu pai ajudando a minha mãe nos afazeres domésticos era muito natural, quanto a dos filhos: um cuidava do jantar e o outro das roupas no varal ou do banho nas crianças, inesquecível na bacia de alumínio, porém, com outras famílias nem sempre era assim. Foi aí que tive um olhar diferente para tantas delicadezas e ao mesmo tempo tanta resignação com a amarga sorte da escassez d'água. Logo tão cedo minha mãe já alertava com o tom mais elevado: *Não se esqueça de levar, leite... Para fulano (mulher), o sicrano (homem) esta há muitos dias trabalhando fora... Deve estar precisando de alguma coisa.*

Lembro-me de que os pedidos tinham sempre relação com alimentos, como: leite, hortaliças, feijão e arroz em casca. Esse ritual me acompanha até hoje, sempre vejo que cabe algo na geladeira ou na dispensa. A vontade de ajudar tornou-se muito clara entre irmãos, cada um do seu jeito e com seu estilo. Percebi que se pode ser diferente com as pessoas, daí nasceu a vontade de fazer horta na escola. Em 1979, então criança ainda, mobilizei colegas e fizemos a horta.

Na década de 1980, cursei a Escola Municipal Euclides da Cunha, no povoado de Boa Vista. Nessa Escola muito simples, a qual funcionava de 1ª a 4ª séries, com a luta dos alunos, juntamente com a maioria das mulheres da região, colhemos assinaturas para criação do então Ensino Fundamental II, que logo foi autorizado. Naquela ocasião só havia o sonhado Ensino Médio na cidade de Unai, a 25 km de estrada de chão. Fui de carona em cima das latas de leite durante os três anos. Fiz Ensino Médio “Científico”, pois meu pai tinha resistência com o magistério, dizia: *Não vai fazer Escola Normal, na família não tem professores.*

Mas eu não desisti do sonho e falava para minha mãe: ainda serei professor. Acredito eu que ali comecei a aprender a ser tão resistente quanto aquelas mulheres. Exponho aqui um pouco da jornada profissional. Comecei a percorre-la aos 18 anos, com início nos anos de 1989, quando fui aprovado em avaliação na prefeitura de Unai, sobre a qual fiquei sabendo

em sala de aula no último ano de Ensino Médio. Iria ser professor!

O receio em comentar em casa foi grande, principalmente para meu querido pai, pois ele tinha resistência à profissão. O destino estava sendo generoso comigo, o sonho em ter a carteira de trabalho assinada como professor estava se aproximando.

Em uma época com expansão agrícola, meu pai, vendo os filhos em idade para o trabalho na lavoura, acabou arrendando uma fazenda para que pudéssemos cultivar a terra, pois na região na década de 1990 estava chegando a expansão do latifúndio, embrião que viria a ser o agronegócio, oriundo principalmente da região Sul e Centro Oeste. Devido à riqueza do nosso Cerrado e às grandes planícies, as veredas encantaram o escritor Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas:

[...] Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá, sucuri geme. Cada sucuriú do grosso: voa corpo no veado e se enrosca nele, abofa – trinta palmos! Tudo em volta, é um barro colador, que segura até casco de mula, arranca ferradura por ferradura. Com medo de mãe-cobra, se vê muito bicho retardar ponderada, paz de hora de poder água beber, esses escondidos atrás de touceiras de buritirama. Mas o sassafrás dá mato, guardando o poço; o que cheira um bom perfume. Jacaré grita uma, duas, três vezes, rouco roncado. Jacaré choca – fome de jacaré e de piranha serrafina. Ou outra – lagoa que nem abre o olho, de tanto junco. Daí longe em longe, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, buriti se segue, segue. Para trocar de bacia o senhor sobe por ladeiras de beira-de-mesa, entra de bruto na chapada, chapadão que olhalhão, crespido do lamal, feio mirado na gente. Eh, ele sabe se engordar. Nas lagoas aonde nem um de asas não pousa, por causa de não se desenvolver mais. [...]. (ROSA, 1986, p. 29-30).

Como contar para meus pais que eu iria embora, se projetaram tantos outros sonhos em se ter mais terra com o auxílio dos filhos? Falei dos meus sonhos, daquilo que eu buscava em minha vida, a resposta do meu pai foi esta: *Eu sonhei outras coisas, mas as suas vontades são outras, nunca se esqueça de onde você nasceu*. Já a minha mãe, como sempre, disse: *Se eu fosse jovem também iria, vá com Deus e juízo*.

As transformações aconteceram, fui ser professor na Escola Carlos Chagas, na mesma fazenda em que meu pai havia arrendado, e no ano seguinte na Escola Municipal Higino Cardoso, que ficava na fazenda Barreiro Vermelho, a uns 80 km. Longe de casa, tudo era estranho, mas era aquilo que eu sonhava. Assim, cheguei ao local na noite de sábado para domingo. Fui recebido por uma família de pais de alunos, ali era meu novo lar. Permaneci por dois anos na localidade, indo visitar meus pais a cada 30 dias.

Como não tinha o curso de Magistério em 2º grau, fui fazê-lo, pois era outra oportunidade que a Superintendência Regional de Ensino de Paracatu, ligada ao Estado de

Minas Gerais, oferecia para aqueles professores leigos, que estavam em sala e tinham ensino médio concluído. Mais uma vez as mulheres eram maioria, tanto no curso de magistério como nas reuniões que aconteciam na escola.

Logo fui aprovado em concurso público para o cargo de professor, no ano de 1991. No ano seguinte, fui para outra localidade, pois o entendimento da Secretaria Municipal de Educação de Unaí (Semed) era o seguinte: quem era concursado ministrava aulas em Unaí ou nas localidades em que havia transporte público para ir e retornar para a localidade. Foi então que pude escolher uma escola o mais próximo da cidade. Entretanto, ainda insistia em permanecer em uma escola rural, pela minha natureza de homem do campo. Havia também o receio de não conseguir trabalhar ministrando aulas em escolas grandes, pois éramos poucos homens e os olhares da comunidade escolar não eram amistosos. Nessa segunda escola a influência feminina predominava.

Nessa época, a localidade havia implantado dois PAs. Foi ali meu maior envolvimento: as comunidades Tamboril e Taboca. As pessoas falavam minha linguagem, tinham mais o meu jeito de ser, envolviam-se nas festividades, rifas para compra de material para uso escolar, e essa organização se dava com o protagonismo feminino. Nas reuniões as professoras pontuavam o que precisava de melhoria. Nesse período, a associação das mulheres dos assentamentos conseguiu até mesmo um ônibus para o transporte escolar, a pintura da escola, bem como cascalhamento da única estrada vicinal que dava acesso à rodovia que liga Unaí a Brasília. A força da coletividade das mulheres assentadas nos PAs na região de Unaí permitiu o alargamento de suas fronteiras, aumentando-se expressivamente as matrículas naquela “escola multisseriada”.

Ministrava aulas o dia todo e ainda tinha o tempo para as festividades oferecidas pelas comunidades recém-chegadas do novo assentamento. Culturas diferenciadas, alegria estampada no rosto queimado pelo sol, o toque da sanfona, uma música que me acompanha, cantada por mulheres, quando estavam na lavoura e nos mutirões das fiandeiras. Não aprendi a cantar e nem a fiar, mas aprendi o significado da união, para resistir em seu pedaço de chão.

Com o passar do tempo e pelo trabalho desenvolvido próximo ao PA, fui convidado para ser coordenador do Ensino fundamental I, trabalho que me impulsionou a fazer “Pedagogia” em uma instituição privada. Como bolsista, fui estudar nos finais de semana em Machado, Sul de Minas. Após a conclusão do curso, me especializei na mesma área. Naquela época, a prefeitura colaborava com um a ajuda de custo, uma contribuição para o transporte, que saía toda quinta-feira à 00 hora e retornava sábado às 16 horas. Em Unaí não tinha Faculdade e a única mais próxima era no município de Paracatu, com aulas todos os dias no

noturno, o que dificultava a permanência, pois precisava trabalhar. Entende-se que aos filhos da classe trabalhadora cabem poucas perspectivas profissionais: a fábrica (em cursos profissionalizantes); a guerra (nas escolas militares e policiais) e a formação de professores.

Em meados de 1997 houve a “nucleação” das escolas rurais, transformando algumas localidades do município em grandes estruturas; também houve a “municipalização” constituída pelo Estado de Minas Gerais, pois muitas escolas rurais de ensino fundamental II foram transferidas para a responsabilidade do município. Nessa época, ocupava o cargo de coordenador e pude perceber que as localidades do meio rural, em específicos os PAs, foram os mais prejudicados. Fecharam a maioria das escolas “multisseriadas”, e os alunos passaram a viajar por meio de transporte escolar precário, sendo as reclamações algo constante.

Por conhecer melhor a realidade, comecei a militar no Movimento Sem Terra, aprendendo com a resistência daquelas mulheres. Pedi dispensa do cargo comissionado, retornando ao cargo de professor, com o objetivo de persistir na luta para que se construíssem mais escolas nas localidades, pois havia demandas e o momento exigia ativismo político.

Em 2000 fui convidado pelo Prefeito de Unai da época, José Braz da Silva, para ser diretor escolar da maior escola da região, pois haveria a municipalização. Aceitei o desafio. Olhando em retrospectiva, dialeticamente, embora seja um cargo de prestígio, era uma situação tensa e conflitante, um militante político ocupando um cargo político por indicação. Chegando à escola, me deparei com a realidade local: muitas famílias eram assentadas. Os filhos ficavam em Unai e os pais em seus assentamentos: uma realidade triste! A relação que havia com aquelas comunidades, naquele momento era de tentar realizar a árdua tarefa de sair para a luta, continuar a busca pelo poder público, a construção de escolas nos grandes assentamentos para que a distância a percorrer fosse menor para os estudantes. Era, pois, um momento contraditório, uma vez que ocupava cargo comissionado.

Hoje, olhando para o passado, percebo que a oferta do cargo comissionado pode até ter sido motivada por uma tentativa de silenciamento de minha militância, pois reconheço a incompatibilidade de ambas as perspectivas, especialmente numa cidade de interior.

A organização da coletividade, principalmente das mulheres, resultou em construções, extensões das escolas na zona rural e nos Distritos, no município de Unai, conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Identificação por nucleação e atendimentos dos Projetos de Assentamento

Escola M. Adélia Rodrigues Marques	Fazenda Barro Branco	Chapada do Catingueiro
Escola M. Euclides da Cunha	Distrito de Boa Vista	Rua Formosa S/N°.
Escola M. Eva Maria Vieira	Distrito Palmeirinha	Rua Bento Alves da Mata S/N
Escola M. Heliodoro Teixeira	Distrito Pedras de Marilândia	
Escola M. Leão Rocha	Fazenda Califórnia	PA Califórnia
Escola M. Leonor Martins Costa	Colônia Brasolândia	Chapada do Catingueiro
Escola M. Nossa Senhora de Fátima	Distrito de Ruralminas	Núcleo de Colonização Rio reto
Escola M. Padre José de Anchieta	PA Curral do Fogo	PA Curral do Fogo
Escola M. Santo Antônio	Distrito Santo Antônio do Boqueirão	Rua Principal S/N°
Escola M. Teodoro Campos	Distrito: Garapuava	Rua Capitão Heliodoro S/N°.
Escola M. Terezinha Rezende	Povoado Chapadinha	
Escola M. Tomaz Pinto da Silva	Bairro Mamoeiro	Rua Maria Diva Lelis S/N°.

Fonte: pesquisa de campo.

À medida que o número de estudantes se expandia no meio rural, havendo a necessidade de ter atendimento também aos alunos do Ensino Médio, ampliaram-se as escolas da Rede Municipal em regime de parceria com o a Secretaria de Educação do Estado de Minas (SEE/MG).

Cabe aqui ressaltar a participação, organização e luta do coletivo das mulheres nos Assentamentos e pela construção e implantação de ensino no meio rural, visando uma educação básica com equidade e permanência de seus filhos no campo.

Relembrar o passado, pensar no destino é perceber minha caminhada profissional e pessoal como pai, professor, trabalhando em jornada sem fim, na grande maioria das vezes nos três turnos, em todas as modalidades da educação: Educação infantil, Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos (EJA) primeiro segmento, Alfabetização, Supervisão escolar, Coordenador pedagógico, inspetor Escolar, vice-diretor, diretor e professor universitário, na iniciativa privada, na mesma região do noroeste mineiro.

Aconteceram várias transformações em minha vida e por motivos distintos: casamento, divórcio, filhos... e as marcas vão ficando; mas nunca deixei de sonhar. A mudança mais radical foi vir para Brasília. Fiz vários amigos, mas confesso, sinto falta do meu lugar na roça, do meu povo, do cheiro da terra e do canto dos pássaros.

No ano de 2014, fui vítima de um trágico acidente que culminou no óbito do meu querido pai, homem de vida simples, de pouco estudo, mas de um conhecimento e de uma sabedoria incríveis. Estudou até a segunda série do ensino fundamental, mas sempre priorizou

a leitura na família. Era excelente contador de histórias, músico nato, apreciador e cantador. Tocava todos os dias sua viola ao entardecer. Pegava seu violão e sempre a primeira música cantava para minha mãe. Acredito que era uma forma de gratidão e de expressar os seus sentimentos por ela. Sua partida nos deixou fragilizados, tudo tão rápido e o vazio ficou, mas o que alimenta a saudade são as boas lembranças e os aprendizados eternizados. Com sua fala mansa e calma, ele sempre dizia: *Você tem medo, enfrente a vida! Estude mais. Você é o meu orgulho! Tão estudado e gosta tanto dessa roça!*

Ao passar dos dias vinha a saudade do meu velho pai, foi então que em 2015 tomei a decisão de retornar aos estudos, mas dessa vez na Universidade pública. Então, me candidatei a uma vaga de aluno especial no programa de Mestrado em Educação da Universidade de Brasília (UnB), um desejo que para mim era impossível, era algo fora do meu contexto, da minha realidade. Na primeira tentativa lá estava meu nome na listagem de classificados para a vaga desejada. Um momento de extrema alegria, que transbordou meu coração de esperança e fé, ainda que também já compreendesse que seria um percurso de grandes desafios e obstáculos a superar.

No primeiro dia de aula na UnB, saí bem mais cedo de Unaf para chegar antes mesmo da professora, pois meu coração estava pulsando, numa mistura de vários sentimentos de contemplação, receio, ansiedade e alegria, mas acreditando e torcendo que aquele momento seria inesquecível. Ao chegar à Universidade, fiz minha oração, agradecendo ao Criador, por estar ocupando um lugar num espaço acadêmico de tanto prestígio e oportunidades para poucos.

Chegando à sala de aula, deparei-me com uma mulher de fala firme, de sotaque forte nordestino, e logo que nos apresentamos, ocorreu uma imediata empatia. Estava diante de mais uma mulher que se tornaria outra referência importante na minha vida – Luzeni Ferraz, doutoranda e Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Essa me levou a compreender melhor aquele espaço acadêmico de construção de conhecimento científico, a educação e suas diversidades. Luzeni Ferraz me fez retornar ao chão de onde vim, levou-me a conhecer o grupo Pós- populares¹.

Tive a oportunidade de conhecer várias pessoas e histórias diferentes no Pós- populares naquele dia de sábado do mês de maio de 2015, especialmente porque o Professor Erlando Rêses, com todo seu conhecimento e entusiasmo, conduzia e motivava o coletivo na construção de projetos com intervenção social. Com suas palavras, me veio o entusiasmo em fazer a seleção do mestrado. Ainda não tinha tanta clareza do projeto de pesquisa, mas, com as

¹ O Pós-populares é um Programa de Extensão da Universidade que visa democratizar o acesso à universidade pública, pelo chão da pesquisa, coordenado pelo professor doutor Erlando Rêses, da Universidade de Brasília.

contribuições, discussões e reflexões coletivas construiu-se meu projeto de pesquisa, que submeti à seleção do Programa de Pós-graduação e à sua orientação. Percebi que havia chegado o meu momento. Com a aprovação nas diversas fases da seleção, ingresso como aluno regular do Programa de pós-graduação em Educação (PPGE) na linha Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), sob a orientação agora de uma figura masculina, o orientador Erlando Rêses.

Em meados do mês de abril, numa quarta-feira estava eu a almoçar quando entra uma mulher falante, que em meio ao restaurante cheio se apresentou como Lenilda. Logo ela participou da nossa conversa, dizendo que estava vindo de um acampamento “Cigano”, me fazendo voltar aos meus tempos de juventude, já que na minha região havia muitos ciganos. Fiz um rápido comentário sobre os ciganos da minha época, quando eles faziam as visitas às fazendas vendendo e comprando ou pedindo. Minha sábia mãe dizia: *Se está pedindo porque não quer roubar, chamava um dos filhos e ordenava: pega a galinha para eles.*

Ao analisar meu caderno de anotações do “pós-populares”, aparece a fala do Prof. Erlando, pontuando que a pesquisa nasce de uma inquietação e que tenha relevância social, acadêmica, que seja dinâmica, com historicidade, totalidade, dialética. As contradições vão surgir, mas os movimentos da visão dialética do conhecimento e da realidade local vão transformar conhecimento empírico em conhecimento científico e acadêmico.

Impulsionado pelas experiências vividas e com o desejo de transformação e intervenção social, a construção dessa pesquisa emerge para dar materialidade aos sujeitos protagonistas de suas próprias histórias. Sendo gestada no pós-populares, com o apoio e a parceria do Professor Erlando Rêses, a pesquisa será construída coletivamente, com a perspectiva de dar voz às pessoas silenciadas ou negligenciadas pelo poder público na luta pelo acesso à educação formal do Projeto de Assentamento (PA) Papa Mel.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“É melhor escrever errado a coisa certa, do que certo a coisa errada” (Patativa do Assaré)

A presente Dissertação tem como objeto de estudo a inserção das mulheres na luta pela terra e por educação de qualidade e a participação das mesmas no processo de desapropriação e construção do assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG. A pesquisa buscou apreender e analisar a inserção das mulheres trabalhadoras do Movimento do Sem Terra (MST) no processo de luta pela terra e sua participação na construção de melhorias na educação e na qualidade de vida das famílias do assentamento Papa Mel.

A experiência analisada rastreou a trajetória das mais de 20 famílias de trabalhadores rurais do assentamento Papa Mel, que lutam pela cidadania através da conquista da terra. No processo, as mulheres exerceram papel relevante desde o início do conflito, quando ocorreu a ocupação, e ainda depois, durante a constituição e o desenvolvimento do assentamento Papa Mel. Apesar do protagonismo das famílias, em especial das mulheres no conflito do PA Papa Mel, essas trabalhadoras ainda vivenciam condições sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais em relação aos homens, expressando as desigualdades de gênero presentes no cotidiano do assentamento: na associação, no trabalho doméstico e agrícola do local.

O interesse em realizar esse estudo, deve-se, em primeiro lugar, à experiência de antes em acompanhar alguns acompanhamentos na região de Unaí- MG, que ocorreu na década de 1990, quando trabalhava como professor da rede Municipal de Unaí, conforme relatado anteriormente. A partir de 1997, inicia-se um trabalho educativo nos assentamentos, através da CEBs, Emater e Sindicato Rural de Unaí, constituindo-se em um desafio pessoal, no sentido de compreender a formação dos assentamentos, as relações que se estabelecem no seu cotidiano, as dificuldades e as conquistas dos movimentos sociais na demanda por terra e pela efetivação da reforma agrária. O interesse deve-se também à relevância da atuação das trabalhadoras rurais nos cenários das lutas do campo e da sua efetiva participação no cotidiano dos assentamentos da região do Noroeste de Minas.

Durante o período de atuação nas experiências de assistência ao trabalho no campo, foi possível observar que no contexto de lutas pela terra e de profundas transformações nas relações políticas, econômicas e culturais no campo, as mulheres exerceram um papel fundamental no assentamento. Isto porque no momento do conflito, além de se manterem nos

acampamentos, continuavam assumindo as atividades domésticas. Nesse processo, enfrentaram com coragem os jagunços e a polícia local, sendo, muitas vezes, linha de frente dos diversos conflitos com as forças dos latifundiários, expondo suas vidas e a de suas famílias à violência institucionalizada, seja por parte do Estado ou do latifúndio.

No Brasil, a luta pela terra sempre foi desleal, com bases fundadas no modelo expropriador, excludente e hegemônico, em que o capitalismo se sobressai, massacrando os pequenos produtores. Nesse cenário, a força do agronegócio faz com que os pequenos se rendam aos grandes latifundiários, deixando, assim, suas histórias e memórias, comprometendo seus valores socioculturais.

Com o passar dos tempos, esse modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Os latifúndios são uma marca da elite ruralista brasileira e expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada a expropriação e a exclusão.

À medida que a “*ordem e o progresso*” chegam ao campo, o capital ganha força e sua tendência é dar poder aos meios de produção, tirando direitos e enfraquecendo os trabalhadores rurais em suas pequenas propriedades, seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, a tendência dos pequenos agricultores é sofrer o processo de expropriação de terras, ou se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir a sobrevivência de suas famílias.

O combate pela terra no Brasil possui suas bases sólidas no questionamento do modelo expropriador e excludente gravado secularmente na vasta propriedade territorial de grande escala nos setores com aparência mais modernas/mecanizados e com grandes vendas de produtos agrícolas para o exterior. Portanto, com o passar dos tempos esse modelo de propriedade permanece em muitas regiões, registrando seu legado de exclusão social. Assim, o latifúndio, marca da elite ruralista brasileira, expressa o interesse do capital como um todo pela sua reprodução, articulando privação e exclusão.

À medida que o capital se desenvolve no campo, seu caminho é apoderar-se dos meios de produção, tirando dos trabalhadores seus direitos, recursos e utensílios de trabalho. Dessa forma, pequenos agricultores, ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, à exploração da força de trabalho dos grandes latifúndios, ao sistema de acordos, entre outras formas de acordo contratuais, para garantir a sua própria sobrevivência e a de seus familiares. O progresso do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo distinto, excludente e antagônico, em que a crise social desponta como resposta a essas transformações. Esse desenvolvimento trouxe ainda consequências

estruturais, que se evidenciam na degradação das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, dando margem aos crescentes conflitos para obter o pedaço de chão.

Ao longo da história, os trabalhadores rurais foram expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e eliminação das suas raízes históricas e culturais.

Diante das situações de desigualdade, destituição e exploração, que privou o trabalho e a sobrevivência, que vetou sua dignidade e identidade, os trabalhadores do campo, os sem terra, se organizaram em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que deles foi retirado: a terra. Dessa dispersão social é que surgiram as lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas.

A luta do trabalhador rural começou a questionar as formas de apropriação do uso da terra pelos grandes proprietários e grileiros de forma organizada. A aquisição da terra perpassa a aquisição de um lote para produção. A escola é uma dimensão necessária e atual e significa a construção e/ou resgate da identidade do camponês, a criação de novos espaços sociais, em que seja possível viver uma nova fase de relações sociais.

A escola significa *uma nova realidade sendo construídos por homens e mulheres, ambos organizados na luta*, em busca de uma sociedade mais justa, onde possam sobreviver apreciando da dignidade e exercendo a cidadania.

Portanto, com a organização e a luta pela conquista da terra, é gerada em torno da existência de uma identidade social uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores. E é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores de uma mesma realidade e de um mesmo passado, forjando na luta a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e de tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais se despertaram do seu casulo, se reconheceram enquanto integrantes de uma luta e, engajados na busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e a da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história.

É crescente a adesão aos movimentos sociais do campo de trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, os quais buscam no acesso à terra a retomada da dignidade e o direito ao trabalho no campo, do qual foram expropriados. “Dessa maneira, temos que esse é mais um elemento, o qual adicionado ao modelo concentrador/modernizador da agricultura requalifica o perfil dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil”, como salienta Thomaz (2001,

p.20).

A realidade da demanda por terra não se restringe tão somente aos trabalhadores que já têm ou que tiveram ligação com a terra, mas também a um conjunto diversificado de trabalhadores, ex- assalariados urbanos, tornando mais numerosas as fileiras dos sem terra no Brasil, passando a compor os movimentos sociais afins e as frentes de luta pela terra, o que define o perfil e o conteúdo da relação da sociedade e do trabalho envolvido na luta pela terra.

A década de 1960 foi marcada por um refluxo das lutas camponesas, dada a conjuntura da ditadura militar e a repressão, a falta de tolerância aos movimentos sociais urbanos e rurais, além dos projetos governamentais enganados a findar pela modernização ordeira da época. Na segunda metade da década de 1970 o cenário nacional do campo apresentava inúmeros conflitos agrários.

Nos anos 70, as lutas por terra tiveram como personagem mais característico, embora não exclusivo, o “posseiro”, acuado pelos grandes projetos que recebiam incentivos fiscais, sobretudo na Amazônia. Nesse momento, grandes extensões de terra foram transferidas, através de diversos mecanismos de políticas públicas, para mãos de particulares, em especial grandes empresas do setor industrial e financeiro. Ainda no bojo do processo de modernização, verificou-se um esforço do Estado no sentido de abrir as fronteiras também para projetos de colonização, públicos e privados, que, de alguma forma, serviam de escoadouro para as demandas por terra que começavam a se avolumar no Sul do país, fruto do processo de expropriação que se intensificava com o avanço da modernização da agricultura. (MEDEIROS, 2002, p.27).

Com ampliação do capital no campo, sob assistência/proteção do programa modernizador da agricultura implementado pelo regime militar, intensificaram os conflitos fundiários, a expropriação e a violência sobre vastos segmentos dos trabalhadores/as rurais. A propriedade privada capitalista, caracterizada pelo latifúndio, recebeu um investimento financeiro, fiscal, tecnológico e industrial, expandindo a agropecuária e os complexos agroindustriais, como assinala Delgado (1985), para quem é fenômeno também presente na realidade potiguar. Por outro lado, esse processo gerou um provisório de trabalhadores rurais sem terra (posseiros, meeiros, foreiros, arrendatários, pequenos proprietários rurais), bem como um enorme procedimento de assalariamento. Contudo, algumas lutas são significativas da história da organização dos trabalhadores/as rurais do PA Papa Mel, como no Noroeste e no conjunto do País, a partir da segunda metade da década de 1970, e com mais força nos anos 1980.

Tais lutas eram impulsionados pela conjuntura de reorganização democrática do

Brasil e de retomada dos movimentos sociais populares em grande parte do território brasileiro. Portanto, as experiências de organização dos trabalhadores/as rurais, na década de 1980, em torno da posse da terra podem ser investigadas. Evidencia-se o processo da resistência e da ação política das várias classes de trabalhadores do campo. Por todo País surgiam conflitos agrários, expressos nas mais diversas formas, inclusive com bastante força nas regiões do Noroeste, e Norte de Minas. Faz-se, assim, a justificativa deste trabalho considerando-se a conjuntura geopolítica econômica, pois as potencialidades da região foram geradoras de disputas e interesses em torno do acesso à riqueza e especialmente à terra fértil. Percebe-se, nesse contexto, uma clara disputa de classes em torno da questão agrária nos assentamentos da região do Noroeste de Minas.

A partir de finais da década de 1980 e durante os anos 1990, observou-se algumas transformações societárias (NETO, 2000) dentre as quais as políticas de ajuste estrutural, que afetaram o perfil da questão social no campo, gerando o agravamento das condições de vida e resultando na reação dos movimentos sociais rurais, em especial do MST, de forma que acirraram-se as lutas por terra, por melhores condições de vida pelos trabalhadores rurais e contra o neoliberalismo. Conforme Araújo (2005, p.68), a desigualdade social

[...] expressa não apenas nos contingentes de trabalhadores expulsos de suas terras nas décadas anteriores, mas se torna visível também nos centros urbanos e periferias de pequenas e médias cidades, em decorrência do processo expropriatório e da destruição de postos de trabalho urbanos. Não obstante a existência de consideráveis transformações em torno da questão fundiária, especialmente nos últimos tempos, com destaque o mercado de terras, as determinações ainda são as mesmas. Isto é, continuam as alianças entre os detentores do monopólio fundiário, o capital e o Estado, cujos traços mais visíveis é a não-existência de um programa real de reforma agrária com políticas públicas consistentes e definidas em atendimento à grande massa de agricultores familiares, pauperizados e os contingentes de sem-terras e desempregados que reivindicam sua inclusão no mercado de trabalho.

Na região do noroeste mineiro a situação não é nada diferente do resto do País, haja vista que em meados de 1970, com a expansão do agronegócio nos anos 1980, várias empresas do ramo do agronegócio empurraram a classe trabalhadora do campo para as margens dos grandes centros urbanos. Se por um lado, o sonho do desenvolvimento chegou ao campo, trazendo falsas impressões de esperança em dias melhores para suas famílias, por outro lado, os pequenos produtores rurais e as suas limitações da produção da agricultura familiar tiveram que se render aos subempregos oferecidos pelas grandes cooperativas oriundas do Sul do País.

As estratégias dos embates sociais do MST, que surgiram nos últimos anos, não

podem ser consideradas sem fazer ressalva à diversidade de realidades sobre as mulheres nos assentamentos, das quais também destacamos as transformações na agricultura e as respectivas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante dessas mudanças atuais.

No cenário das lutas sociais rurais, a participação das mulheres está ligada às condições de vida no campo e, geralmente, tem início com o enfrentamento dos/as trabalhadores/as nos conflitos de terra, contra a grilagem de suas terras (exemplo dos posseiros), contra a construção de barragens, por escola, transporte escolar, entre outras lutas. É na ação política que a mulher inicia uma reflexão da sua condição e do seu papel na luta pela terra e no assentamento. A partir do ajuntamento de experiências apreendidas nas lutas, as mulheres vão ocupando os espaços públicos, dando lugar a um processo de organização e de visibilidade da questão de gênero em um espaço ocupado por homens. Dessa maneira, seguem na história das lutas no campo as mulheres trabalhadoras rurais, quem vêm estabelecendo processos de organização desde o final dos anos 1970, período em que vários movimentos começaram a se reorganizar na luta contra a Ditadura Militar, tendo seu maior entusiasmo a partir da década de 1980.

Na maior parte ocorrem variadas formas de luta pela terra e por direitos, sendo que as mulheres têm se expressado como heroínas ao lado dos seus companheiros de luta. Ao continuarem nos acampamentos, enfrentam as dificuldades, próprias da vida insegura e precária na peleja do cotidiano; enfrentam as violências praticadas pelos jagunços armados dos proprietários de terras e do Estado; cuidam dos filhos/as; encorajam os companheiros a lutarem; desenvolvem processos educativos e organizativos; disseminam esperança quem vem transformando o assentamento.

As mulheres assentadas estabelecem um coletivo político importante nos mais diversos movimentos sociais do campo, com destaque para a luta pela terra. Muitas mulheres se destacam na luta por reforma agrária e por um conjunto de políticas públicas que assegurem melhores condições de vida. As mulheres trabalhadoras rurais desenvolvem também um trabalho comunitário de cunho político e organizativo.

Dessa maneira, a pesquisa procurou apreender e analisar como se desencadeou a participação das mulheres na luta pela terra e no processo de constituição e desenvolvimento do assentamento Papa Mel: as violências sofridas pelo conjunto dos trabalhadores, em especial as mulheres, durante o enfrentamento existente; como as mulheres reagiram ao processo e às estratégias de sobrevivência e mecanismos que viabilizaram a conquista da terra; os parceiros e aliados durante o confronto. E após a conquista, é interessante saber como as mulheres exercem a participação na dinâmica do assentamento. Em síntese, tais questões concorrem para

responder a questão central da pesquisa: apreender os determinantes que levaram as mulheres trabalhadoras rurais, após a conquista da terra, voltarem-se para o espaço doméstico e/ou assumirem cargos de menor relevância nas organizações políticas locais, capitando como elas se veem no processo. A existência das relações de gênero desiguais que perpassam o costumeiro do assentamento, o que implica na invisibilidade da mulher no processo de luta e na construção do assentamento foi algo observado.

Salientamos que as relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados, gerando uma alta impunidade dos agentes da violência perpetrada no ambiente familiar, seja no meio rural ou urbano. A naturalidade com que a violência contra a mulher nas relações privadas tem sido tratada, socialmente, ofusca a visibilidade do problema e banaliza a sua ocorrência. Acrescente-se a isso o fato de a violência doméstica, central, servir de base para outras formas de violência. Ela produz experiências de brutalidade na infância e adolescência que terminam por levar a condutas violentas na sociedade.

Portanto, a pesquisa buscou apreender dois momentos de um mesmo processo: a participação ativa das mulheres na luta pela posse da terra e seu retorno à vida privada após a conquista, posteriormente à desapropriação e constituição do Assentamento Papa Mel.

Objetivo geral

Analisar a participação das mulheres do assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG, no contexto da luta pela terra e pelo acesso à educação.

Objetivos específicos

- Conhecer e analisar a concepção de educação defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e sua vinculação com a luta e resistência das mulheres do assentamento Papa Mel, em Unaí-MG;
- Analisar a atuação do coletivo de mulheres do assentamento Papa Mel, em Unaí-MG;
- Investigar de que forma essas mulheres articulam a luta pela terra com o acesso à educação formal.

1. CAPITAL E LUTA PELA TERRA

Os embates sociais que tiveram emergência nos últimos tempos no campo brasileiro não podem ser considerados sem fazer menção às transformações na agricultura e às respectivas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante dessas transformações. À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção, tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeterem ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência.

Segundo Marx (2001), a grande indústria aglomera uma multidão de pessoas desconhecidas uma das outras num mesmo lugar, dividindo-os por interesses e estimulando a concorrência entre os próprios trabalhadores. A única coisa que os unifica é o salário, e esse interesse comum reúne os trabalhadores num pensamento de resistências em grupos. O primeiro objetivo de resistência, que limitava-se ao salário e às estratégias de repressão aos trabalhadores pelos capitalistas, supera-se ao ser compreendido como uma relação do modo do capital organizar a vida, fazendo com que a manutenção da associação seja ainda mais necessária para os trabalhadores/operários do que o salário. Dessa forma,

[a]s condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa já é uma classe do capital, mas não o é ainda para si mesma. Uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo de classes. A libertação da classe oprimida implica, portanto, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes já não possam existir lado a lado, (MARX, 2001, p. 151).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, em que a crise social desponta como resposta a essas transformações. Esse desenvolvimento trouxe ainda consequências estruturais que se anunciam na deterioração das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem-terra, conseqüentemente, dando margem aos crescentes conflitos pela aquisição de terra.

Os conflitos revelam ao longo da história o distorcido quadro de trabalhadores rurais

sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas e culturais, conjuntura de desigualdade, expropriação e exploração que privou o trabalho e a sobrevivência, que vetou sua dignidade e identidade. Os trabalhadores do campo, os sem-terra, se organizaram em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que deles foi tirado: a terra. Dessa dinâmica social é que surgiram as lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas.

Os trabalhadores rurais passaram a lutar pelo seu espaço de sobrevivência, mas não apenas isso. Os mesmos começaram a questionar as formas de ocupação e uso da terra pelos grandes proprietários e grileiros de forma organizada. A conquista da terra perpassa a conquista de um lote para produção. Isso significou a conquista da cidadania, da construção e/ou resgate da identidade do camponês, além da criação de novos espaços sociais onde seja possível vivenciar uma nova fase de relações sociais. Aqueles atores desenraizados surgiram em busca da transformação. É uma nova realidade sendo construída por homens e mulheres, ambos organizados na luta, em busca de uma sociedade mais justa, onde possam sobreviver desfrutando da dignidade e exercendo a cidadania.

[N]a produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina a seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência [...]. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1859 [1977], p.215).

É importante destacar que na ditadura militar há um aprofundamento do capitalismo do Brasil, em especial no campo. Mesmo com divergências acerca de opções políticas, apoiava-se, em sua maioria, aquela forma de gestão do Estado sob a gerência das forças armadas. De fato, colocava-se para os movimentos sociais a necessidade de enfrentando do Estado.

Muitos movimentos surgiram contestando a ordem estabelecida, criticando a força do regime militar e não a estrutura classista ou (de classe) da sociedade com vias a sua

superação. Dessa forma,

[n]o final dos anos 1970, começou a gestar-se o ciclo das lutas de esquerda que se pode dominar “das bases”, animado pelos então chamados novos movimentos sociais, pelo sindicalismo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBE's), informadas pela Teologia da libertação, enfim por uma mobilização social de trabalhadores urbanos e rurais, incluindo setores significativos das classes médias, no período de transição democrática. (RIDENTI, 2006, p.31).

A organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que são comuns a todos esses trabalhadores. É essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores de uma mesma realidade e de um mesmo passado, forjando na luta a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais se despertaram do seu casulo, se reconheceram enquanto integrantes de uma luta e, engajados na busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e a da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história.

É possível notar a crescente adesão aos movimentos sociais do campo de trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, os quais buscam no acesso à terra a retomada da dignidade e o direito ao trabalho, dos quais foram expropriados. Dessa forma, temos que esse é mais um elemento, o qual adicionado ao modelo concentrador/modernizador da agricultura requalifica o perfil dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil, como salienta Thomaz (2001, p. 20), abaixo.

Isto é, a demanda por terra não se restringe tão somente aos trabalhadores que já têm ou que tiveram ligação com a terra, mas um conjunto diversificado de trabalhadores, ex-assalariados urbanos, engrossam as fileiras dos sem-terra no Brasil, passam a compor os movimentos sociais afins e as frentes de luta pela terra, redefinem o perfil e o conteúdo societal do trabalho envolvido na luta pela terra.

Portanto, na luta pela terra, encontramos o homem, a mulher e a criança, todos lutando lado a lado, desfrutando dos mesmos ideais e objetivos. Desde o primeiro passo da luta que é a ocupação, a figura da mulher está presente e se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que rondam a organização patriarcal familiar tenha na mulher apenas uma "dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa". Essas mulheres, as quais emergem aqui como objeto central desta pesquisa, desenvolvem inúmeras funções dentro da organização e seguem junto com os companheiros a luta pela reforma agrária e na fundamentação da luta

política e do pertencimento de classe.

Embora o movimento da luta pela terra seja de todos/as, as mulheres têm um papel fundamental, pois desde a década de 1960 buscaram seu lugar a partir dos movimentos sociais de mulheres. As várias dificuldades de natureza econômica durante os anos de 1970 contribuíram para que muitas mulheres buscassem alternativas para assegurar a sobrevivência de suas famílias. Disseminaram-se pelos grandes centros os vários grupos de mulheres que começaram a se organizar contra as péssimas condições a que suas famílias eram submetidas.

Foram movimentos organizados não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. “São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros.” (PINTO, 2003, p. 43).

A esse cenário, acrescenta-se o surgimento do feminismo no Brasil, marcado por experiências de mulheres vindas do exílio. Na conjuntura acerca de luta pela anistia aos exiliados políticos, as mulheres (feminismo) traziam uma peculiaridade: lutas sobre as questões da sexualidade, corporalidade feminina, o direito de dispor do seu próprio corpo, além da luta pelo divórcio, pela participação das mulheres na política.

A união com as mulheres dos movimentos populares possibilita várias conquistas. A importância da participação das mulheres, não está relacionada somente a questão de contingente para a luta, ou pela luta por creches e questões consideradas específicas das mulheres, a participação das mulheres soma à luta contra a ditadura, a luta contra o machismo, e permite repensar velhas questões morais também, desta forma, nas palavras de Moraes, o feminismo é uma expressão anticapitalista, antiautoritária, antimachismo, libertária (MORAES, 2008, p. 116).

O surgimento dos movimentos feministas foi turbulento, mesmo porque se deu em uma época em que a ditadura militar e a resistência se impunham às bandeiras “específicas das mulheres”, quem representavam um risco para a luta central que, naquele momento, era contra o governo ditatorial. Todavia, muitas barreiras começaram a ser rompidas devido às resistências dos grupos.

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos

postos de decisão. (SOARES, 1998, p. 41).

Nos assentamentos, as mulheres se organizam a luta pela escola, por associações, melhoria na qualidade dos alimentos, com suas pequenas hortas e a criação de aves e animais que na sua vez tem necessidade para o consumo e geração de renda familiar com a venda dos produtos.

A canção de Chico Buarque, *Mulheres de Atenas*, faz referência ao exemplo daquelas mulheres... de Atenas. E qual terá sido o exemplo das mulheres do campo e dos movimentos sociais? Pouco ainda se sabe a respeito delas, mas se sabe que tem luta e garra pelo seu pedaço de chão; luta pela sobrevivência.

A respeito das mulheres do campo e especificamente do PA Papa Mel, o que se sabe a respeito delas e suas participações nas lutas pela terra, por espaço na sociedade, por escola de qualidade? A partir de levantamento de dados de campos e de informações advindas da prefeitura e da Cepasa-MG e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como a coleta de dados estudados, tem-se que essas mulheres buscam a sobrevivência no seu cotidiano no coletivo.

Conforme Freire (2001), somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por uma libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se essa descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que parece fundamental é que essa não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão para que seja práxis.

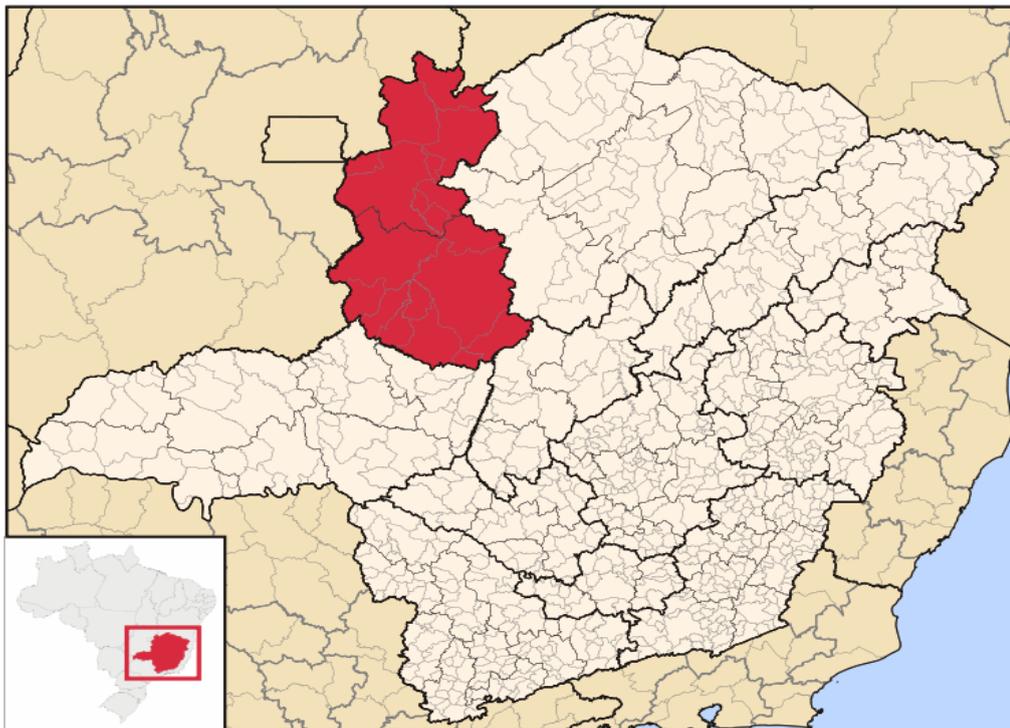
2 A REGIÃO DE UNAÍ E A MESORREGIÃO DO NOROESTE DE MINAS

2.1. Caracterização econômica rural e política

O município de Unaí, onde predomina-se o agrário, situa-se no Planalto Central, na Mesorregião do Noroeste do Estado de Minas Gerais e estende-se por uma área de 8.447 km² [oito mil, quatrocentos e quarenta e sete quilômetros quadrados] de extensão territorial (ATLAS, 2003) sendo seu bioma, o cerrado. O mapa 1 identifica o município na Região Noroeste de Minas, mas vale lembrar que ela é ainda considerada como entorno ou região geoeconômica de Brasília-DF.

Até a década de 1950 a região Noroeste de Minas Gerais praticamente conservou as características herdadas do Período Colonial, cenário que começou a modificar-se com a construção da barragem de Três Marias e com a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central com o objetivo de promover a interiorização do desenvolvimento, até então concentrado no litoral do País (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2017).

Mapa 1 - Mapa do Noroeste de Minas Gerais



Fonte: IBGE (2010).

A mesorregião do Noroeste de Minas é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. É formada pela união de dezenove municípios agrupados em duas microrregiões – Paracatu e Unaí –, sendo a microrregião menos populosa e menos densamente povoada. Sua economia se baseia praticamente nas atividades agropecuárias, com destaque à produção do cultivo do milho, mandioca e feijão, além da pecuária extensiva. Essa região mineira pertenceu ao Estado de Pernambuco até meados do Século XVIII.

Cortada pelo rio São Francisco, a região tem clima tropical quente e formado por depressões. A economia é altamente agrícola. O povoamento da região deu-se no século XVII, quando foram criadas as primeiras fazendas de gado. Constitui a região menos populosa e menos densamente povoada do estado.

A microrregião de Paracatu, que possui uma área total de 34.997,251 km², é uma das microrregiões do estado brasileiro de Minas Gerais pertencentes à mesorregião Noroeste de Minas. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 230.798 habitantes e está dividida em dez municípios.

A microrregião de Unaí é formada por nove municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí e Uruana de Minas. Possui uma área de 27.383,810 km² e uma população de 145.549 habitantes (IBGE - 2010), possuindo uma densidade demográfica de 5,31 hab./km².

Mapa 2 - Microrregião de Unaí e os municípios



Fonte: IBGE (2010).

Dados da Prefeitura Municipal de Unai (2017) pontuam que até os meados do final da década de 1970 a vasta área do Planalto Central era um “vazio” demográfico e econômico, e a pecuária extensiva era a única atividade que se destacava economicamente na região. Com a inauguração de Brasília, acelerou-se o processo de ocupação do território com expansão da fronteira agrícola, facilitada pela implantação de rodovias como a BR-040, que interliga Brasília ao restante do País. Esses fatos resultaram num melhor aproveitamento dos terrenos planos e com vales abertos do cerrado e dos recursos oferecidos pelo solo. Uma agricultura do tipo empresarial foi introduzida intensificando-se a mecanização e o uso de insumos agrícolas voltada, de modo especial, para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho, feijão e café.

Esse processo de ocupação produtiva foi impulsionado pela criação de “projetos de aproveitamento e colonização do cerrado, realçando o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília –PERGEB, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado PRODECER, o PLANOROESTE – I e II e o POLOCENTRO” (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015, s/n).

Firmado o acordo entre o Brasil e o Japão, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer, sob a coordenação da Companhia de Promoção Agrícola – Campo, merece destaque porque priorizou os municípios de Unai e Paracatu a partir dos anos 1981 (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2017). Idealizado em 1974 e implementado a partir de 1978, esse programa objetivou a incorporação racional de áreas de cerrado previamente selecionadas pelo Campo destinadas ao processo produtivo mediante utilização de tecnologias mais modernas para o crescimento da produtividade de commodities demandadas internacionalmente (RODRIGUES; VASCONCELOS; BARBIERO, 2009).

Entendemos que esses programas influenciaram um grande fluxo migratório em direção à região entre os anos 70 e 80 por pessoas vindas, em sua maioria, da região Sul do País, principalmente dos estados Paraná, Rio Grande do Sul e Centro Oeste, bem como Mato Grosso do Sul. Seu papel vai-se definindo como forte expoente da agropecuária nacional em função das condições climáticas favoráveis, da qualidade do solo e do nível de mecanização e adoção de modernas tecnologias de produção agropecuária, especialmente nos municípios de Unai e Paracatu (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2017).

Fotografia 3 - Cidade de Unaí



Fonte: IBGE (2010).

O município de Unaí registrou nas safras 2014/2015 um volume de 120 sacas [Cento e vinte sacas] em mais de mil toneladas em lavouras espalhadas por 30 [trinta] mil hectares, destacando-se ainda por ser o segundo maior produtor de milho de Minas Gerais. Na safra indicada foi o primeiro do Estado em produção de soja [trezentas e trinta mil toneladas

em cento e dez mil hectares] e em sorgo [oitenta e quatro mil toneladas em vinte mil hectares]. O feijão é outro destaque: nesta safra o IBGE apurou uma produção de 72 [setenta e duas] mil toneladas cultivadas em 48 [quarenta e oito] mil hectares. Na pecuária, a expressiva criação de bovinos chega a 340 [trezentas e quarenta] mil cabeças (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ, 2015) sendo, também, significativo produtor de leite.

Há uma forte presença no município também, além da produção agropecuária empresarial de unidades de produção distribuídas em pequenas e médias fazendas de proprietários, arrendatários, camponeses e assentados de programas de Reforma Agrária que tem sua base de sustentabilidade econômica na agricultura familiar. Conforme o Atlas Escolar, Histórico e Geográfico do Município de Unaí - Estado de Minas Gerais (2003), essas unidades produzem, entre outros produtos, milho, café, cebola, laranja, banana, mandioca, cana-de-açúcar, suínos, aves, ovos, leite e hortaliças.

O município de Unaí abrange uma grande extensão que abriga homogeneidade de camponeses, de arrendatários e de assentados. Existem, segundo Oliveira et al. (2009), poucas organizações e entidades populares que atuam na luta pela terra; o principal protagonista nessa ação é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, filiado à Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag), que representa “a maioria dos trabalhadores sem terra, os assalariados e acampados, os assentados e uma parte de agricultores familiares das comunidades tradicionais [...]” (OLIVEIRA et al., 2009, p. 99). As organizações de base são constituídas pelas associações comunitárias das comunidades rurais e dos projetos de assentamento de Reforma Agrária que representam os agricultores familiares em escala local (OLIVEIRA et al., 2009).

No que se refere às cooperativas agrícolas do município, Oliveira et al. (2009) ressalta a existência de três que são administradas por grandes produtores: duas voltadas para a produção de grãos e fibras e outra voltada para a produção leiteira, sendo que esta última associa empresários, agricultores patronais e agricultores familiares, inclusive das áreas de Reforma Agrária.

Quadro 2 - Identificação por nucleação e atendimentos a todos os PAs

(continua)

Nucleação	Comunidades/ Associações que fazem parte
Núcleo 1 – Guarapuava	PA SÃO MIGUEL
	PA ELDORADO CARAJÁS
	PA PINGO DÁGUA
	PA SANTA MARTA
	PA JIBÓIA
	PA PEDRAS DE MARILÂNDIA
	PA CHAPADINHA
	PA MENINO JESUS
Núcleo 2 – Faz Saco Grande	PA DIVISA VERDE
	PA ESTRELA GUIA
	PA GUARIROBA
	PA BARREIRINHO
	PA APROFACAB
	PA SACO GRANDE
	PA PALMEIRIMNHA NOVA
	PA PALMEIRINHA
	PA PERI-PERI
	PA SÃO PEDRO CIPÓ
	PA LARGA DO ROSÁRIO
	PA SUCURÍ
	PA LANDIM
	PA COMUNIDADE GALHO
Núcleo 3 – Almescla	PA COMUNIDADE VARGEM BONITA
	PA CANABRAVA
	PA SÃO SEBASTIÃO PICOS
	PA ALMESCLA
	PA JATAÍ
	PA QUEBA
	PA BARRA DO CÓRREGO
	PA COMUNIDADE SANTA MARIA
	PA COMUNIDADE CANABRAVA IGREJINHA
Núcleo 4 – Boa Vista	PA COMUNIDADE GALHO
	PA BOA VISTA
	PA PAPAMEL
	PA. TAMBORIL
	PA COMUNIDADE GADO BRAVO
Núcleo 5 – Gruta do Tamboril	COMUNIDADE AREIA SANTA RITA
	PA GRUTA DO TAMBORIL
	PA TABOCAS
	PA CAFUNDÓ

Quadro 2 - Identificação por nucleação e atendimentos a todos os PAs

(conclusão)

Nucleação	Comunidades/ Associações que fazem parte
Núcleo 6 – Boqueirãozinho	PA CAPÃO DO ARROZ
	PA SÃO JOÃO BATISTA
	PA BOQUEIRÃOZINHO
	PA ALDEIA DE CIMA
	PA JOSÉ RIBAMAR
	PA COMUNIDADE VEREDA REGIÃO FORQUILHA
	PA COMUNIDADE QUILOMBO
	PA COMUNIDADE PIAU
	PA COMUNIDADE VEREDA
Núcleo 7 – Baú	PA COMUNIDADE SAPEZAL
	PA COMUNIDADE BAÚ
	PA ALDEIA DE BAIXO
Núcleo 8 – Vazante	PA CURRAL DO FOGO
	PA COMUNIDADE CANTINHO
	PA VAZANTE
	PA BREJINHO
Núcleo 9 – Campo verde	PA MODELO
	PA RENASCER
	PA CAMPO VERDE
	PA BOA UNIÃO
	PA RURALMINAS
	PA COMUNIDADE ESPERANÇA DE LAGES
	PA FLORESTAN FERNANDES

Fonte : EMATER e PMU.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Rêses e Pinel (2016), no Materialismo Histórico Dialético, as categorias de essência e de aparência são tratadas dialeticamente de forma contínua – em contraste com a relação entre causa e efeito –, de modo a se retroalimentarem constantemente. Nesse contexto, o pesquisador é entendido como um ser social que interage com o objeto a ser pesquisado, sendo válida uma postura participante e opinativa na relação pesquisador-objeto.

Esta pesquisa apresenta uma descrição das características de cada uma das etapas no que se refere aos aspectos metodológicos, especificando o contexto do estudo e o perfil. Aborda-se, do mesmo modo, a natureza da pesquisa e descrevem-se as técnicas utilizadas para a coleta e tratamento dos dados.

A seleção do projeto de Assentamento Papa Mel foi possível depois da participação no encontro dos assentados e acampados do município de Unaí, realizado em setembro de 2016, e também de visita exploratória ocorrida em outubro de 2016 e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017. Tais atividades possibilitam maior conhecimento da realidade a ser pesquisada, permitindo, assim, melhor entrosamento com a comunidade e o meio social do assentamento, assim como vivência do cotidiano.

Vázquez (1977) afirma que a práxis é fundamento do conhecimento, ou seja, o homem só conhece um mundo que é objeto ou produto de sua atividade e só o conhece porque atua, praticamente, concluindo que a verdade de um pensamento não pode fundamentar-se, a não ser que saia da própria esfera do pensamento, adquirindo corpo na própria realidade. E isso só pode ocorrer por intermédio da atividade prática da práxis e remete imediatamente ao problema da teoria [conhecimento que revela a relação homem e mundo] e da prática [caráter terreno do pensamento], mas não se trata apenas de apresentar suas relações e autodeterminações; deve-se buscar nessas relações as mediações que potencializam processos de transformação.

Neste trabalho busca-se a partir o Materialismo Histórico Dialético (MHD) elementos de interpretação das lutas das mulheres do campo e suas resistências diante do machismo, da falta de recursos, do distanciamento de grandes centros econômicos. Para se chegar a essa investigação há um entendimento sobre o movimento interno das contradições sociais em que vive-se no PA Papa Mel, sob duas faces: as transcritas de forma objetiva pela sua relação com a realidade do campo; e as relacionadas com a sociedade mais ampla, reconhecendo que a realidade produz contradições no trabalho e na luta pela sobrevivência e

pelos avanços tecnológicos frente à realidade que se faz presente. Nesse sentido, as seguintes categorias são enfocadas:

- a) *Totalidade* - as mulheres têm em seu trabalho no cotidiano, contribui para a realidade local, pois tem a relação com os espaços de sociabilidade capitalista.
- b) *Historicidade* - aqui o pesquisador vai ao encontro das memórias, tradições culturais, meio social, políticos, a história do PA e a luta pela sobrevivência local.
- c) *Mediação* - buscamos sair do concreto para o abstrato, o ato de ir e vir para a construção da dialética, compreender o campo do saber e ações e os sujeitos presentes na pesquisa.
- d) *Contradição* - a presença das contradições estará no percurso que encontraremos.

A questão de atribuir-se ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica. (MARX, 2002, p. 100). É nessa perspectiva da ação dialógica emancipadora e transformadora que o nosso trabalho vem ao encontro para contribuir e intervir de maneira coletiva, objetivando as mudanças e avanços nos sujeitos do processo.

3.1 Opções metodológicas e contextualização da pesquisa

A partir dos dados coletados foi preciso reconhecer que a produção dos pequenos produtores tem seu valor na sociedade, principalmente quando se trata da mulher rural e luta pelo seu espaço, quando se trata da sua cultura camponesa, também mostrada na feira, nas escolas, ou no próprio PA, com suas festividades e religiosidade.

O estudo foi desenvolvido no PA Papa Mel, situado às margens da Rodovia MG 188, que liga Unaí -MG a Formosa – GO, bem como em duas escolas onde utilizamos observação participante. Uma das escolas é a Escola Municipal Euclides da Cunha - Ensino Fundamental I e II, localizada no Distrito de Boa Vista, que tem uma distância aproximada de 6 km do assentamento; a outra é a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, que funciona no Bairro Mamoeiro, a qual atende os estudantes do Ensino Médio. O público das escolas em questão são estudantes do meio rural, a maioria filho de assentados, ou provém de pequenos sítios das mediações, em média 20 km do Assentamento Papa Mel. As duas escolas têm características que diferem das demais exatamente por atenderem alunos que em sua maioria são filhos de assentados.

A Escola Municipal Euclides da Cunha atende em torno de 158 estudantes no turno

matutino, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II. Ela fica localizada no Distrito de Boa Vista e a maioria dos estudantes é composta por filhos de assentados e provenientes de chácaras e pequenas fazendas.

A Escola Virgílio de Melo Franco, localizada no bairro Mamoeiro, atende cerca de 390 estudantes do Ensino Médio. É uma região em que predominam os assentamentos, chacareiros, pequenas fazendas.

O estudo foi realizado a partir das observações: as mulheres e seus familiares, seu cotidiano e a influência exercida por essas mulheres na comunidade, bem como nas escolas. (a luta diária no campo da resistência das conquistas de direitos, o aprendizado dos direitos, cidadania e como ser destacado como uma dimensão educativa no Projeto de Assentamento Papa Mel).

Para desenvolvimento da pesquisa foram entrevistadas 10 moradoras do PA Eram elas: as (2) duas líderes, que não necessariamente precisavam ter filhos em idade escolar, mas que deviam ser atuantes nas decisões do assentamento; (2) duas mães de estudantes do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I, (3) três mães do Ensino Fundamental II e (2) duas mães do Ensino Médio.

Como revelam os dados, os projetos de assentamento são recentes. No PA Papa Mel, são vinte e oito famílias assentadas em uma área total de 1.120 [um mil, cento e vinte] hectares no município de Unaí – MG.

Tabela 1 - Informações gerais sobre o PA. Papa Mel

Informações sobre o PA. Papa Mel/UNAÍ-MG					
Ano de Criação	Área (há)	Famílias Assentadas	Filhos de Assentados que residem com a Família	Nº de Mulheres	Nº de Pessoas
2002	1120 há	28	2	42	98

Fonte: Dados repassados pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí/MG durante conversa informal no mês de janeiro de 2017.

O perfil produtivo dos assentamentos é caracterizado pela pequena produção de subsistência, salvo raras exceções. A maioria da produção agropecuária se concentra na criação de suínos, gado leiteiro, aves e ovos. A maioria é composta por produtores de leite, que em sua maior parte vende o leite na cooperativa local. Em determinadas épocas do ano, principalmente nos períodos de seca, quando a produção leiteira diminui, os tanques comunitários de resfriamento de leite ficam desusados, como relatado por uma moradora.

Quando ocorre a diminuição da produção leiteira, os assentados produzem queijos, doces e derivados para a venda em feiras locais ou nos próprios estabelecimentos. Ainda para a venda em feiras locais são beneficiadas, em pequena quantidade, polpas de “frutas da época”, como melancia, banana, manga, pitanga, amora, caju e acerola.

O plantio de milho para consumo e produção de ração em pequena escala, mandioca para consumo e produção de polvilho e farinha, cana-de-açúcar para moagem e produção de melado, rapadura, doces e ração para o gado e hortaliças são os produtos predominantes no cultivo da terra. A falta de água impede, de acordo com alguns assentados, que se plante qualquer lavoura irrigada no sentido de possibilitar melhor utilização e cultivo da terra e, por consequência, aumentar a produção, uma vez que o abastecimento de água do assentamento com a grande seca é feito por meio dos caminhões-pipa três vezes por semana. Por sua vez, entra em ação, no período mais crítico da seca, dois dos córregos: Santa Bárbara e Borrachudo, os quais em 2010 secaram por completo.

A metodologia neste processo busca integrar as abordagens críticas e qualitativas para a coleta e análise de dados teóricos e empíricos. *A priori*, foi realizada uma revisão das informações secundárias de maior relevo e disponíveis na literatura recorrente de modo a privilegiar uma adequada fase exploratória. Em seguida, na ocasião do levantamento dos dados empíricos foi realizada entrevista coletiva com as (10) dez mulheres, do tipo roda de conversa, para mais tarde se fazer as entrevistas semiestruturadas.

Destaca-se que essa pesquisa não se apresenta no sentido de resolver os problemas, mas, como defende Thiollent (2011), de pelo menos esclarecê-los. Esse fato contribui para a compreensão de uma realidade que pode servir como cenário para a manutenção das políticas públicas relacionadas aos assentamentos da região do Noroeste de Minas Gerais.

A exploração de dados tem a prioridade fundamental de buscar organismo sistemático dos instrumentos metodológicos e acontece com o intuito de conhecer e se poder interagir com as mulheres com auxílio de um equipamento de gravação e diário de bordo para anotações do comportamento latente.

Portanto, a pesquisa de campo foi constituída pela participação das mulheres que são as protagonistas e que efetivamente participam do processo de gestão. Suas opiniões serão utilizadas para quantificar as situações emblemáticas do fenômeno que faz parte do estudo relacionado às lutas do movimento social no assentamento Papa Mel.

Minayo (2011) reforça que o “pesquisador participante” fica em contato direto com seus interlocutores no seu espaço social e cultural para coletar dados e compreender o contexto da pesquisa. Como resultado final, o pesquisador modifica esse contexto, pois interfere nele,

mas também é modificado pessoalmente. Ao refletir sobre a importância de técnicas de pesquisa participante, Malinowski (1984 apud MINAYO, 2011) valoriza esses processos em detrimento de *surveys* como técnicas de coleta de dados em pesquisas sociais e os critica severamente, afirmando que esse tipo de lógica pesquisadora percebe apenas o esqueleto de uma organização social e não a vida que pulsa porque o cientista está distante do lugar em que a vida acontece, e não inserido nele. “Toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano”, afirma Malinowski (1984, p. 40 apud MINAYO, 2011, p. 71).

Por um roteiro previamente elaborado, a entrevista coletiva foi realizada com o objetivo de auxiliar na identificação de categorias úteis ao mapeamento das ações que as mulheres promovem. As ações coletivas empreendidas pelas associações farão parte de assuntos constantes na pauta da entrevista. Conforme os objetivos, as entrevistas foram realizadas para, se possível, como afirma Laville e Dionne (1999), a exploração em profundidade dos saberes, representações, crenças e valores das entrevistadas. Em síntese, as entrevistas semiestruturadas são feitas para possibilitar uma investigação mais profunda do ponto de vista e das motivações e servem para melhor compreensão e representação da realidade social.

4. A LUTA DAS MULHERES POR ASSENTAMENTO NA REGIÃO DO NOROESTE DE MINAS

Em Unaí, o processo de retomada da luta pela terra se deu pela influência dos agentes da Igreja Católica, vinculados ao movimento da Teologia da Libertação e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, com um trabalho de conscientização e reflexão das CEB's, organizaram diversas atividades sociopolíticas, evoluindo para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, em 1981. Nesse contexto, deu-se maior consistência para a luta de resistência travada pelos antigos moradores da Fazenda Saco Grande, então ameaçados de expulsão. Tal ameaça era do adversário latifundiário, que via a cada dia aumentar a organização dos trabalhadores e ainda passava pela eventualidade de se ter o resultado da ação de um programa de reforma agrária em áreas improdutivas (CASTRO, 1997).

A luta pela terra é prevaiente durante toda a trajetória de vida, tendo em vista que o projeto familiar do qual fizeram parte tem como ponto fundamental a transformação social a partir da luta pela terra. A grande maioria das mulheres do PA eram, então, filhas, netas de militantes das Comunidades Eclesiais de Base que iniciaram a partir do 1º Encontro na Casa de Retiros São José, em Belo Horizonte - MG, nos dias 08 a 11 de março de 1966, juntamente com outros militantes, um trabalho de base no sentido de contribuir para a organização de homens e mulheres para a luta pela terra no interior no Noroeste de Minas Gerais.

Em Unaí, a luta pela terra teve início na década de 1980 e foi marcada pela presença das irmãs carmelitanas, Vicentina e Zélia, durante a atuação das Comunidades Eclesiais de Base. As reuniões aconteciam nos salões improvisados das igrejas e nos pequenos povoados, na zona rural, lugares onde havia pequenas Igrejas, pois na época o meio rural tinha um número expressivo de moradores.

Os Movimentos por luta pela terra foram tão expressivos na região que quando aconteceu o êxodo rural as irmãs acolheram todas as pessoas na região de Unaí. Inicialmente, havia um lixão no qual as famílias acamparam nas proximidades; já com o passar dos tempos, foi criado o Bairro Canaã. Esse bairro teve como finalidade acolher aqueles que não tinham seu pedaço de chão para morar, e as irmãs vendo a necessidade conseguiram o terreno para que pudessem acolher os novos moradores. O nome Canaã faz alusão à terra prometida, a referência citada na bíblia. Consta que Canaã era a terra prometida pelo Senhor ao seu povo escolhido, ainda quando chamou Abraão (que vivia ao sul da Mesopotâmia): “[e] nos trouxe a este lugar, e nos deu esta terra (Canaã), terra que mana leite e mel” (Dn 26:9).

As famílias foram acolhidas e ganharam seus primeiros lotes, pois o êxodo rural na década de 1980 fez com que muitas cidades crescessem desordenadas, fazendo com que até Unaí, não sendo diferente, inicia-se o povoamento do que hoje seria o bairro mais populoso de Unaí, com moradores, inicialmente, oriundos do meio zona rural.

Como resultado desse modelo de povoamento, houve, entre outras considerações, mudanças no processo de geração de empregos no meio rural. A desestruturação da pequena produção levou a uma significativa redução no volume global de emprego, com o aumento do número de trabalhadores temporários, além de um processo de êxodo rural bastante acentuado, particularmente nas décadas de 1970 e 1980 em Unaí, quando o fluxo de mão-de-obra temporária, boia-fria, era de cerca de 5.000 trabalhadores, que se deslocam para o campo diariamente. Castro (1997, p. 14) afirma que

[...] do ponto de vista dos trabalhadores, o processo de modernização agrícola na região noroeste significou um brutal deslocamento social, provocado pela mudança na pauta produtiva. “Posseiros, agregados, meeiros, vaqueiros experimentam a modernização como uma ruptura no seu modo de viver, algo que se abate sobre eles, contra eles.” Essa autora sumariza da seguinte forma tal processo: primeiramente, a precarização ao acesso à terra devido às mudanças nas regras entre os moradores e os proprietários; a proletarianização, ou assalariamento temporário precário, a intensificação da contratação de boias frias, substituindo famílias inteiras que residiam por várias gerações na área; e a migração pelos municípios da região em busca de alternativas de trabalho. Especificamente no município de Unaí, esse processo de modernização da agricultura e ocupação capitalista do cerrado proporcionou intensa migração campo-cidade, ocorrendo inversão nos percentuais da população residente nos meios rural e urbano durante as décadas de 70 e 80.

As lutas se fizeram cotidiano desde os primeiros anos, pois muitos filhos(as), nas ocasiões, tinham a necessidade de acompanhar os pais nas suas andanças pelo estado, o que gerava uma estreita convivência com as mulheres líderes, quem tinham o sonho de ter a terra. As mulheres percebiam as necessidades e dificuldades, mas também mantinham as esperanças, desejos e aspirações, principalmente em busca do fortalecimento pela luta, que segue até momento atual na conjuntura política brasileira.

Em seguida, o fiasco das propostas reformistas do I PNRA e o retrocesso dos movimentos sociais durante o período Collor, quando a conjuntura nacional foi extremamente prejudicial à reforma agrária, fez com que o movimento de luta pela terra na região passasse por um período de dispersão das pessoas. Com as maiores dificuldades políticas no campo governamental, em termos legais e institucionais, os movimentos sociais

de modo geral e de luta pela reforma agrária em especial passam a atuar de forma bastante defensiva. Somente a partir de 1993, com a transferência do polo sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) para Paracatu e com a mudança na conjuntura política nacional, é que o movimento volta a se fortalecer na região noroeste de Minas Gerais.

A partir de 1995, com ações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), como a marcha que percorreu grande parte do País com destino a Brasília e a intensificação das ocupações de latifúndios improdutivos no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, bem como a ocorrência dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, a luta pela reforma agrária ganhou maior apelo social e visibilidade da mídia. Nesse período, na região noroeste de Minas, acrescenta-se à luta a articulação regional dos sindicatos dos trabalhadores rurais, feita pelo polo da Fetaemg, bem como a ampliação das ocupações e também a capacitação de novas lideranças de trabalhadores rurais da região, proporcionadas pelo acampamento Palmital/Barriguda.

5. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ASSENTAMENTO PAPA MEL

A origem e trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) coincide com o processo histórico de resistência dos trabalhadores brasileiros. Trata-se, então, da continuação e persistência da história de luta pela terra.

As influências política e econômica são fundamentais para a percepção da natureza do MST. Como afirma Fernandes (2000), as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não são restritos à década de 1990. As ocupações de terras realizadas pelo MST e por outros movimentos populares caracterizam-se por serem ações de resistência à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, compondo, assim, uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra e de trabalho, com condições dignas de vida e de uma sociedade justa.

A constituição histórica do Brasil desde seu início é marcada com a chegada do colonizador europeu, há mais de 500 anos, invadindo o território indígena e escravizando a população local. Já no período de invasão colonizadora, inicia-se a luta de resistência dos povos indígenas, quem se opõem e resistem ao massacre histórico. E é nesse processo de resistência que as lutas se sustentam e se intensificam.

Os trabalhadores do campo sempre tiveram que enfrentar grandes latifundiários, coronéis, grileiros e se opor ao Estado, como principal representante da classe que governa. Nos meados do século XX, surgem as ligas camponesas, outras formas de associações e sindicatos dos trabalhadores rurais, como novas formas de organização na luta pela terra e pela reforma agrária.

Os conflitos constantes e contínuos aconteciam em diferentes regiões do País, contribuindo para a formação camponesa no princípio da segunda metade do século XX. Entre esses, como descreve Fernandes (2000), estão as lutas dos posseiros e dos pequenos proprietários para resistirem na terra; as lutas dos arrendatários; dos colonos, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados. Na ocasião, eram realizados encontros e congressos dos camponeses, acontecendo, portanto, o desenvolvimento do processo de organização política dos camponeses. Em meio a esse processo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica e outras instituições estavam interessados e disputavam o espaço político que surgiu da luta organizada dos trabalhadores do campo. Torna-se relevante, de acordo com Domingues (2007), que nas décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas lutassem pela Reforma Agrária

e, mesmo quando extintas pelo golpe de 1964, contribuíssem com a criação de uma legislação mais favorável para aqueles que lutam pela terra.

Segundo Caldart (2005), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra provém de uma questão estrutural e histórica no Brasil e nasce das lutas pela terra, retomadas a partir do final da década de 1970, especificamente na região Centro-Sul do País, e posteriormente se expandiu para outros territórios brasileiros. A autora relata que o período de gestação do movimento se deu no período de 1979 a 1984, mas foi formalmente fundado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra. No presente momento o MST é o maior movimento social popular organizado do Brasil e, provavelmente, o maior da América Latina. A sustentação da atuação do movimento é no meio rural, junto a trabalhadores rurais de diversas origens, como pequenos proprietários, assalariados, usualmente de forma informal, e outros ainda de origem urbana, moradores de periferias das cidades de diferentes regiões do Brasil.

O MST tem sua base organizativa situada principalmente no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e a produção do material impresso estão localizadas em grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte. A representação do movimento no meio rural ocorre na assistência aos assentamentos e na organização das ocupações nos acampamentos. As ações envolvem grandes períodos de lutas, que podem perdurar por anos, obtendo resultado favorável com a conquista de um assentamento ou não. O processo até que os integrantes do movimento recebam a propriedade para morar, produzir e receberem algum suporte ou subsídio financeiro do governo pode ser longo (GOHN, 1998).

O MST hoje, com mais de 30 anos de organização, está presente em 24 estados nas cinco regiões do País e contabiliza cerca de 350 mil famílias assentadas, 100 cooperativas e mais de 1,9 mil associações nos assentamentos. A organização do movimento contribuiu também na construção de 96 agroindústrias. A proposta do movimento é que as famílias alocadas nos assentamentos permanecem organizadas no MST, com continuidade as reivindicações através de outras lutas. A pauta do movimento traz além da posse de terras improdutivas para os trabalhadores sem terra, a luta por uma política agrária justa, que viabilize o acesso aos meios de produção e comercialização dos produtos da terra vinculados ao acesso a direitos sociais básicos para a toda a sociedade (MST, 2013).

A ação de apropriação da terra inicia-se com a conquista e posse, no entanto, normalmente os latifúndios desapropriados possuem pouca infraestrutura e não têm condições apropriadas de moradia, saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer, o que significa uma luta cotidiana pela sobrevivência, exigindo uma organização e estruturação dos assentamentos para atender às demais famílias.

As famílias integrantes do MST possuem uma identidade que é organizada numa estrutura participativa e democrática com a discussão de diretrizes e orientações para que as famílias se organizem por setores com tarefas específicas, como Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais, entre outros, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado, através de núcleos regionais, estaduais e núcleo nacional. Nas assembleias todos têm direito a voto, tanto adultos como jovens, tanto homens como mulheres. Da organização desse meio, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. As instâncias são orientadas a garantirem participação das mulheres no movimento, por isso são necessários dois coordenadores, sendo um homem e uma mulher, de maneira a respeitar a participação de todos.

A proposta do movimento é de continuidade de atuação dentro dos assentamentos, todavia, após a desapropriação das terras, quando as famílias já estão assentadas, a luta pela terra e os procedimentos de constituição do assentamento trazem novas experiências e formas de participação e de sociabilidade entre os assentados. (MST, 2013).

Consequentemente, de forma diferenciada em cada assentamento, acontece uma reorganização das redes de relações pessoais e dos familiares, estabelecendo muitas vezes novas formas de organização, como por exemplo, a articulação com associações, sindicatos locais e a participação de todos os envolvidos. Nesse sentido, é provável afirmar que a presença atuante do MST nos assentamentos, após a apropriação das terras, não é homogênea, em razão de que alguns assentados se afastam de maneira gradual do movimento.

A formação das relações organizacionais, especialmente no que diz respeito ao processo legal e produtivo, está vinculada especialmente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A Diretoria de Assentamento do Incra operacionaliza a imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal e orienta as ações para a criação, implantação, desenvolvimento e consolidação, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária. (INCRA, 2014),

No percurso das organizações e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a participação feminina foi relevante e ativa. Ferrante; Duval; Bergamasso e Bolfe (2013) afirmam que a presença feminina foi ativa na intermediação do movimento com o poder local. As mulheres também inspiraram a proposição de iniciativas na transformação lucrativa.

Entretanto, os autores reiteram que a trajetória de constituição dos assentamentos é caracterizada por uma discriminação naturalizada, respaldada nas visões patriarcais do projeto estatal e configurada no atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários às mulheres, bem como na exclusão das mesmas em programas de crédito, comercialização e de finalidade lucrativa.

Segundo Esmeraldo (2013), a articulação e organização das mulheres se realizam em duas frentes: uma para ingressarem em movimentos sociais rurais (sindical e MST) e outra através da criação de movimentos autônomos de mulheres. A autora afirma que a formação da consciência em relação ao acesso a direitos teve importante contribuição na função política do movimento sindical de trabalhadores rurais, auxiliando na condição dos trabalhadores por meio da informação e da participação nas lutas, propriamente. No entanto, a mesma autora ressalta que

[n]o modelo de organização da produção de natureza familiar, na lógica institucional, nos dados estatísticos, no meio jurídico, nas escolas agro técnicas e de graduação em ciências agrárias e na ação governamental de programas voltados para o desenvolvimento rural, o trabalho na agricultura é considerado ofício masculino. As regras instituídas, seja em documentos, sejam inscritas nas práticas sociais, são portadoras de senso comum, de comportamentos, de modelos que legitimam o homem na profissão e privam a mulher do acesso à terra, à capacitação e ao reconhecimento do seu trabalho nos roçados. A prática e o discurso político no movimento sindical não fogem à regra. (ESMERALDO, 2013. p 247).

Conforme a mesma autora, ainda que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra oriente que a luta de classes é de caráter econômico e unificador e não considere a diferença de gênero, na prática, tanto a entidade sindical como o movimento dos trabalhadores, respalda a reprodução e defesa do gênero masculino, criando condições que propiciam a acumulação de capital político e social para o homem. Dessa forma, esse movimento mantém sua posição de representante legítimo da classe trabalhadora rural, omitindo, portanto, a formação e a existência de trabalho feminino que se faz representar no mundo social de forma diferenciada, sexista e em detrimento do gênero feminino.

Todavia, os sindicatos constituem uma dimensão de luta política que também a porta de entrada para o reconhecimento formal do trabalho rural feminino, legitimando e atribuindo à mulher uma classificação profissional com a liberação de documentos para o Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social, garantindo direitos sociais e previdenciários. Em suma, os dois movimentos rurais, tanto o sindical como o MST, mesmo tendo sua origem em movimentos que incluem homens e mulheres, na prática são representados

de forma hegemônica pelo gênero masculino, tornando a presença da mulher e sua participação invisível e postergada, de forma a se materializar apenas através da luta das mulheres por esse espaço. Acreditamos que essas contradições aparecem com mais força no interior dos assentamentos, questão que se esboça no decorrer da nossa pesquisa.

5.1. Educação do campo

A educação do campo nasceu de um contexto social no qual as reivindicações por escolas procedem da luta de classes no meio rural, nos anos 1980. A luta dos movimentos sociais é, entre outras coisas, para encontrar meios de se ter escolas que atendam os sujeitos a partir das ocupações da terra, importante por haver necessidade de escolas que contemplem os filhos dos camponeses que ali residem, ou seja, um atendimento educacional voltado à necessidade dos alunos. O resultado da participação limitada das mulheres na luta pela terra e no conjunto das atividades do MST aparece nos assentamentos, ou seja, nos lotes conquistados pelas famílias sem terra. Em muitos assentamentos as mulheres não participam das discussões; muitas sequer sabem como e onde os recursos financeiros são investidos, não influenciam na organização espacial para decidir onde deve ser a área de moradia e de produção. Em muitas dessas áreas as mulheres têm participação ativa no trabalho agrícola, mas pouco poder político e econômico. Na maioria das áreas a equipe técnicas e dirigentes são homens, por isso quando fazem reuniões para tomar decisões pouco importam se as mulheres estão presentes ou não.

No assentamento Papa Mel a grande maioria das mulheres tem a participação efetiva nas decisões, buscando, assim, a luta conjunta com os demais familiares por melhoria do assentamento e emancipação social.

No que tange ao PA Papa Mel, percebemos que a comunidade tem feito um grande esforço para participar das discussões dos debates que envolvem os demais assentamentos na Região de Unaí. O presidente da associação do assentamento participa constantemente de todas as reuniões, promovidas pelos sindicatos e demais órgãos que os representam, assim como da luta por melhoria no assentamento, por transporte escolar de qualidade, por escolas e outras demandas que unem as forças de todos.

6. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO PAPA MEL

Os projetos de assentamentos são formados por famílias, em sua maioria, oriundas do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Zona na Mata Mineira, Sul de Goiás e da própria região do Noroeste de Minas, compostas de trabalhadores rurais que já tinham experiência ou contato com o trabalho com a terra. No município de Unaí há vários projetos de assentamentos, sendo uns com mais estruturas que outros, mas todos recebendo assistência do governo Municipal, governo Estadual e governo Federal, bem como recursos e assistências técnicas.

Tabela 2 - Assentamento no Município de Unaí PA Papa Mel

Assentamento PA Papa Mel	Ano de instalação	Área (em hectares)	Família	
			Capacidade	Assentadas
	2002	1120	28	28

Fonte: Dados repassados pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí – MG, durante conversa informal no mês de Janeiro 2017.

Foram entrevistadas 10 mulheres assentadas do PA Papa Mel, sendo duas (02) mulheres mães de alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I; três mulheres (03) mãe de alunos do Ensino Fundamental II; três (03) mulheres mães de alunos do Ensino Médio e duas (02) mulheres que participam ativamente das decisões no assentamento. A seguir apresentamos um resumo simplificado do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas.

Tabela 3 - Perfil Socioeconômico

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Profissão / Ocupação	Nº de filho	Composição familiar	Situação/Moradia	Renda Familiar declarada
01	45	EM	Casada	Trabalhadora rural	03	18.M 16.F 12.M	Casa própria/ Alvenaria	2500,00
02	68	EF (EJA)	Casada	Aposentada	05	48.M 46.M 44.F 41.F 36.M	Casa própria/ Alvenaria	3000,00
03	38	ES	Casada	Pedagoga	02	10.M 8.M	Casa própria/ Alvenaria	5000,00
04	48	ES	Casada	Técnico/enfermeira	02	16.F 12.M	Casa própria/ Alvenaria	3500,00
05	38	ES	Casada	Agente de saúde	02	18.M 16.F	Casa própria/ Alvenaria	3000,00
06	42	EF (EJA)	Casada	Trabalhadora rural	03	23.M 20.M	Casa própria/ Alvenaria	1500,00
07	55	EF (EJA)	Separada	Trabalhadora rural	05	44.M 42.M 40.F 36.F 30.M	Casa própria/ Alvenaria	3000,00
08	38	ES	Casada	Trabalhadora rural	03	40.M. 38.F 33.M	Casa própria/ Alvenaria	1500,00
09			Casada	Professora	02	16.F 12.M	Casa própria/ Alvenaria	2800,00
10	39	ES	Casada	Engenheira agrônoma	02	17.M 16.F	Casa própria/ Alvenaria	3500,00

Fonte: Pesquisa de campo.

M. masculino

F. Feminino

Conforme Tabela 3, quanto ao estado civil das mulheres entrevistadas, verificamos que prevalece a “condição de estar casada”, ou seja, a maioria das mulheres do assentamento continua com o mesmo companheiro a mais de 10 anos. Na composição familiar, a maioria das entrevistadas com idade superior a quarenta anos tiveram de três a quatro filhos e as mais novas de um a três filhos. Algumas que não participaram da pesquisa ainda não têm filhos, sendo que essas são filhas ou netas dos assentados que continuam a residir no mesmo lote dos pais mesmo

depois do casamento.

Como colocam Acosta e Vitale (2008), mesmo após a descoberta da paternidade, a função de cuidar e criar os filhos continua sendo influentemente atribuída às mulheres. Assim, a obrigação de criar filhos faz com que a maternidade possa intervir na participação política da mulher se constituindo até mesmo em um empecilho para que essas mulheres participem mais ativamente nos espaços públicos na sociedade contemporânea.

No âmbito da luta, a história na divisão social do trabalho, a formação dos filhos não é tão relevante, devido até ao próprio movimento que a luta demanda. Entretanto, quando a vida assume um ritmo mais cotidiano, como nos assentamentos, a obrigação da mulher na presença dos filhos regressa, mesmo que todas elas, como podem observar na tabela 3, desenvolvam trabalho produtivo no lote ou em outras propriedades rurais.

Na época a gente tava nos acampamentos, era tudo junto, as crianças aprendia lá mesmo e a gente ia pros movimentos (reuniões), aí nós conseguimos nossa terra, mas daí eu tive que cuidar dos filhos dar mais atenção pra eles estudar direitinho e também dos netos para meus filhos ir trabalhar (entrevista 2).

As participantes da pesquisa indicam quem toma as decisões sobre a produção na propriedade rural e sobre o trabalho, de onde provém o amparo familiar e as benesses que possam chegar para organização da renda. As mulheres casadas indicam que as decisões são tomadas pelos homens, seja o esposo ou os filhos homens mais velhos. Já as mulheres chefe de família, relatam que as decisões são tomadas por elas, no entanto, sentem bastante dificuldade na articulação e negociação da produção. Observa-se que, na sua maioria, as mulheres que possuem companheiros são responsáveis principalmente pelos afazeres domésticos, pelos cuidados com os filhos, apesar de lidarem também com a terra, a produção e o trato dos animais. Uma das entrevistadas que é chefe de família relatou ter dificuldades de lidar na maioria das vezes sozinha com o trabalho da propriedade, por isso coloca o filho mais novo (de 12 anos) para ajudar com o trato dos animais, sendo que a filha (de 16 anos) ajuda nos afazeres domésticos. Mesmo assim, ela tem que se desdobrar para conseguir deixar sempre tudo organizado, mesmo com tantos afazeres domésticos.

A divisão sexual do trabalho expressa as relações de poder existentes entre mulheres e homens, e são distribuídas de forma desigual, demonstrando a subordinação e a invisibilização feminina no processo histórico. Mas quando estas mulheres não tem o companheiro enfrentam uma situação de acúmulo de responsabilidades. (CARLOTO; GOMES, 2011).

Barroso e Bruschini (1981 apud Vitale, 2002) apontam que as mulheres chefes de

família são também “mães de família”, pois acumulam dupla responsabilidade, assumindo o cuidado da casa e das crianças ao mesmo tempo em que são responsáveis pelo sustento da casa.

Muito complicado porque a gente é sozinha e os filhos nem todos ajudam, o mais velho não gosta de ficar aqui e foi embora. (moro em Unai) quando a gente vai vender os nossos produtos o que planta os homens querem passar as pernas na gente (passar gente pra trás) tem que ficar bem inteligente para não perder nada (Entrevistada 01)

Eu brigava demais falava bastante e meu marido, quer dizer o ex-marido, não aceitava muito não, mas agora eu resolvo tudo aqui sou sozinha (risos). Mas como eu que a gente fica sozinha e os outros não respeita muito não, quer passar a perna, mas eu não aceito não. (Entrevistada 7)

Constatamos também que durante o processo de luta as ações e desentendimentos se colocam de forma mais objetiva, muito devido ao próprio conteúdo prático das decisões, o que torna mais fácil a compreensão das discussões e a participação. Nos assentamentos, aceita-se outro formato, como podemos perceber nas falas abaixo:

Quando viemos para pegar a terra a gente ia muito nas reunião porque era bem arrumado e todo mundo queria lutar, mas agora nem vou mais porque tem alguns assuntos que é complicado, que nem entendo, daí deixo pra ele (o marido) e os filhos que gostam de ir e resolve tudo lá para nós (Entrevistada 2)

Eu ai muito com o meu marido, mas depois que ele aprontou comigo, ficou mais difícil, mas eu vou sim às reuniões e falo o que acha, pois precisa melhorar. (Entrevistada 7)

Com base nas palavras, observamos que durante período de lutas é corrente que as mulheres participem mais ativamente. Elas combatiam com o coletivo e se envolveram e superaram muitas dificuldades, conquistando seus propósitos. Embora tenha sido um período agitado, em que o medo da violência e da própria morte era uma constante, elas não dissiparam da luta e, pelo contrário, se colocaram ao lado dos seus maridos e companheiros diante da trincheira, não atrás dela.

Participava nos bastante na luta e sofremos. Eu tinha medo de não ter o que alimentos para a família, mas eu acredito que foi bom lutar porque conseguimos nosso pedaço de chão (a terra) (Entrevistada 5).

Eu achava que participou bem, porque lá nos acampamentos eu sempre tava junto e não tinha medo não de enfrentar a batalha [...] (Entrevistada 06).

Esse formato, no entanto, assume novos contornos a partir da materialização do assentamento, não só porque são as mulheres que assumem a criação dos filhos, mas porque

nos parece que as determinações do espaço coletivo são “delegadas” para os homens, o que também ocorre na sociedade capitalista. Ou seja, há dentro do espaço dos assentamentos a vagarosa retomada da divisão entre os papéis de homem e mulher tradicionalmente assumidos pela sociedade, em que o homem governa e a mulher cuida dos filhos, casa e outros afazeres.

Medo eu sempre tive (no acampamento) porque tinha bastante capangas na região a mando de alguns fazendeiros, tinha dias que eu queria sair, mas tava junto com meu marido daí fui em frente. Só vou nas reunião do Incra, quando eles vem falar com a gente sobre algum dinheiro ou benfeitoria que sai pra gente trabalha no lote. (Entrevistada 01)

Quando era no acampamento participava mais, mas no assentamento só vou às reunião com a Emater e o Incra e em outras reuniões com as mulheres. Meu marido é coordenador de do movimento, mas só ele vai nas reunião, prefiro não ir tem só homens .eu não. Antes de pegar a terra a gente ia muito as reuniões porque era bem organizado e todo mundo queria lutar, mas agora nem vou porque tem assunto que é complicado, que nem entendo, daí deixo pra ele (o marido) e os filhos que gostam de ir, pois eles todos vai participar. Às vezes vejo as pessoas com preconceito com a gente que mora no próprio assentamento e as própria pessoas daqui mesmo, alguns né, ficam com vergonha. Eu participei muito com meu marido, mas tive que cuidar dos filhos, né e netos! (Entrevistada 2).

Percebemos que a realização das atividades domésticas em prejuízo da vida política, não é definida por essas mulheres como uma submissão ou inferioridade; elas têm internalizado, pelo próprio processo de criação que vivenciaram, que essa distribuição é correta. Assim, mesmo tendo assumido outros espaços durante o período de luta, o retorno às circunstâncias não é considerado ruim, o que nos parece demonstrar a grande dificuldade que existe na mudança desse entendimento que apresenta os formatos das diferenças entre homem e mulheres na sociedade.

Não participo mais com eles nas reuniões, antes eu ia, mas daí tem meu trabalho e ainda tive problemas de saúde fiquei doente por um tempo e fiquei afastada do trabalho e dos afazeres domésticos daqui mesmo no lote, então não dá mais pra ir, meu esposo que participa e coloco meus filhos para participarem também, vejo as reuniões como grande relevância para nós. Meu esposo participa de todas as reuniões, está sempre envolvido. Eu prefiro ficar aqui em casa e cuidar das coisas, enquanto eles participam, as reuniões são vários homens tem mulheres, mas são poucas. (Entrevistada 03)

Vejo que preciso participar, mas agora bem mais tranquilo do que antes, então prefiro fica em casa, cuidando dos filhos. Deixo para participar quando são reuniões com as mulheres, temos muitos serviços, e outras demandas para resolver (Entrevistada 05).

Reconhecemos que isso se dá pelo fato de a mulher continuar a permanecer como

a aparência central da vida doméstica em seu cotidiano, sendo responsável pela reprodução da força de trabalho, por meio de ocupações como cuidado dos filhos e do lar. Dessa maneira, as próprias mulheres, muitas vezes, se entendem como responsáveis por determinados papéis sociais construídos a partir das condições sociais.

Por outro lado, há também mulheres que se descobriram na luta e continuam exercendo e ocupando seu papel de forma mais igualitária aos homens ou que pelo menos tentam garantir esse espaço em um lugar predominantemente masculino.

Gosto de participar sim, me interessa por tudo porque é importante pra nós. Vou à reunião do núcleo do movimento e no grupo de mulheres, participo também do Incra e o que tiver aqui. Eu acredito que participo bem bastante da luta, conheço todos os assentados, mas hoje tenho outra maneira de pensar e vejo o quanto é importante a liderança de cada uma aqui no assentamento. (Entrevistada 07)

Inferimos que mesmo com a desconformidade na forma de participação do acampamento para o assentamento, essas mulheres valorizam seu papel na luta pela terra. Elas compreendem que sua participação contribuiu para a conquista da terra, mas revelam que hoje, no assentamento, suas atividades geralmente se voltam para o âmbito doméstico, o que não é observado com pesar pelas mesmas. Todas essas questões nos apontam que a introjeção da diferença entre homens e mulheres somente será vencida se os espaços do cotidiano forem reconfigurados, pois mesmo considerando a trajetória do Movimento de Trabalhadores Sem Terra e suas fundamentações, inclusive a exposição sobre participação feminina incluída nas principais publicações do movimento e sua sobreposição com as relações de gênero, percebemos que essa orientação não supera os limites dos acampamentos, ou seja, o contexto de luta diária.

A semelhante comprovação pode ser explicada, de acordo com a afirmação das autoras Rua e Abramovay (2000), pela compreensão de que os obstáculos que são erguidos contra a participação feminina são construídos através da formatação das relações sociais e de gênero baseadas e sustentadas por códigos e valores que se tornam predominantes e compartilhados por homens e mulheres, códigos e valores estes que se impõem ao movimento cotidiano da vida, exigindo um constante rebelar das mulheres para garantirem seus espaços. Observamos também que as mulheres com maior escolaridade se compreendem melhor como sujeitos que devem e podem participar de maneira efetiva.

A efetivação do projeto de assentamento Papa Mel incorporou as vantagens do próprio lugar, como fornecedores de produtos, bem como consumidores. Segundo os próprios

assentados, a frequência ao armazém aumentou devida também à participação das mulheres, principalmente para aquelas famílias que já moravam na área rural do município e desenvolviam atividades agrícolas como parceiros. O indicativo dessas famílias, o acesso às linhas de crédito significou o fim do isolamento com o comércio local, sobretudo na compra de insumos agrícolas, com a utilização do Crédito Custeio.

Identificou-se que o mercado de Unaí, como principal fornecedor de mercadorias para essas famílias, dividia-se entre a Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda (Capul) e os armazéns da cidade. Essa análise converge para o que Abramovay e Carvalho Filho (1993) afirmam em relação ao entendimento dos programas de reforma agrária como sendo uma política que incorpora setores então marginalizados da vida nacional, como produtores consumidores. Principalmente pelo apoio que recebem de instrumentos de política agrícola, ressalta-se a necessidade de uma política diferenciada para o setor reformado.

Medeiros e Leite (1998) mostram a possibilidade do efeito multiplicador do processo proveitoso dos assentamentos sobre os pequenos produtores da região onde se localiza o projeto por eles explanado. Segundo os mesmos, visando maiores ganhos, os produtores passam a adotar práticas produtivas implementadas com sucesso nos assentamentos. De forma reduzida, no processo produtivo do projeto de assentamento Papa Mel identifica-se o contrário, ou seja, o assentamento passou a desenvolver as mesmas práticas dos pequenos e médios produtores familiares do município, sobretudo na escolha dos produtos a serem produzidos e na forma de comercialização, apesar de terem uma política agrícola específica, principalmente nos seus primeiros anos como assentados. Pode-se afirmar que o acesso ao Custeio é o principal fator que diferencia os assentados dos produtores familiares tradicionais do município, uma vez que têm o compromisso com a integração ao mercado consumidor local. As mulheres tem um papel fundamental nas atividades, na venda e compras de consumo no comércio local na cidade de Unaí e nos pequenos Distritos e povoados, com seus produtos e a aquisição de outros produtos que fazem parte do meio rural.

Contudo, autores como Medeiros e Leite (1998) destacaram, numa análise de caráter geral, a importância do papel desempenhado pelas organizações dos assentados, especificamente as cooperativas, que, por possuírem função diretamente relacionada com o processo produtivo, conseguem evitar a presença dos atravessadores no processo de comercialização dos produtos do assentamento. É nesse sentido que a presença da Capul no PA. Papa Mel ou a inserção de um grupo de assentados nela possui um caráter diferente do daquelas cooperativas criadas a partir da organização dos próprios assentados.

Alguns grupos de assentados podem ser caracterizados pela reprodução de um

processo produtivo com maiores semelhanças com o tipo de trabalho desenvolvido pelos parceiros antes da criação do projeto de assentamento. A semelhança está na forma de integração ao mercado, como fornecedores, e no sistema de produção, sem a utilização do custeio e sem a assistência técnica. Esses assentados produzem basicamente milho, mandioca e arroz, comercializando o excedente sem atravessadores ou com os próprios vizinhos. As receitas dessas famílias são complementadas pela venda esporádica de queijo e seus derivados e de pequenas criações, como frangos e porcos. É um modo de vida diferenciado daquele das famílias que se encontram vinculadas à Capul e pode ser sintetizado pela resposta do projeto de assentamento.

O assentamento em estudo trouxe uma nova dinâmica para a região do Papa Mel, onde se localiza o projeto. Através de sua efetivação, aumentou a demanda por alguns tipos de serviços antes não existentes na região, impulsionando o seu desenvolvimento. Com a demanda surgida pela sua implementação foi criada, por exemplo, uma linha de ônibus que hoje atende toda a comunidade, inclusive outros assentamentos, integrando melhor essa região à sede do município. Outro exemplo é a efetivação de linha ônibus do “Transporte Escolar” para atendimento do assentamento e demais localidades, encurtando, assim, a viagem dos alunos para as escolas nas proximidades. Em termos gerais, a criação desse assentamento fez com que os políticos locais, sobretudo os que estão diante da administração, dessem uma nova dimensão à sua atuação diante desses novos atores sociais.

Se antes grande parte deles estava sob a tutela política do latifundiário, hoje são alvos diretos de políticas públicas sem a intervenção do proprietário, que também perdeu um provável controle sobre seus votos: [...] A patronagem exercida pelos grandes proprietários, já abalada pela saída em massa dos trabalhadores de dentro das fazendas, deixa de ser um mecanismo exclusivo de articulação dos camponeses com o Estado e com a sociedade. Abre-se a possibilidade de padrões alternativos e de padrões alternativos, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço para organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação (PALMEIRA; LEITE 1997, p. 34-35).

A circunstância do PA. Papa Mel deu-se por casualidade a partir da saída do grande proprietário da área e não dos trabalhadores. Os referidos autores ainda afirmam que a partir do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da terra abriu-se a possibilidade de intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compoendo o setor agrícola. Essa análise pode ser mais bem entendida, e complementada, a partir do desencadeamento do processo de implementação de assentamentos rurais a partir da década de 1980. Para Palmeira e Leite (1997), a partir do momento em que o trabalhador rural se tornou "objeto de políticas"

criaram-se condições para o esvaziamento do papel de mediação exercido pelos grandes proprietários ou por suas organizações.

Tabela 4 - Principais demandas dos assentados no PA Papa Mel junto à prefeitura municipal

Educação e Saúde	15,2%	
Transporte e estrada	19,6%	
Saúde, educação e estrada.	63,0%	
Água e luz	2,19	26 famílias
Total	100%	28 famílias

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2017.

No P.A. Papa Mel, tem umas grandes demandas com a prefeitura estão relacionadas com a conservação das estradas, pois o projeto fica distante da sede do município aproximadamente 20 km e, principalmente em épocas de chuvas intensas, o acesso a algumas áreas desse assentamento fica completamente impossível ao acesso à rodovia para chegar até Unaí. (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE UNAÍ, 2016).

Uma das principais e a maioria das demandas se relacionam com educação e saúde. As escolas estão praticamente abandonadas devido ao processo de nucleação estabelecido pelo governo do Estado, e os estudantes do Ensino Fundamental são levados para uma escola municipal no distrito de Boa Vista e os alunos do Ensino Médio Para o Bairro Mamoeiro, em Unaí. O transporte e novamente as estradas passam a ser um dos maiores problemas. Com relação à assistência à saúde, no assentamento o atendimento à saúde é feito pela agente de Saúde, que é técnico em enfermagem e moradora do PA. As consultas são marcadas no Distrito de Boa Vista. Alguns exames voltados para saúde da mulher também são atendidos, os casos mais graves são encaminhados para Unaí. O posto de saúde tem funcionamento precário, atendendo apenas aos casos mais simples, que possam ser resolvidos sem a presença médica e com o escasso estoque de medicamentos básicos.

Buscando compreender a relação entre o atendimento dessas demandas e a inserção da comunidade no processo político municipal, é importante destacar que um assentado já exerceu cargo de vereador, durante um mandato (1997 a 2000), tornando-se a conexão dos assentados com o poder público municipal e outros órgãos, como Emater e Incra.

O papel principal de orientações e esclarecimentos que pudesse escolher o candidato para eleição desse vereador foi a união de toda a comunidade do assentamento em

torno dessa candidatura, havendo a participação de todos, inclusive uma espécie de prévia entre dois assentados para definir quem seria o candidato. Durante o período em que esse vereador exerceu seu mandato, a comunidade recebeu tratamento diferenciado no que se refere principalmente ao setor de saúde e educação, com maior disponibilidade de remédios e facilidade de transporte escolar, assim como permanência de uma ambulância para o atendimento dessa comunidade e demais. Permanece claro como o atendimento às demandas por políticas públicas municipais é dependente de como líderes da comunidade assentadas se inserem no contexto da política eleitoral ou partidária do município e na melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nos anos seguintes, em uma nova eleição, essa comunidade não conseguiu o mesmo trabalho de união, apesar de grande parte dos assentados entrevistados avaliar positivamente aquele mandato. Nas eleições municipais de 2000, houve duas candidaturas a vereador desse assentamento e outros assentamentos da região, mas nenhuma delas conseguiu a eleição. A desavença ocorreu devido aos grupos políticos divergentes em que se encontrava cada um deles, ou seja, o assentamento não teve candidatura que fosse apoiada por todos os assentados, senão dois mandatários de grupos hegemônicos, em termos da política municipal, que concorrerem a um espaço no assentamento durante a eleição. O assentamento, mesmo tendo uma história de luta no maior conflito pela posse da terra no município, não conseguiu estabelecer-se como centro de mobilização a fim de remar contra a maré perante a tradicional política ou mesmo libertar-se da defesa dos políticos tradicionais. Eles não aceitam as invocações que têm escravizado politicamente o município ao longo de sua história.

Buscando um paralelo com Carvalho (1997), tem-se que quando, a partir da implementação do projeto de assentamento Papa Mel, houve a extinção da prepotência entre o latifundiário e os comparsas, isso pode ter fortalecido as relações de ampliar seus eleitorados entre os atores políticos locais e os trabalhadores assentados do Papa Mel. De maneira geral, o autor afirma que o clientelismo se distingue pela relação entre atores políticos, envolvendo a permissão de benefícios públicos em troca de apoio a agente político, especialmente na forma de voto.

6.1 Gênero, movimentos sociais e trabalho

As mulheres na militância política e o machismo que enfrentam neste meio, pois os movimentos sociais muitas vezes é claro que as conquistas das mulheres são inferiores as dos homens, mesmo que a luta seja pelas mesmas razões, mas a questão do respeito que são tratadas.

O movimento das mulheres por igualdade dos direitos e suas garantias é um processo que tem raízes no passado e que se constrói no cotidiano; e como todo processo de transformação, apresenta contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Esse movimento assume grande posição num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão, como movimento negro e outras minorias étnicas, ecologistas e homossexuais.

Como a maioria das relações entre as pessoas têm um certo poder e hierarquia, as mulheres procuraram, no início de suas lutas, superar as formas de organização tradicionais, veiculadas pelo autoritarismo.

A percepção da autoridade familiar identificada no pai e no exercício da chefia da família traz pistas para Heredia (1979) descobrir as bases sobre as quais se constrói essa autoridade, que vai ser desvendada a partir da análise do sentido de trabalho. Segundo essa autora,

[a] concepção do que se define como trabalho permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é casa-roçado. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados. (HEREDIA, 1979, p. 26).

Houve poucas mudanças na vida das mulheres ao longo da história, sendo que essas somente se tornaram reais através do trabalho de militância das próprias mulheres. Muitos militantes, principalmente no início do século passado, tinham uma visão completamente distorcida da inserção das mulheres nos movimentos sociais, sendo que muitas tiveram que formar movimentos e sindicatos femininos e continuar, com o tempo, resistindo.

Através do aumento das mulheres no mercado de trabalho, na década de 1970, houve também um aumento bastante significativo das mulheres que reivindicavam melhores condições de trabalho, engajando-se e mostrando à sociedade que sempre as oprimiram sua

capacidade de incorporação nas lutas de classe.

Iniciou-se também um processo de vários encontros de mulheres de várias categorias e ideologias, com grande participação do movimento feminista, dando mais visibilidade ao trabalho de militância das mulheres com relação ao mercado de trabalho. Esses encontros também serviram para enfrentar toda a corrente machista infiltrada nos movimentos sociais. Nesse sentido, Gohn (2010) passaria a enfatizar as relações micro sociais e culturais, mobilizando outras questões relacionadas a gênero, etnia, estilos de vida, meio ambiente etc.

É imprescindível ressaltar nesse novo contexto teórico e conceitual, as formulações de Alain Touraine (1977), que vai destacar o sentido da ação dos movimentos sociais por meio da compreensão dessa ação em meio a situações de conflito político e econômico. Segundo esse autor, devemos reivindicar um olhar diferenciado sobre os movimentos sociais, sobre as ações coletivas, não somente como objeto de análise, mas, também, como sujeitos pertencentes a uma sociedade e sua força produzida, complexa, adversária e principalmente histórica; sobretudo porque o objeto da teoria da ação social é o sujeito histórico. Defendo a necessidade de um olhar dialético e dialógico para o campo empírico de análise, reconhecendo a historicidade dos diferentes sujeitos e de seus interesses manifestos. (TOURAINÉ, 2007).

A compreensão desses sujeitos, como destaca Touraine, deve ser normatizada a partir de dois aspectos: o da ação coletiva e da identidade coletiva criada no processo de participação nessas ações. O autor determina a ação coletiva como sendo uma “ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1977, p. 336). Essas ações decorrem do “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (p. 344). Nesse sentido, Touraine (1977) ainda estabelece um modelo classificatório das ações coletivas baseado em três princípios que definiriam (ou não) se essas ações coletivas poderiam ser consideradas movimentos sociais: princípio de identidade, que seria o sentido do ator por ele mesmo, sendo composta a partir das relações sociais entre os sujeitos históricos; o início de oposição na qual o ator identificaria o(s) adversário(s) por meio dos confrontos; e o princípio da totalidade, cuja consistência se basearia no sistema, no qual as classes sociais se confrontariam pelo controle desse sistema de ação histórica.

É possível, assim, tirar a conclusão de que a maioria dos homens ainda são machistas porque a sociedade e até mesmo a cultura e exemplos da natureza (como os dos animais) os cobram tal perfil. Também é imprescindível levar em consideração que os homens têm mais tempo para o lazer, tomam atitudes de violência com relação às mulheres e ocupam a maioria dos espaços de poder. É nesse contexto que se estabelece o Feminismo como

movimento político. No Brasil, no que diz respeito ao debate sobre igualdade entre homens e mulheres, observa-se uma concentração de debates na academia e em ONGs, que levantam reivindicações nas quais vê-se o Estado como omissor. Em tais contextos as mulheres se organizam para debater o assunto.

Acredita-se que a crise econômica atual e o desemprego possam ser fatores de desmobilização, como um processo de descrença nas mobilizações populares. Mesmo que a mulher esteja participando do mercado de trabalho, as relações sociais continuam veiculadas ao gênero. Homens e mulheres são inseridos no mercado de trabalho por diferenças, como por exemplo, as diferenças salariais, tão marcantes em nossa sociedade.

Os movimentos sociais hoje abrangem realidades bem distintas com a transformação das mulheres. Os movimentos feministas tornaram-se movimentos sociais atuantes quando identificam formas de submissão que vão além das relações de produção e abrangem questões mais amplas, como meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero e problemas sociais.

As pesquisas sobre os movimentos faz-se chegar a uma abordagem mais específica, identificando as pessoas envolvidas, suas práticas e objetivos, sem desconsiderar as restrições de estrutura e conjuntura sofridas por elas.

O movimento de luta das mulheres, especificamente, se constrói a partir das resistências, derrotas e conquistas, fatores sempre presentes na história da mulher. Ele sempre busca a superação das relações de hierarquia entre homens e mulheres, estando ao lado de todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas de pensamento.

As mulheres nesse segmento tem sua imagem venerada na sua diferença em relação aos homens, “iguais aos homens”, ao mesmo tempo em que eram afirmadas como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar. A divergência do trabalho dentro do casamento, não só como prática, mas como modelo em que se orientam as estratégias individuais de homens e mulheres, avança para ser posições e experiências tanto socialmente construídas como assimetricamente complementares com base na atribuição de gênero.

A divisão entre responsabilidade pública e responsabilidade privada em relação às necessidades a serem satisfeitas e os direitos a serem reconhecidos passa pela divisão do trabalho entre os sexos, que por sua vez fornece um estatuto diferente não só aos dois sexos, enquanto colocados de maneira diferente em relação aos sistemas de garantias sociais, mas também às formas de dependência que os caracterizam. (SARACENO *apud* BONACHI; GROPPPI, 1995).

A demanda desse longo processo de exclusão das mulheres do efetivo exercício da

cidadania plena civil, política e social foi uma diferença política e alegoricamente construída com a noção de cidadania, desse modo, sua exclusão aparece na própria origem dessa noção. No percurso, essa oposição foi constitutiva das mulheres enquanto ainda não sentiam-se cidadãs ou, ainda, não capazes de cidadania justamente por que, ao mesmo tempo, às construía como esposas e mães de cidadãos. Enquanto a dependência econômica, parcial ou total, das mulheres em relação aos maridos, mesmo quando não censurada, é evidenciada como tal, a dependência dos maridos em relação ao trabalho de assistência das esposas nem sequer é abordado pela maioria.

O modelo de família é considerado importante e a base natural da existência masculina daqueles cidadãos-homens que se encontram e negociam livremente entre si no conjunto de membros de uma coletividade. Ao mesmo tempo, são ocultadas as discrepâncias internas numa unidade hierarquicamente construída por meio da exclusão dos direitos civis e políticos de todos aqueles cuja família não coincide com o modelo da cidadania: o chefe da família, a saber: a esposa e os filhos dependentes. É um interesse de exclusão radical: as mulheres não são detentoras de interesses autônomos, mas apenas dos da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos maridos-cidadãos. São suas relações “privadas”, contrapostas às “sociais” que lhes negam o estatuto de cidadãs.

O trabalho feminino realizado pelas mulheres no assentamento e nas ações comunitárias que constituem o movimento das mulheres expressa questões ainda pouco estudadas nos movimentos, tais como a interseção das diversas formas de submissão presente na luta dessas mulheres: questões de gênero, de raça, de classe, de desigualdade, falta de oportunidades de poder emblemático pelos “efeitos do lugar” (BOURDIEU, 2001) que as mesmas ocupam nos territórios da cidade, entre outras.

A luta das mulheres por educação de qualidade tem me provocado o pensamento e questionamento em relação ao sentido privado da educação e do cuidado com crianças e os jovens do assentamento, bem como o pouco valor e reconhecimento social desse trabalho de luta, principalmente quando os sujeitos envolvidos – crianças, educadoras e familiares – são carentes e fazem parte de assentamentos. Nesse sentido, uma das principais lutas do movimento é a produção de outra argumentação material e simbólica sobre a experiência.

Diante da luta para superar os desafios de organizar a produção e o trabalho nas condições existentes pelas quais passam não somente o assentamento em que ocorre a pesquisa, o PA Papa Mel, mas outros projetos de assentamentos, percebe-se a dificuldade tanto política quanto econômica que assola o País na conjuntura atual. Foi no meio de muita contrariedade, no meio rural de profundo desacordo nas relações entre o capital e o trabalho, que o

assentamento Papa Mel se estabeleceu, assim como os demais da Região do Noroeste. O MST, com o trabalho de superação das desigualdades sociais, inclui em suas raízes os questionamentos acerca das relações trabalhadoras de estabilidade, da superioridade política que controla o capital, o trabalho, os sujeitos, a cultura, o que acaba impondo a formalidade e relação do campo com os assentados de maneira geral entre os assentamentos.

Não há uma resposta concreta, mas existe a possibilidade de uma resposta da luta pela terra e a Reforma Agrária que ajudaria a compreender o espaço o qual faz parte do engajamento na relação teoria e prática, afinal, elementos vivos da organização, do trabalho e da produção estão presentes em experiências verdadeiras, e os assentamentos, os trabalhadores e trabalhadoras são o que há de mais verdadeiro em termos de busca por dias melhores.

Em suma, a ligação inicial com o MST não evitou a agregação das lideranças do assentamento por grupos políticos tradicionais, o que gerou um diálogo com os demais assentados da região. Sucede a ação estratégica dos chefes políticos locais na garantia de relações clientelísticas com esses novos atores, em que as mulheres acabam tendo o seu espaço marcado principalmente no debate do período eleitoral, pois no espaço do cotidiano conseguem colocar seus anseios em evidências. No contexto desse assentamento analisado, ocorreu o processo de conscientização, quando os trabalhadores e trabalhadoras chegam ao assentamento, o que não significou a continuidade de uma ação com fecundações mais amplas e transformadoras com relação à ordem social do cotidiano, contrariando, de certa forma, a perspectiva de Esterici (1992). Para além da conjuntura da análise, pode ser pela falta da ação de mediadores políticos e ideológicos, o que possibilita a continuidade de um projeto mais amplo, evitando que o assentamento Papa Mel e os demais assentamentos da região reproduzam as mesmas relações entre chefes políticos locais e as comunidades de pequenos produtores tradicionais da localidade.

Portanto, para prosseguir serão apresentadas algumas considerações sobre a ação das mulheres no processo das lutas e a resistência como mediadoras no processo de construção das ações coletivas envolvendo a luta pela terra e acesso à educação no assentamento Papa Mel, no município de Unai. Contudo, as diferenças entre as formas de integração das mulheres do assentamento analisadas com o poder público municipal, o Incra e demais órgãos públicos serão apontadas como reflexões das diferentes trajetórias percorridas pelas mulheres do PA Papa Mel, bem como pela influência das lideranças que ganham expressão num contexto em que a questão do acesso à terra já foi resolvida, mas que, muito além da terra, a luta para se manter no assentamento, sobreviver da produção e ter acesso à educação, saúde e escoamento das suas produções em pequena escala e manter a sobrevivência junto de seus familiares ainda faz-se

presente.

As mulheres assentadas e a posição ocupada por elas no MST mostra que a forma como o mesmo encontra-se estruturado, apesar de ainda estar dominado por valores conservadores tanto entre os homens e com elas mesmas, fortalece a participação feminina nos espaços de debate e de formação política e pela cidadania. No entanto, mais do que desenvolver um trabalho de militância, essas mulheres estão engajadas nas outras esferas do trabalho, como as atividades domésticas e a lida no campo. Apesar do excesso a ocupações assumidas por elas, essa mulher está presente nas frentes de luta, desempenhando, assim a sua terceira jornada de trabalho para garantir seu espaço e o espaço dos demais do assentamento.

A atuação e o envolvimento crescente das mulheres no assentamento revelam que já existe uma alteração significativa nas atitudes de homens e mulheres frente a vários preconceitos que eram vistos de forma sexistas, não apenas sobre a mulher, mas também sobre o homem assentado. Contudo, essas transformações necessitam de um maior alcance para serem desejadas por uma sociedade de igualdade de direitos.

Faz-se necessário que a trajetória junto com homens e mulheres os comportamentos, as atitudes, as crenças, os valores, as normas, as regras e os códigos criados pela cultura, pela tradição de uma sociedade conservadora milenarmente. O campo e o MST não são resistentes a essas transformações, portanto é necessário implementar estratégias que estimulem e facilitem essas transformações infalíveis no assentamento. O Coletivo de Gênero, se assim possamos falar (mulheres), durante todo o seu processo de organização, foi responsável pela inserção das questões acerca das relações de gênero no MST e provavelmente desprenderam uma contenda que em muito deve continuar com o decorrer dos anos. Essa reorganização que se inicia, ou seja, a formação de um Setor de Gênero trará muitas mudanças significativas, as quais poderão fazer avançar os trabalhos, desenvolver projetos que dessa vez atendam a base, ou seja: as mulheres e seus familiares, e sejam introduzidas dentro do assentamento Papa Mel.

É notório que estamos apenas iniciando debates próximos da participação da mulher no processo de luta pela terra nos assentamentos. Acreditamos que a experiência de arranjo da luta pela terra além de redefinir o papel de mulheres e homens, está também modificando a vivência do cotidiano desses sujeitos, assim como, fortalecendo o significado da luta e das demais pretensões de transformação imbuídas nela, como a emancipação da categoria, ou seja, da classe.

6.2 A inclusão das mulheres no ambiente do Assentamento Papa Mel

Diante das exposições das condições das mulheres físicas, econômicas e sociais do assentamento Papa Mel, podemos questionar: qual o lugar as mulheres trabalhadoras rurais nessa fase de construção do assentamento? Quem participa das diversas atividades inerentes ao processo de construção e desenvolvimento do assentamento? Em quais condições participam as mulheres? A participação das mulheres é igual ou diferente em relação à participação dos homens? Qual a qualidade da inclusão das mulheres no cotidiano do assentamento Papa Mel? Pode-se afirmar que a vivência no assentamento é permeada por um conjunto de relações sociais presentes na família, na escola, no trabalho da agricultura, na associação e na comunidade local e demais comunidades da região não pertencentes ao assentamento.

Ao fazer a análise da inserção das mulheres nesse momento após a conquista da terra/lote, cabe comentar sobre as suas condições de escolaridade, trabalho e renda em relação aos homens.

Procedente, na sua maioria, do assentamento Papa Mel, as mulheres desta pesquisa encontram-se na faixa etária de 25 e 65 anos, umas com um filho e outros com números entre 3 e 5 filhos.

Os dados da pesquisa no assentamento Papa Mel revelaram que as mulheres trabalhadoras rurais tiveram mais oportunidades de escolarização em relação aos homens, tendo um maior grau de instrução, conforme a tabela abaixo:

Tabela 5: Escolaridade no Assentamento Papa Mel

Grau de Instrução	Homens (%)	Mulheres (%)
Analfabetos	-	-
Ensino Fundamental I: 1 ^a a 5 ^a série	25,2%	10,1
Ensino Fundamental II: 6 ^a a 9 ^a série	28,5%	14,2
Ensino Médio: 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	44,2%	63,7
Ensino Superior	2,1	12

Fonte: Levantamento de dados realizado pelo pesquisador no assentamento Papa Mel.

O quadro expressa que as mulheres do assentamento Papa Mel são mais escolarizadas que os homens em todos os níveis de instrução, com evidência para o Ensino Médio, que atinge 63,7%. Essa realidade tem proporcionado às mulheres maiores oportunidades de trabalho em outros ramos da economia, com atividades de maior qualificação: professora, servidora pública, agente de saúde, bibliotecária, etc. Nesse sentido, é representativa a evidência que a Escola do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental no *Distrito de Boa Vista, do Bairro Mamoeiro*, às profissionais mulheres da própria comunidade (diretora, professoras, merendeiras, secretária, auxiliar de serviços gerais). Vale salientar que os homens e os rapazes se dedicam quase que exclusivamente às atividades agrícolas/lavouras, sendo difícil assumirem outras responsabilidades no desenvolvimento do assentamento. Ademais, um grande número deles acompanha as aulas à noite na Educação de Jovens e Adultos, ainda que observa-se o quão difícil é a permanência dos homens na escola.

Contudo, verificamos que além dos afazeres domésticos, da lida na roça, e da educação dos filhos, as mulheres buscam estudar mais, independentemente de serem jovens adolescentes ou não.

A experiência revelada no assentamento Papa Mel não é um caso isolado. Uma pesquisa da Unesco (2000) sobre a ocupação das mulheres de acordo com sua escolaridade, realizada em assentamentos rurais no Brasil, revelou que quanto maior a educação, menos as mulheres trabalham em serviços domésticos e em atividades ligadas à terra. Enquanto a maioria das mulheres analfabetas ou com ensino rudimentar se ocupa da casa (38%) e da agricultura, pecuária ou pesca (59%); o percentual das que realizam os mesmos trabalhos cai bastante entre aquelas que concluíram o ensino médio ou superior (25,5% e 32,5%) [...] quase 100% dos homens analfabetos ou com ensino rudimentar trabalham em atividades agropecuárias ou na pesca. Esse percentual cai à medida que aumenta a escolaridade, ficando em 78% entre os que estudaram até o ensino médio ou superior.

O número de mulheres no Ensino Fundamental II (14,2%) e daquelas que detêm apenas o Ensino Fundamental I (10,1%) no assentamento Papa Mel expressa as dificuldades de as mulheres continuarem seus estudos devido a vários fatores, o que esclarece um quesito mais profundo. Historicamente, se a essa gente é contraditório o direito à vida à medida que lhes é negado o direito ao acesso à terra, o não acesso às políticas públicas e sociais, educação de qualidade, que deveriam vir junto com a desapropriação, é uma realidade concreta na vida de homens e mulheres assentadas. Nessa perspectiva, a negação do direito à educação incide sobre a vida de jovens e adultos que vivem nos assentamentos rurais, ao que somam-se as dificuldades em realizar todos os afazeres no assentamento e a peleja do cotidiano para conseguirem ainda ir à escola.

Nessa perspectiva, chama atenção o fato de as mulheres serem mais escolarizadas que os homens. É que os pais tiram os rapazes, ainda jovens, da escola para mantê-los no trabalho agrícola, uma vez que seriam imprescindíveis ao sustento da família. Muitas vezes passam a estudar à noite, o que, no contexto em questão, não oferece as mesmas condições, e o cansaço é muito maior, reduzindo seu aproveitamento e fazendo-os desistir dos estudos. Para as jovens moças, a força de trabalho é considerada essencial, desconceituada e na maioria das vezes sem ordenado/salário. A maioria se dedica ao serviço doméstico em um horário e à escola no outro, sendo que algumas estudam à noite na EJA.

A hegemonia nos assentamentos mostra que as camadas menos favorecidas que vivem no meio rural têm sido privadas do acesso às políticas públicas, dado um pernicioso processo de crescimento capitalista excludente a que foram dominadas. Na atual situação estão os direitos básicos para o desenvolvimento à educação, que tem sido contestado, provocando e perpetuando a existência de uma população com baixo índice de rendimento escolar no ensino fundamental no assentamento do PA Papa Mel e por todo o País. Araújo (2004, p. 172), ao analisar essa questão, enfatiza que:

[a]s relações de poder econômico e político, que historicamente fortalece a concentração de terra, riqueza e bens simbólicos, produzem e reproduzem a pobreza, se faz acompanhar de uma cultura política preconceituosa que não apenas naturaliza a pobreza, mas também nega o acesso a políticas públicas como direito de todo cidadão. Para os “pobres, políticas pobres”. A naturalização do analfabetismo das camadas populares, particularmente aquelas do meio rural, tem sido uma dessas marcas.

Historicamente, nessa possibilidade, a própria educação no meio rural reproduz as desigualdades de gênero, devido à estrutura social, política e cultural da sociedade. A educação

formal, elitista, seletiva e excludente, em grande medida, não contempla a cultura das classes que sofrem opressão no meio rural, nem inclui uma aprendizagem que busque o desenvolvimento humano com igualdade/equidade de gênero.

Os dados da PNAD/IBGE (2017) mostram que o setor da agropecuária tem a mais baixa escolaridade de todos os ramos da economia brasileira: apenas 16,5% dos homens rurais são escolarizados e 26% das mulheres rurais tiveram acesso à escola. Isso tem um impacto significativo na vida das camadas menos favorecidas do meio rural, excluídas do processo de desenvolvimento tecnológico e pensamento científico do mundo contemporâneo que exige uma agricultura cada vez mais conectada com os avanços da ciência, incidindo na baixa qualidade de vida nos assentamentos e nas comunidades rurais. Nesse sentido, observa-se como essa exclusão reproduz e aprofunda as desigualdades sociais. O domínio que tem um maior investimento educacional, tecnológico e informação de cunho científico é o agronegócio, e este afasta a agricultura familiar e seus personagens da luta pelo direito à terra e subsistências, bem como dos programas e políticas indenizatórias, que não permitem uma visão mais ampla do social e assistencial existente.

Portanto, diante desse panorama de contradição do direito à educação, o MST e outros atores sociais comprometidos com os movimentos sociais rurais propõem e reivindicam uma política educacional voltada para a formação e profissionalização de homens e mulheres do campo, “compreendendo esse espaço como de vida, de produção de saberes e conhecimentos”. (PAIVA, 2004, p. 104).

Nesse cenário surge e se consolida, a partir de 1998, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), que estabelece nos movimentos sociais que participam da elaboração dos seus objetivos, programas pedagógicos com currículos adaptados, avaliações periódicas, construções teóricas e metodológicas para a época e uma nova forma para ensinar. Esse programa é desenvolvido em todas as regiões do País com cursos de Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio em Agropecuária e Ensino Superior em Pedagogia da Terra, entre outros.

Na dinâmica do Programa, os sujeitos sociais elaboram conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que, ao serem constituídos, se apõem aos papéis sociais e a lógica de dominação. É desse processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais; os cursos, de EJA ou de nível superior, tornam-se espaços por excelência de um aprendizado político e social. Os fenômenos discursivos e político tornam-se, para os indivíduos que deles participam referência tanto objetiva quanto subjetiva. Objetiva quanto à estrutura de condução de suas ações, e subjetiva, como suporte de sustentação de seu modo de agir, por sentimentos e emoções, medos; enfim, nas relações

afetivas, envolvendo todas as esferas de valores normativos e éticos. (PAIVA, 2004, p. 105).

As dificuldades das condições de vida são expressas principalmente no mundo do trabalho, particularmente no que se refere à jornada de trabalho das mulheres. A própria luta pela terra é a luta pelo trabalho e educação. No sentido mais amplo, as mulheres do assentamento Papa Mel entregam um quadro revelador de sua jornada no cotidiano no assentamento. Aceitam as atividades domésticas e as tarefas na agricultura, além dos cuidados com os filhos/as. O decorrer da rotina de Dona Bia expressa a invisibilidade do seu trabalho na agricultura, apresentando uma concepção construída social, cultural e historicamente:

Eu aqui mesmo eu só faço colher. Nico planta feijão, milho [...] Eu vou assim quando é pra colher, pra comer. Sabe por que eu não vou? Porque tem muito trabalho de casa e não dá, meu trabalho é só em casa e vou também plantar, agora, limpar de enxada eu não vou mais mesmo. (Bia, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

As exposições de Sandra e Rosilda também revelam uma cultura que foi imposta e disseminada social e historicamente pela sociedade, na medida em que o trabalho da mulher na agricultura é caracterizado como ajuda ao marido/esposo. Isso não é apenas uma realidade do assentamento Papa Mel, senão de todo o mundo do meio rural.

Só trabalho em casa e muito, vivo doente, sinto muita dor nos braços e nas costas, cansaço nas pernas de tanto lutar e sofrer no meio do mundo, mas aqui se a gente puder vai ajudar o marido/ esposo, lá se planta o milho, um feijão, além da banana, uma mandioca, uma batata doce, planta um coentro, salsa uma cebolinha e ate a outra cebola, pra gente comer em casa mesmo. (Sandra, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Umás na roça e outra é em casa. Eu trabalho em casa e na roça, eu não paro não. (Rosilda, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Os relatos acima são depoimentos que revelam muito além da dura realidade das mulheres no assentamento. Consideram a centralidade do trabalho doméstico no cotidiano das mulheres do assentamento Papa Mel, o que remete ao debate da divisão sexual do trabalho, que separa o que são tarefas produtivas e reprodutivas de acordo com o sexo, a exemplo do que pertence ao homem de maior valor econômico e social contemporâneo. “Ela [a mulher] se reproduz em uma divisão entre produção, considerada função e território masculino, e a reprodução, a produção dos seres humanos e do sistema que os mantém em relação, função e

território feminino”. (NOBRE, 2004, p. 61-62).

O conhecimento, construído historicamente e socialmente de forma patriarcal, desclassifica os afazeres domésticos, que são muitos, naturalizando-os como “coisa de mulher”. Todo e qualquer trabalho de alimentar e cuidar da educação dos filhos/as acontece no âmbito da casa sob a responsabilidade da mulher. Portanto, as mulheres produzem os trabalhadores para o capital e, no entanto sua trajetória no mercado de trabalho é limitada, o que as fazem sentirem que perderam os seus valores pelas obrigações na reprodução/ imitação.

Nobre (2004, p. 63), ao analisar a desvalorização do trabalho feminino, assinala algumas explicações: o valor do trabalho não seria intrínseco a ele, mas relacionado ao valor, ao reconhecimento social de quem o faz; a exemplo da definição de trabalho leve e trabalho pesado para tarefas semelhantes, sendo leve sempre o que é realizado por mulheres e pesado o que é executado por homens.

Algumas outras explicações referem-se a uma valorização demasiada na sociedade de mercadorias nas tarefas ligadas à produção de bens, em especial os intensivos em tecnologia, em relação às tarefas de imitação e ponderação. E por último é a relação produção e reprodução, mediante a qual as mulheres foram criadas e acostumadas a trabalhar para o outro como prova de afeto, sem nenhuma remuneração, o que dificulta o enaltecimento e cobrança do trabalho doméstico/familiar.

A separação de gênero do trabalho e o não compartilhamento das responsabilidades familiares limitam as possibilidades das mulheres no acesso a novas informações e tecnologias, bem como a novas oportunidades de trabalho, inclusive no mundo rural, apesar de serem mais escolarizadas que os homens. As riquezas são criadas tanto pelo trabalho produtivo quanto reprodutivo, um depende do outro.

É justo então, procurar tirar o trabalho reprodutivo da invisibilidade socialmente a que está afastado e atribuir-lhe o valor social e econômico que vale [...] Nada mais antiético, porque significa que a divisão entre produção e reprodução, está promiscuamente ligada à atribuição dos papéis femininos e masculinos socialmente construídos, valorizando um em detrimento do outro. (FONSECA, 2004, p.122).

Historicamente foi dada à mulher a tarefa da reprodução de ser familiar: cuidar dos filhos/as e netos/as, cuidados com a casa, limpeza, lavar a roupa, fazer a comida, cuidar dos idosos/as e doentes. Os saberes diferenciam os papéis e as tarefas por sexo, assim, intensificando ou penalizando certas atitudes. Esses papéis são transmitidos pela família e pelo conjunto de instituições através das gerações, mediante o processo de socialização. No meio

rural, em que pesem algumas individualidades, presencia-se a produção e reprodução dessa cultura. A exposição das mulheres entrevistadas aponta essa direção, conforme assinala Dona Sandra de Tião:

Quando comecei aqui, eu ia pro roça, adubava a Terra para a plantação de bananeira, fazia horta, plantava pimentão, cebola, coentro, tudo eu plantava [...] as vezes eu num vou não porque tem as meninas com os meninos aqui, elas saem pra trabalhar e eu fico tomando de conta da casa e dos meninos. (Sandra de Tião, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Nessa entrevista com Dona Sandra de Tião fica em evidência o excesso de trabalho de muitas mulheres do assentamento Papa Mel, na medida em que, além de assumirem as tarefas domésticas e o trabalho agrícola da lavoura, assumem também os/as netos/as para que seus filhos/as possam trabalhar em outras localidades. Toda a realidade requer uma compreensão mais profunda acerca da contradição dos direitos sociais básicos no assentamento. Sem as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, o que é expresso aqui na ausência de uma creche, fica exclusivamente para a mulher as tarefas de educar filhos/as e netos/as em tempo absoluto e de maneira integral.

Portanto, a realidade da mulher trabalhadora rural do assentamento Papa Mel não é um problema isolado, senão comum ao mundo rural, uma vez que, segundo Abramovay e Rua (2000, p. 169-170),

[o] fato de as mulheres serem responsáveis pela criação dos filhos, responsabilizando-se vitalmente pelo cuidado da família é tido como comum e normal. Da mesma maneira, o trabalho nas atividades de consumo familiar é visto pela sociedade como naturalmente fora do mercado, gratuito, não remunerado, porque envolve relações afetivas entre mulher e os demais familiares.

Algumas dessas situações não retribuem apenas ao mundo do meio rural. Diversos estudos mostram que há uma questão mais compreendida que atinge mulheres urbanas e rurais. Oliveira (2003), ao analisar a condição de trabalho das mulheres urbanas, ressalta que elas invadiram o espaço público do mundo do emprego, no entanto não foi resolvida a socialização das responsabilidades domésticas. É indispensável, pois, uma “reorganização do período”. O autor explicita que a migração da vida controversa ao espaço público está, de certa forma, inviabilizando a manutenção das estruturas costumeiras da família, o que passa pela ociosidade sobre a presença da mulher na moradia.

O mundo público foi invadido pelas mulheres, mas a vida privada continuou estruturada em termos de emprego de tempo e assunção de responsabilidades, como se as mulheres ainda vivessem como suas avós, como se nada tivesse acontecido. [...] A presença maciça das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão. Quem transgride, alimenta a culpa. Quem concede, fica credor. Por isso as mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos. Ao entrarem no mundo do trabalho como transgressoras e devedoras a quem a sociedade fazia um favor, não ousaram, não puderam ou não souberam negociar o tempo que dedicam a vida privada. Esse tempo que ninguém computa, que as contas públicas desconhecem, mas que garante a preservação da vida, sobretudo dos mais frágeis, crianças e idosos, e a manutenção de um espaço protegido, onde os gestos se fazem e se retribuem por carinho. (OLIVEIRA, 2003, p. 20-22).

A análise de Oliveira (2003) sobre a inclusão das mulheres urbanas no mundo do trabalho se aplica à realidade das mulheres trabalhadoras rurais do campo? Provavelmente, pois há particularidades e diferenciações, mas também uma irrecusável identidade. As mulheres, independentemente do espaço geográfico em que então inseridas, estão submetidas à mesma cultura que construiu socialmente a diferenciação dos papéis e lugares de homens e mulheres em todos os aspectos da vida: no trabalho, na educação, na sexualidade, entre outros.

No meio do mundo rural, especialmente no que tange às classes secundárias, o trabalho feminino de assentadas não têm valor comercial algum, sendo reduzido à noção de cooperação. Há um grande número de mulheres trabalhadoras rurais que fazem tarefas na agricultura sem nenhum salário/ordenado, aparecendo como auxiliares dos homens na labuta para preparar a terra e em todos os serviços necessários de aspectos para manter a sobrevivência família.

Em um trabalho de pesquisa realizado por Torres Filha (2002), há a análise da agricultura familiar de trabalhadoras rurais na comunidade no Estado do Rio Grande do Norte, o que representa a mesma realidade das mulheres assentadas no assentamento Papa Mel. As mulheres assumem predominantemente o trabalho doméstico, sendo o trabalho na agricultura considerado como um acréscimo ao trabalho executado pelos homens, apesar de assumirem uma série de atividades produtoras de mercadorias, cuja renda contribui para o sustento da família. Nesse sentido, assinala a autora:

Para as mulheres agricultoras, o que é chamado cuidar de casa esconde o trabalho na roça, a produção do artesanato, o cultivo de horta e a criação de animais, atividades essas que produzem mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família [...] Nos depoimentos percebe-se que as mulheres foram enculturadas a aceitar como normal e corriqueira a situação de

diferenciação entre os sexos, em que elas na maioria das vezes são as menos favorecidas. Elas acham que os homens trabalham demais, chegam cansados em casa, querem o comer pronto, casa limpa, roupa lavada, o universo doméstico tem que estar na mais perfeita ordem [...] A mulher, por influência social, passa a identificar a casa como local de descanso, percebendo seu trabalho doméstico como leve, já que o mesmo é realizado num local caracterizado culturalmente como de descanso [...] A maioria das mulheres veem o trabalho da roça exercido e realizado pelo homem como o verdadeiro trabalho [...] As mulheres identificam o trabalho agrícola como um trabalho pesado e não próprio para mulheres, associando esse trabalho com épocas difíceis de extrema necessidade quando, então sua presença é necessária, referindo-se aqui a épocas de seca e estiagem. (TORRES FILHA, 2002, p.100-104).

Compreende-se que as tentativas das mulheres trabalhadoras rurais do assentamento Papa Mel e também das outras mulheres que se reúnem mensalmente de outros assentamentos não constituem casos isolados. Essas estão subordinadas a uma cultura com seguimento de traços patriarcais que, segundo alguns estudiosos, tende a ser maior no Norte/Nordeste brasileiro. As mulheres trabalhadoras tendem a passarem por frágeis circunstâncias de vida e de trabalho oneroso, bem como não acesso às condições dignas de subsistência, o que também agrava a diversidade de gênero. Contudo, as mulheres têm uma jornada de trabalho na lavoura/roça e não deixam de executar as tarefas domésticas, acordam bem mais cedo, determinam os afazeres matinais, deixam a casa organizada e o almoço preparado, o que em muitos casos repassam para as filhas mais velhas. Isso corrobora a cultura existente e a ideia de que o trabalho braçal na lavoura executado pelas mulheres não é reconhecido, nem gerado como trabalho no cotidiano. Na grande maioria, as mulheres entendem que só ajudam ao marido/esposo no trabalho na lavoura, na retirada do leite e em outros afazeres, sendo os homens/esposos e os filhos quem trabalham de fato.

É representativa a análise dos dados sobre o trabalho agrícola das mulheres, como também o que revelam acerca da importância, invisibilidade e gratuidade do trabalho das mesmas. (PNAD/IBGE, 2016).

A representatividade dos dados existentes sobre o trabalho das mulheres assentadas, como também o que revelam próximo da importância, invisível e gratuidade do trabalho realizado por trabalhadoras rural. (2016) revelam que o número de mulheres ocupadas na agropecuária sem remuneração chega a 52%, enquanto que os homens correspondem a 22%. Outro dado significativo refere-se ao número de mulheres envolvidas na produção de subsistência, chegando a 84,5%, o que revela o grande peso do trabalho das mulheres na agricultura familiar procedente principalmente da produção da economia de subsistência.

Observa-se que esse último dado sugere que o trabalho realizado pelas mulheres do assentamento rural é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa e dona de casa, que tem a responsabilidade pela reprodução da família mascarando o seu trabalho na agricultura familiar, principalmente no cultivo de hortaliças e fruteiras nas proximidades da casa e a dupla jornada de trabalho: doméstico e na lavoura, em parte da agricultura. Das mulheres que são empregadas nas zonas urbanas, que têm que sair de casa para trabalhar, apesar de também enfrentarem as mesmas consequências das desigualdades de gênero e com a dupla jornada de trabalho, no meio rural é difícil separar o trabalho realizado por “elas” na horta, no quintal, na lavoura, nos afazeres domésticos do cotidiano.

Ainda sobre os dados da IBGE (2016), pode-se analisar que as atividades que detêm maior valor econômico na agricultura são executadas pelos homens, enquanto aquelas atividades de menor importância na economia são executadas pelas mulheres. A tabela abaixo é, nesse sentido, representativa:

Tabela 6: Pessoal Ocupado por Atividade na Agropecuária

Atividade	Homem (%)	Mulher (%)
Lavoura	74%	26%
Pecuária	85%	15%
Aves e Pequenos Animais	14%	86%
Horticultura	52%	48%
Silvicultura	93%	7%
Apicultura	91,5%	8,5%

Fonte: Dados da EMATER/2016

Nota-se que há uma clara categoria sexual do trabalho no assentamento. As atividades econômicas que as mulheres estão envolvidas são diretamente ligadas às tarefas domésticas e são as mais desvalorizadas economicamente. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2015/2016, a lavoura e a pecuária são responsáveis aproximadamente por 84% do valor total da produção agropecuária do País e são exatamente as atividades de maior ocupação por sexo masculino (74% e 85%, respectivamente). Ao passo que a criação de aves e de pequenos animais responde por apenas 12,5% do valor total e é uma atividade predominantemente do sexo feminino (com 86%). Isso demonstra claramente a desigualdade de gênero: mesmo quando as mulheres trabalham em todas as tarefas agrícolas, as atividades de maior peso econômico são tidas como para o sexo masculino, com atribuição da responsabilidade dos homens, principalmente quanto à decisão de plantar e comercializar a produção agrícola.

Chama a atenção o sentido do trabalho da mulher não ser valorizado pelo companheiro. O sentido de “auxiliar” está impregnado tanto no imaginário das mulheres como no dos homens.

Muitas aqui nem todas só cuidam de casa e algumas ajudam o marido na lavoura/ roça, muitas aqui trabalham com o marido e outras só mesmo dentro de casa, até porque não tem um trabalho assim só pra mulher e a gente necessita muito. Se tivesse um trabalho pra gente trabalhar e ajudar o marido/esposo, assim só na lavoura mesmo. (Izilda/ Nega, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/07/2017).

A exposição da ajuda/auxílio está presente nas falas de homens e mulheres no assentamento Papa Mel. Para a grande maioria dos homens as responsabilidades econômicas são deles e se justificam na convicção da inexperiência física das mulheres, embora elas realizem todo tipo de trabalho no assentamento. Historicamente, a cultura patriarcal espalhada através das gerações tem contribuído para que esse lugar comum seja também naturalizado pelas mulheres, quando não respeitado o compartilhamento das responsabilidades na produção da renda familiar, fazendo com que o trabalho das mulheres seja inferiorizado. Ressalta-se que também o acesso ao saber não garante as inquietações em relações desiguais existente de gênero e da cultura paternalista. Contudo, o cotidiano das mulheres no assentamento revela seu envolvimento nas atividades agrícolas/lavouras juntamente com seus maridos, conforme expressam em seus discursos:

Algumas mulheres por aí que anda nas carroças e nas motos mais os homens, é tirando bananeira, capim, é cortando capim para fazer a ração pro gado, inda vai lá junta milho. As mulheres trabalham igual os homens. Tem umas que ainda não conhece bem o lote de trabalho dos homens, mas é uma raridade, são poucas mulheres. Mas a maioria das mulheres trabalha que nem homem, ajuntando na roça, desfolhando bananeira, limpando o roçado; a mulher aqui num brinca não [...] Tem mulher que faz lá no serviço que nem um homem e quando chega ainda vai fazer o de casa as vezes fico muito cansada, mas já costumei até com as dores que sinto. (Elisa, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 20/07/2017). Eu planto batata, planto mandioca, planto feijão, planto bananeira, eu limpo de enxada/ capinar, no dia de fazer tirada de banana eu to lá carregando banana, ajudando, tudo isso eu faço. (Antônia, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 21/07/2017).

As falas deixam claro que existe um controle dos recursos financeiros provenientes da produção agrícola do lote. Esse fica, na maioria das vezes, sob a responsabilidade voltada

para o homem, que detém a gestão do dinheiro, o custeamento da conformidade produtiva familiar, a decisão dos projetos produtivos, as comercializações/vendas com os órgãos públicos e a comercialização dos produtos colhidos. O depoimento de Maria é representativo, expressando uma vontade de possuir recursos para suprir suas necessidades específicas. Isso demonstra, especialmente, o lugar secundário que é constrangido à mulher quando se trata do mundo de realizações dos negócios ou do espaço público.

As mulheres trabalham mais em casa e os maridos vão pra roça. Eu trabalhei tanto depois que cheguei aqui, que a sustança que eu tinha antigamente, hoje em dia eu não tenho mais não, acabou sinto enfraquecida. Se minha sustança, minhas forças todinha que eu tinha é por isso que eu nunca mais fui pra roça, agora trabalho só em casa mesmo e muito. Se eu fosse mais jovem, mais nova como eu era, ia arrumar era um emprego pra mim na cidade ou na escola na limpeza, porque eu tenho vontade de comprar minhas coisinhas, mas num tenho emprego, num tenho nada pra comprar minhas coisinhas, mas se eu tivesse e fosse mais nova ia arrumar era um empreguinho em Unai no Mamoeiro ou Boa Vista na escola de limpar já tava bom demais pra mim trabalhar. De 15 em 15 dias vinha em casa pra botar minhas coisinhas em ordem se for em Unai se for perto volto no ônibus da escola, acho que pode né?, mas aqui não dá não pra pessoa. (Maria, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 25/07/2017).

Contudo, nesse depoimento também fica clara a desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres no espaço da casa e no lote/ roça. A jornada de trabalho, que na maioria das vezes é dupla, e a falta de salário e reconhecimento pelas suas atividades ocasiona uma baixa autoestima por não ter tempo, nem dinheiro necessário para o cuidado pessoal.

A entrevistada também sugere que se a mulher trabalhadora rural/roça pudesse optar por trabalhar fora de casa ou continuar no espaço doméstico, mas com valor que merece, provavelmente escolheria uma profissão que possibilitasse outras oportunidades e recursos financeiros para cobrir suas necessidades pessoais e familiares. “Ao longo da história da humanidade as tarefas domésticas são ignoradas porque estão fora do circuito comercialmente e reproduzem a divisão sexual e social do trabalho, que segmenta as atividades produtivas e reprodutivas”. (ABRAMOVAY; RUA, 2000, p.168).

Na sociedade capitalista foi construída histórica e socialmente a divisão entre público e privado, entre o que é tarefa de homem e de mulher, ressaltando a importância do trabalho doméstico para a reprodução da vida e para a manutenção da força de trabalho para o capital.

Albarracin (1999, p. 55), analisando o desenvolvimento do trabalho doméstico na sociedade capitalista, ressalta que “o papel do trabalho doméstico consiste em produzir uma parte dos valores de uso necessários para reproduzir a força de trabalho fora dos circuitos do mercado”. É, nesse sentido, um trabalho estratégico e estruturante para a manutenção da mão-de-obra necessária para a acumulação do capital. No trabalho doméstico não há troca, não há geração de valor, mas é fundamental para a vida social e econômica, uma vez que sem ele o capitalista teria que dispor de mais dinheiro para os salários dos trabalhadores para garantir sua reprodução. “É a quantidade de trabalho socialmente necessária para reproduzir a força de trabalho”. (ALBARRACIN, 1999, p. 55).

A autora destaca que há uma diferença entre o trabalho doméstico/familiar e o trabalho remunerado/assalariado: o primeiro não gera valor de troca, apenas de uso, ao contrário do segundo, que vai gerar os dois tipos de valores, o que também produz rendimento lucrativo, que é o fundamento da acumulação do capital. Nesse sentido, mesmo não gerando uma mercadoria ou produto para ser trocado por dinheiro, o trabalho doméstico é fundamental para a reprodução do capital existente.

O espaço da vida cotidiana é onde se produzem e reproduzem as relações sociais, é o lugar onde se naturalizam e espalham as práticas e (pré) conceitos. No meio rural, a divisão sexual do trabalho se naturalizou e é prática aceita nas comunidades e no interior das famílias, centrada na figura do pai, chefe de família, que toma a maioria das decisões por todos os outros membros que representa. Portanto, no contexto, a situação das trabalhadoras rurais é equivalente, pois, na maioria das vezes, suas funções reprodutivas estão e são consolidadas pela organização familiar que fica difícil se tornarem um problema para a sociedade e para as próprias mulheres, no sentido de construir alternativas para transformar o meio em que vivem. Hirata (2002, p. 284 *apud* Portela, 2004, p. 62) afirma que

[...] embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho. Enquanto a conciliação entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for exclusivamente pertinente às mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos.

Essa cautela levada para o campo da agricultura familiar, no qual as relações entre homens e mulheres expressam as diferenças de gênero construídas e que continuam a se reproduzir, mesmo que a não emergência de movimentos sociais rurais nas últimas décadas

tenham incorporado a questão de gênero em sua agenda política por igualdades. A observação de Hirata coloca o desafio da construção de processos de mudanças sociais que a cometem sobre a vida das mulheres nas esferas da produção e da concepção.

Dessa interpretação, a participação política e pública das mulheres trabalhadoras rurais nos mais variados espaços é fundamental para as conquistas de direitos e da cidadania. Ainda assim, o pouco acesso dessas mulheres ao mundo público tende a se agravar quando a situação de trabalho e produção se dá em comum com o trabalho e reprodutividade, transtornando-se e limitando-se socialmente ao espaço privado. É nessa perspectiva que se pretende analisar a incorporação das mulheres do assentamento Papa Mel, sua participação no espaço público a partir do processo de construção do assentamento, em especial no espaço da associação.

6.3 As mulheres no espaço público do Assentamento Papa Mel

Na possibilidade apresentada até o momento, é emblemático analisar e compreender como as mulheres se inserem nos espaços públicos do assentamento Papa Mel, com prioridade para a sua participação na associação construída a partir das exigências do Inbra dos movimentos dos assentados no momento da implantação do assentamento. Incumbe à associação encaminhar os projetos produtivos e de infraestrutura, além de fazer negociação com os órgãos públicos e privados e representar à comunidade.

A associação é composta por um grupo de 16 pessoas, distribuído entre Diretoria e Conselho Fiscal e suplente. A assembleia de associados/as é o órgão máximo de decisão do assentamento, sendo convocada sempre que necessário pela diretoria da associação, geralmente em horários que possibilitem a participação das famílias assentadas em que as mulheres têm grande participação.

O crescimento de ocupação de reivindicação por terra, que passa pelo acampamento até a conquista, com a emissão do documento de posse e, portanto, a construção do assentamento, demanda formas variadas de participação dos sujeitos envolvidos.

Conforme visto em um dos capítulos, as mulheres participam ativamente no momento do acampamento e do assentamento, ocupando muitas vezes posição estratégica, enfrentando a violência policial etc. Enfim, sua participação assume formas e qualidades distintas, especialmente na fase do início do assentamento. No âmbito daquelas atividades de caráter público, a pesquisa identificou que as mulheres tendem a exercer atividades secundárias. Ou seja, as atividades que demandam decisões políticas na vida do assentamento são de

competência dos homens. Contudo, há mulheres que estão ativamente em todas as atividades realizadas na comunidade: estão na diretoria da associação e organizam ações, por exemplo. Por outro lado, há também aquelas que se recolheram após a conquista da terra ao mundo da casa; e ainda há outras que trabalham em locais como órgãos públicos, dedicando-se ao trabalho doméstico e reprodutivo, conforme expressam em seus discursos: *“Tem algumas das mulheres que luta na roça/lavoura, tem muitas que luta pelos seus direitos e muitas que num luta não, não sai de casa”*. (assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 03/12/2017).

Observando os dados da pesquisa, percebe-se que há um número expressivo de mulheres (14%) que participam da diretoria da associação, ao contrário do percentual de homens, que chega a 4%. Mesmo assim, a mulher não se sente importante no papel que assume na associação. Ademais, não foram criados mecanismos que assegurem a sua participação com mais efetividade no espaço público e de decisão política da vida dos/as assentados/as, mas aqui representado na associação.

A permanência das desigualdades de gênero explica a distância entre a participação de homens e mulheres na associação, que atribuiu papéis diferentes para homens e mulheres na sociedade. Ao masculino cabe o poder político, o mundo público e de decisão sobre a vida do conjunto dos membros da família, incluindo mulher e filhos/as. Ao feminino cabe o espaço da casa, da reprodução da vida social. Há de se considerar que a luta pela sobrevivência e pelo acesso a terra apontam para construção de estratégias de resistência e organização para enfrentar a negação desses direitos. Apesar das mulheres estarem em número maior de participação na associação, os homens têm o maior controle nas decisões do assentamento como Presidente e Vice-presidente, que são cargos considerados mais elevados.

Nessa organização, há certo rompimento das relações desiguais de gênero no momento em que as mulheres enfrentam situações controversas e espaços públicos antes estranhos a sua vida e experiência do cotidiano no assentamento. É nessa lógica que o aprendizado político das lutas sociais contribui para promover a formação de sujeitos políticos coletivos, em especial a organização das mulheres trabalhadoras rurais no assentamento Papa Mel.

A demanda por outra questão diz respeito à perspectiva política das lutas por terra e educação de qualidade, pois há aqueles que, a partir do processo de enfrentamento, ultrapassam seus objetivos pessoais e aderem ao projeto coletivo. Conforme outros trabalhadores/as rurais, após a conquista da terra, muitos abandonam o processo de organização política. Em relação às mulheres não é diferente. Há mulheres que não valorizam o processo

organizativo depois do título da posse da terra. Compreendem que as reuniões não levam a nenhuma conquista, pois com a desapropriação da terra já se conseguiu o necessário para viver, conforme interpreta uma trabalhadora assentada que teve participação nas lutas: *“Tem muitas mulheres que vai pra reunião e assembleia da associação, tem muitas que gosta de participar, agora tem muitas que num gosta não, quando diz assim: vai ter reunião da associação. Aí dizem: só vai conversar besteira”*. (Lucinha, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 18/11/2017).

Logo após a conquista da terra é comum haver certo esfriamento da luta organizativa dos trabalhadores rurais por parte de uma parcela significativa da população. Tanto homens como mulheres perdem um pouco o interesse de participar das lutas. No decorrer da construção do assentamento há vários momentos e interesses em jogo, de diferentes atores: os trabalhadores/as rurais, suas representações, os mediadores e aliados, o Estado, especialmente o Incra. Nesse ambiente, as faltas de igualdades de gênero dificultam a inclusão das mulheres nos processos de tomada de decisões das políticas públicas para o assentamento e, portanto, tendem a reforçar a dependência das mulheres com seus esposos ou companheiros de luta.

Nessa realidade somam-se as dificuldades do cotidiano da luta pela terra, ligadas ao excesso da jornada dupla do trabalho das mulheres, das atividades reprodutivas, em relação ao espaço dos afazeres doméstico, delimitando sua participação nas atividades comunitárias ou na associação de organização política do assentamento Papa Mel, principalmente de uma pequena parte daquelas que são casadas e mães e têm filhos ainda pequenos. As fadigas das rotinas dos afazeres domésticos e do trabalho extra na lavoura e outros reforçam as desigualdades de gênero e as limitações daí decorrentes, impostas à vida pública das mulheres do assentamento.

A remontagem da vida e trajetória das mulheres de assentamentos em outros estudos, como aqueles sobre assentamentos rurais, não deixa dúvidas quanto à participação das mulheres e seu papel importante. Portanto, não mantém o seu envolvimento permanente na ação da coletividade e nos momentos decisórios dos assentamentos. Entre os obstáculos e determinações pode-se investigar: como as mulheres podem encontrar tempo para sua participação de qualidade se exercem uma dupla jornada de trabalho e seus afazeres junto aos companheiros? Como a mulher se vê nesse processo de enfrentamentos diário? Muitas mulheres não se identificam com o espaço público, atribuindo isso à falta de uma carteira na associação, seu maior impedimento à participação, como é taxativo no depoimento de D. Maria Alves: *Porque eu não fiz a minha carteira ainda, mas ajudo né, eu não tenho carteira, mas a gente ajuda em tudo, precisando um dinheiro à gente dar um pouco*. (D. Maria Alves, assentada,

entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 22/11/2017).

A carteira da associação é para a identificação coletiva que todos do assentamento, pois é um documento da organização comunitária e de demais assentamentos, significando inclusão e pertencimento àquela agremiação política. Ter essa carteira significa ter “identidade diferenciada” da participação por excelência de decisões. Algumas das mulheres acreditam que só devam ter a participação as pessoas que possuam esse documento de tal valor. Provavelmente, há razões externas que reforçam tal entendimento por parte de algumas das mulheres. As políticas de construção dos assentamentos rurais às vezes impõem certas regras que acabam discriminando quem não tem seu nome no cadastro da instituição para receber o lote. Nessa lógica da dimensão, há depoimentos, tanto de homens como de mulheres, que afirmam que a pessoa com nome no cadastro do Incra é que têm todos os direitos no assentamento, inclusive o de participar da associação e outras reuniões. São tipos de sócios titulares/ vitalícios, que têm direito a voz e voto no assentamento.

No entanto, nesse sentido, há também uma situação que reafirma a existência da tutela e da obediência. Sendo assim, por exemplo, quando só o homem tem a carteira da associação, as mulheres se sentem representadas pelo companheiro, participando indiretamente, não declarando a circunstância responsável da sua cidadania e personalidade.

Nesse sentido, as mulheres são consideradas dependentes dos companheiros/maridos, promovendo um empecilho à sua participação mais efetiva, pois somente titulares tem direito a voto.

Recorrendo aos dados da pesquisa, observa-se que, apesar da presença de elementos sinalizadores de tutela e subordinação, o número de mulheres que participam das atividades da associação é expressivo, apresentando um percentual que chega a mais de 50% em algumas reuniões. Esse dado vai diminuindo principalmente quando se refere à participação em cargos na diretoria de associações, com um percentual apenas de 10%. Contraditoriamente, quando se refere aos cargos políticos na localidade, ou em Unai, as mulheres têm uma participação tímida que não é possível de se manifestar, não sendo, pois, tão valorizadas quanto os homens. Observa-se que sua participação nas atividades da associação é expressiva, chegando à metade dos participantes. Outro dado que reforça a discrepância de gênero refere-se aos cargos de maior concentração. Na associação do PA Papa Mel nenhuma mulher chegou ao cargo de presidente ou tesoureira; apenas secretária ou membro do Conselho Fiscal, e existe um número expressivo da participação das mulheres na associação.

Todavia, em que mensurem as desigualdades de gênero na condução dos processos organizativos na dinâmica do assentamento, a pesquisa mostra que aproximadamente 50% das

mulheres participam de todas as assembleias, enquanto 38% apenas de algumas. Quanto à participação dos homens, o percentual dos que participam de todas as assembleias chegou a 62% e a participação em apenas algumas é de 32%. Isso demonstra que não há uma grande diferença entre a participação de homens e mulheres nas atividades da associação. As mulheres demonstram valorizar esse espaço público de inserção política e cidadania, apreendido nas lutas sociais pela terra, principalmente no momento do acampamento. Sendo assim, a experiência da luta pela terra contribuiu para um conhecimento da coletividade participativa, propiciando uma maior motivação e entendimento da organização comunitária, apesar de ainda ser insuficiente para assegurar a cidadania política e pública das mulheres assentadas.

Durante a pesquisa de campo, no momento das entrevistas individual ou na coletividade, quando questionados/as sobre a importância da presença das mulheres participarem da associação, alguns depoimentos demonstraram certos pontos de vista bem diferenciados. Havia mulheres que se referiam à liberdade de participação tanto nas atividades comunitárias, quanto nas ações do assentamento, evidenciando a compreensão que o seu companheiro tem da sua atuação no espaço público, como mostra o depoimento abaixo:

Ele concorda acha bom eu ir, ele nunca me empatou de ir em qualquer lugar, assembleia nenhuma. Até pra Belo Horizonte eu já fui sozinha, sem Tião, umas duas vezes. Teve uma vez que fui só eu de mulher e uns cinco ou seis homens. Tião nunca empatou de ir, se ele empatasse eu ia. (Claudia, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 09/11/2017).

Há, também, as mulheres que acham que faltam mecanismos de inclusão da participação delas na vida do assentamento, expressando o desejo de ter atividades específicas para elas, e incluindo que a associação é fundamental no acesso às políticas públicas do governo para o assentamento, conforme expresso no depoimento de Dona Verinha, a seguir.

Já fui muitas vezes, é muito difícil chamarem as mulheres pra ir sempre tem outras coisas pra fazer; é muito difícil mesmo, e os homens mesmo [...] De primeiro as mulheres iam, acabou assim ninguém ia mais para lá [...] Os homens não ajudam pra as mulheres irem. Mas se as mulheres daqui fossem e tivessem a reunião, eu ia sempre [...] se aprende muita coisa indo pra associação. (Verinha, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017).

Na realidade, nas práticas das políticas dentro do assentamento há uma certa limitação à participação das mulheres, ao que se atribui algumas causas. Muitas têm receio e insegurança de falar em público, pois não foram preparadas para tal. Os homens, por estarem na direção, às vezes de forma involuntária, penalizam sua participação, podam suas falas e não

valorizam tanto sua opinião. Além disso, segundo as mulheres, eles marcam algumas assembleias e reuniões em horários impróprios, quando estão mais ocupadas com as tarefas domésticas. Provavelmente, trata-se da reprodução da cultura machista e patriarcal, construída social e historicamente, que exclui a mulher do espaço público de luta.

No entanto, há sinais de mudanças, embora não sejam generalizadas as ações, na medida em que há os que recorrem ao processo democrático e solidário, incluindo a participação de todas as pessoas do assentamento local, inclusive os/as jovens, como forma de alcançar uma melhor qualidade de vida para todos. Esse é o sentido da vida do assentamento. As falas de D. Aurora e Sr. Pedro são representativas desse pensamento de inclusão política da família:

Os homens apoiam, eu sei que é muito bom todo mundo unido aqui, cada um tem a sua participação uns vão mais que outros, tanto as mulheres quanto os homens e eu creio que os homens não dizem nada não das mulheres, até porque nós lutamos tudo junto mesmo, foi o marido/companheiro junto com as mulheres e agora seria muito bom que as mulheres participarem junto com os maridos na associação, mas nem todas vão. (Aurora, assentada, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017).

Da mesma maneira que homem tem direito de viver aqui e tem responsabilidade, as mulheres também têm e pode participar. Inclusive, porque com essa nova Constituição de 1988 que foi criada, com essa nova mudança que houve, os direitos são iguais para todos. Eu não vejo nenhum motivo pra discriminar as mulheres, nem os jovens/as também nesse sistema de organização e participação da mulher. (Sô Pedro, assentado, entrevista realizada em sua casa no assentamento Papa Mel, em 17/11/2017).

Porém, no que se refere ao exercício de cargos na direção da associação, cabem às mulheres o posicionamento que reforça as discrepâncias de gênero, voltados para as rotinas administrativas: secretária, 2ª tesoureira, membro do conselho fiscal e outros. Isso se deve em parte ao fato de mulheres possuírem um grau maior de escolaridade que os homens; inclusive, algumas das mulheres exercem cargos em Unai, nas fazendas nas proximidades e outras nas próprias escolas em que os filhos estudam, tendo em vista que esses cargos exigem conhecimentos específicos de redação e contabilidade básica: as quatro operações da matemática e noções de como preencher documentos contábeis, recibo, cheque, balancete, prestação de contas, livro caixa, etc. Na grande maioria das mulheres do assentamento, observa-se facilidade com a documentação devido aos estudos. Aliado a isso, se reforça o lugar comum de que as mulheres são mais aceitas às tarefas minuciosas e organizativas do assentamento.

Essa questão lança luz para indagar sobre a partilha de poder dentro da associação. As tarefas assumidas pelas mulheres tendem a ser uma extensão das atividades domésticas, para

as quais elas estariam mais preparadas, teoricamente: administração cuidadosa, serviço burocrático, como exigências de contas bancárias, organização da documentação para prestação de contas, anotações de detalhes minuciosos, como participação em reunião das escolas dos filhos e netos etc. Já os homens ficam livres para desenvolver as ações políticas e outros assuntos de demanda do assentamento, como, de negociação, de coordenação, de diálogo com o poder público, principalmente com a prefeitura de Unaí e outras instâncias, de planejamento, de estratégias etc. As mulheres tendem a serem as secretárias; os homens os presidentes, tendo, pois, o maior poder de decisão.

Na Associação do assentamento Papa Mel, a alguns dos homens coube também o cargo de tesoureiro, mas as mulheres têm maior participação em outros cargos, pois sutilmente os homens não admitiram que as mulheres controlassem, nem administrassem os recursos financeiros existentes, pois esses funcionavam como um batalhão de poder. O poder está condicionado aos homens. Nos 12 anos de criação da associação de assentamento houve registro da mulher secretária e de presidenta nas gestões da associação por um curto período.

Conforme já assinalado, a participação das mulheres nesse assentamento é restrita na direção da associação, onde predomina o domínio masculino. Há uma distribuição desigual em relação do poder entre os sexos.

Esses comportamentos se sustentam, possivelmente, a partir de um forte embasamento em um código de valores que organiza as relações entre os indivíduos de ambos os sexos e incluem, entre seus componentes, a subordinação feminina e a circunscrição da mulher as responsabilidades reprodutivas. (ABRAMOVAY; RUA, 2000, p.277).

Desse caminho de análise, a identidade social da mulher e do homem é construída historicamente, naturalizando suas atribuições e papéis na sociedade. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”. (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Portanto, o apontamento da autora indica que a sociedade investe muito na naturalização desse processo. Isto é: tenta fazer crer que as tarefas domésticas fazem parte da capacidade da mulher de ser mãe. Nesse contexto, é espontâneo que a mulher se dedique aos afazeres domésticos. “Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características naturais dessas funções iguais”. Esse caminho da naturalização dos processos socioculturais é o mais fácil para manter a autoridade e o poder do homem sobre a mulher. Entretendo, essa vinculação de desigualdade de gênero não admite também uma relação de poder do homem,

delimitando à mulher uma posição de obediência/subalterna na organização social e local.

Foucault (2002) compreende o poder como uma rede de relações que se exercem nos micros espaços comuns; um poder que circula em todos com igualdades das relações.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (p. 183).

A fecundação de poder de Foucault possibilita analisá-lo sendo exercido em muitas e variadas direções do assentamento numa rede de relações. O poder não é algo do qual alguém se apropria; o seu exercício e prática está vinculado a determinações, manobras, recursos característicos, técnicas e funcionamentos. O autor também contesta a ideia de que o poder está majoritariamente centralizado no Estado, como seu único órgão central, ou na rede de poderes da sociedade, ou seja, uma dimensão dos efeitos do Estado. Isso significa que não há aqueles que não exerçam poder nenhum, senão variadas formas de exercer o poder determinado entre seus pares. Dessa maneira, o poder intruso em todas as intrigas das relações sociais era pleiteado por homens e mulheres. Esse pensamento de poder que circula, em que as pessoas são os negociadores de sua incrementalção, sugere que o poder não é concretizado e que poderá gerar focos de teimosia contra poder hierarquizado.

Consequentemente, sendo a resistência características ao exercício do poder, não se pode desacreditar de que estamos encarcerados pelo poder de outro sujeito, mas que há a casualidade de modificar o jogo ou permanecer na dominação, exploração, sujeição, segundo condições e subterfúgios determinados.

Enquanto estejam submissas, as mulheres não são desprovidas de autoridades. Elas estão empenhadas com ações imprescindíveis tanto na organização familiar, quanto na comunidade local, na comunidade escolar, na associação e no trabalho na lavoura. Isso lhes dá uma certa intensidade de comunicação nos sistemas do poder de decisão.

Nesse sentido, as relações de gênero, como relações de domínios, são instáveis. As mulheres estão desprendendo processos de libertação política na direção da conquista de sua cidadania. O exercício de participação em grupos comunitários e movimentos sociais contribuem para a descoberta do mundo público e da sua capacidade de proposição, intervenção e decisão. A independência política das mulheres disponibiliza a construção de novos valores e

a transformação nas relações desiguais das suas influências.

Todavia, as mulheres do assentamento Papa Mel ainda têm muito a atravessar no sentido da sua emancipação político organizativo. Na medida em que as mulheres começarem a participar de grupos específicos de trabalhos, trocarem experiências de vida, discutirem suas dificuldades, desejos, desafios, dúvidas e alegrias com as demais mulheres de outros assentamentos, reunindo um novo conjunto de tentativas e saberes, contribuirão para alterações em suas vidas, de suas famílias e na comunidade que estão inseridas.

A participação em movimentos sociais voltados para as mulheres, sejam independentes, ligados ao movimento sindical ou ao MST, tem auxiliado para que as trabalhadoras rurais construam sua autenticidade coletiva e política, alcançando reconhecimento público e político, com seus direitos e espaços na sociedade. Investir na organização das mulheres através dos grupos de conhecimentos e de base é criar as condições para um discernimento das suas condições de vida no mundo, desenvolvimento para sua capacitação técnica e política, planejando, assim, a emancipação no seu domínio material, cultural, social, político e econômico, ao mesmo tempo em que sua organização volta-se para a extinção das distinções de gênero.

A defesa dos direitos da mulher, com a conseqüente erradicação de todas as formas de discriminação e violência, constitui-se compromisso dos estados democráticos de direito. Um país que se autodeclara democrático, que tem como primado básico promover o bem-estar de todos os cidadãos sem distinção, não pode ficar alheio ao fenômeno da desigualdade histórica, social e jurídica de que foram alvo as mulheres.

As mulheres, por serem consideradas de “sexo frágil”, ficaram por muito tempo submissas aos mandos e desmandos de seus maridos/companheiros e pais. Em razão disso, muitas vezes são agredidas e violentadas até dentro das próprias casas. São abusos físicos e mentais que ocorrem constantemente em muitos lares brasileiros e que por muito tempo ficaram impunes. Porém, com o advento da Lei Maria da Penha (lei nº 11340/06), esse quadro está começando a mudar e as mulheres estão indo às delegacias exigir que os seus direitos sejam respeitados via denúncia. Essa Lei funciona como um importante e efetivo mecanismo de proteção às mulheres, na medida em que confere maior rigidez e efetividade à punição dos agressores. Contudo, para que os direitos fundamentais elencados na Constituição sejam efetivamente garantidos para as mulheres, além da criação de leis e a adoção de políticas públicas eficazes no combate à violência contra a mulher, é necessária uma mudança de valores da sociedade como um todo.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 008º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1988).

Para que os direitos fundamentais elencados na Constituição sejam efetivamente garantidos para as mulheres, além da criação de leis e a adoção de políticas públicas eficazes no combate à violência contra a mulher, é necessária uma mudança de valores da sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o campo e a cidade, prefiro a simplicidade.
Ser da roça é uma honra, aqui tenho liberdade.
aqui tenho alegria, onde sou feliz de verdade.

Não há nada nesse mundo, que seja mais gratificante.
do que por a semente na terra, e colher fruto abundante.
Ter na mesa só aquilo, que é fruto de mãos calejantes.

Aqui na roça tem fartura, aqui nós faz a mistura.
planta cresce e enflorresce, nós come a fruta madura.
Não usamos artifícios, aqui é Deus que segura.

É triste ver que tem gente, que não gosta aqui da roça,
e a roçada é diferente.

“Deus me livre do sol quente, isso não é trabalho de
gente,
seis da roça é inocente, trabalha de sol a sol, pelo pão
de cada dia,
isso é uma agonia, Deus me livre dessa fria”

Mas digo sem vacilar, aqui nosso Deus tem ar,
nós tem tempo pra ir na igreja, mesmo com toda peleja,
nós para pra rezar.

Enquanto os que vivem da modernidade,
só ficam no whatsapp, no youtube ou facebook,
postando sei lá o que, querendo aparecer,
querendo ter seguidor, pensa que isso tem valor.

Não presta atenção na vida, só fica dando curtida,
em bobagem sem sentido, e não vê que ao seu lado,
tem irmãos necessitados, implorando por comida,
atenção e acolhida.

Entre o simples e o moderno, sou roceira e isso não
nego,
não que queira elevar o meu ego, mais uma coisa eu
digo:

Trabalhar na roça é doído, não é pra qualquer
indivíduo,
ainda mais nos dias de hoje, com o avanço do
progresso,
jovem não quer saber de roça não.

Só quer facilidade, quer tudo na mão,
por isso eu até tenho medo,
do receiro entrar em extinção.

(Angelita Patrícia Alves da Silva)

Ao longo da pesquisa, como foi observado neste trabalho, todo o processo de luta pelo acesso a terra e pela consolidação do assentamento é caracterizado pela presença de agentes de mediação. Segundo Novaes (1994), a necessidade de mediação se dá devido a diferenças culturais e assimetrias econômicas e políticas entre grupos sociais. Os mediadores, segundo essa autora, “se propõem a ser o elo, estar entre, fazer meio de campo com os assentados [...] Fazer mediação é traduzir e, ou, introduzir falas, linguagens de todos os assentados e assentados carrega com cada um, a suas trajetórias de vida e sempre acreditar no coletivo”. (p. 46).

Nesse sentido, identificaram-se distintas formas de construção no processo de implementação de assentamento rural, principalmente entre os trabalhadores/ trabalhadoras e os diversos órgãos governamentais e além das trocas de experiências com os demais assentados. A referida autora afirma, também, que a mediação pode funcionar para o bem ou para o mal, para a reprodução ou para o questionamento da dominação. Portanto, seria equivocado usar o termo mediador somente para classificar agentes ou organizações que se colocam ideologicamente ao lado dos trabalhadores e que, em seus objetivos, se propõem a contribuir com a organização política desses indivíduos, como é o caso do MST e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Esses se referem a um tipo de mediação, mas não a única forma possível. O Estado, através de seus diversos órgãos e técnicos, também pode se conformar em uma estrutura, com um caráter bastante distinto daqueles, como é o caso dos técnicos da Emater ou até mesmo das prefeituras da região do Noroeste mineiro, especialmente no processo de consolidação do assentamento Papa Mel com a luta das mulheres.

A participação das mulheres nos movimentos sociais teve um papel fundamental, não somente para as próprias mulheres, que têm a oportunidade de divulgação dos problemas no âmbito do assentamento e demais localidades regionais. Há mérito também para a coletividade, ou seja, para a sociedade civil, mediante tanto questões mais específicas, como o custo de vida, os movimentos por escolas o mais próximo do assentamento ou outros e também diante de questões mais abrangentes para todos dos assentados que se encontravam descontentes com o regime de imparcialidade que muitas vezes são velados pelo assentamento. A redemocratização, embora seja um processo que envolve outros fatores, como no caso em questão houve um esgotamento do sistema público, municipal e estadual.

Esse papel exercido pelas mulheres durante os anos de repressão, também teve o valor de favorecer a polêmica/discussão e um grande número de ações positivas com relação

aos problemas inerentes às mulheres assentadas, principalmente as mulheres do PA Papa Mel, além de ter se tornado um eficaz canal de recuperação e de luta que reuniu diversos segmentos no assentamento, a princípio em torno de objetivos comuns, ou seja, a redemocratização do país e o restabelecimento do Estado de Direito, pondo fim à ditadura. O movimento de mulheres e demais movimentos, como o movimento feminista, no qual as mulheres têm sua participação mais efetiva, tomaram caminhos diferentes. Apesar de questões políticas da luta da sociedade contra o regime ditatorial, do movimento designado de feminista, e a despeito até mesmo do apelido que lhe fora imposto – de alienadas dos problemas maiores pelo qual passava o País na conjuntura anterior as mulheres– concentram seus esforços e direcionam sua luta para as questões referentes à dependência social, a qual tem sua origem no espaço doméstico.

Desde o princípio, a construção desta pesquisa efetiva-se nos fundamentos relacionados aos movimentos sociais, às mulheres e às ações coletivas em projetos de assentamento no Noroeste de Minas no município de Unaí/MG. O desenvolvimento traz a concepção dos movimentos sociais das mulheres em suas lutas e ações da coletividade, que são vias fundamentais para solucionar problemas individuais e coletivos, intensificar o sentimento de pertencimento a um grupo e, por extensão, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e político do assentamento Papa Mel.

Embora haja dificuldades em modificar as relações de gênero, é necessário todo um processo de mudanças dos paradigmas da organização social e do comportamento humano, o que pode ser muito demorado. É preciso ter em conta que essas transformações devem passar o conjunto dos âmbitos de vida social, especificamente o âmbito doméstico, as estruturas educacionais, as esferas da convivência e as relações sociais nas quais as novas concepções ainda estão sendo aprendidas.

No interior dos movimentos sociais, os espaços de vivências são criados para tornarem-se espaços de sociabilidades nos quais pode-se praticar novas ações educativas. Além disso, podem ser criados também para se tornarem espaços de conservação das caducas relações sociais da sociedade classista e patriarcal. Para isso, é importante considerar que na experiência do MST foram as próprias resistências que impulsionaram o debate das questões da luta pela terra, das relações sociais como um todo, do processo organizativo e das propostas de reforma agrária. As resistências existentes se expressam em desigualdades e impõem-se como exigências às novas sociabilidades, na perspectiva dos objetivos que o movimento almeja alcançar: a luta pela terra, a reforma agrária e a modificação do coletivo.

Entretanto, cabe ressaltar que a consciência da opressão de gênero e o debate no interior do movimento foi resultado de tensões e conflitos os quais revelam, sobretudo, o antagonismo das mulheres. Além do mais, são elas que vão dando conta da necessidade de impulsionar o debate e, ao mesmo tempo, alicerçar o reconhecimento de seus direitos, demandando novas formas de tratamento e comportamento na produção da vida social, cultural e política nos assentamentos, nas instâncias, nas ações e na rotina do movimento e da sociedade brasileira em geral.

O processo de construção do MST se faz a partir da luta pela terra e do assentamento das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. É a partir da aquisição da terra que as preocupações das famílias se deslocam para a organização do trabalho e da composição, visando o atendimento às necessidades indispensáveis, pois com isso passam a estabelecer formas de organizar a vida e o trabalho nos territórios conquistados. É a forma de organização da produção que irá influenciar nas outras dimensões do viver, na divisão social e sexual do trabalho e nas relações sociais delas imprescindíveis.

A organização do trabalho diferencia-se no MST, em conformidade com a formação cultural e política de cada comunidade assentada. No entanto, a partir das experiências, o movimento vem analisando que, culturalmente, persistem relações assimétricas entre os gêneros. Comumente, serão os homens a assumir a vida econômica da família e a vida coletiva dos assentados, enquanto as mulheres têm uma participação inferior e marginalizada. Assim, entende-se que, tanto no cotidiano quanto na macroestrutura da sociedade, há uma opressão sobre as mulheres. Diante disso, o coletivo de mulheres sem terra passou a demandar a definição dos riscos das políticas de gênero para o conjunto da sociedade.

Uma particularidade que contribuiu para o fortalecimento da compreensão da necessidade de avançar no trabalho educativo sobre gênero é o fato de que no cerne da luta pela reforma agrária os Sem Terra vão entendendo que as dificuldades políticas e econômicas a cada dia assumem proporções maiores, exigindo força maior do movimento. Isso vai explicitar a necessidade de uma maior articulação das forças internas do próprio movimento, inclusive da participação feminina. A compreensão dos problemas comuns de luta e a consciência da analogia entre todos: homens, mulheres, jovens e crianças, exigem uma articulação de forças opostas.

Gohn (2013) nos convida a refletir sobre o papel dos movimentos organizados segundo a temática de gênero. As mulheres, nesse sentido, se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. As mulheres sustentam também, majoritariamente, as redes solidárias de projetos

sociais que trabalham no campo da economia solidária, a exemplo das Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu, que abrange vários estados do Norte e Nordeste.

A atual contribuição que incide sobre a necessidade de enfrentar os problemas referentes às relações de gênero é a de conciliar com outras organizações às quais o movimento se articula. A Via Campesina tem por definição que toda a rede de organizações a ela vinculada garanta uma participação de igualdade entre homens e mulheres. Essa orientação externa impulsionou a organização interna do movimento na abordagem de ampliar a participação das mulheres e, adequadamente, fomentar novas práticas formativas e educativas. Assim, novos comportamentos irão fazer parte das experiências e lutas do MST, elevando-se com isso a percepção de que as mudanças na sociedade ampliam a mudança de valores e atitudes dos homens e mulheres para vivenciarem novas relações. Desse modo, há uma elaboração e uma intencionalidade do critério das políticas do MST quando esse entende que não basta ter vontade de mudar; é necessário reconstituir as formas de organização do trabalho, dos espaços escolares, da organização familiar e das instâncias de direção e representação política para que se possibilite a participação ativa de todos e o reconhecimento e valorização das capacidades femininas, bem como a distribuição dos benefícios sociais e econômicos e as responsabilidades políticas.

A partir do trabalho coletivo de gênero, se procurou a conscientização sobre os direitos das mulheres e a necessidade de agregar a representação feminina em todos os espaços e diversidades. Com isso, passou-se a desenvolver diversas ações e lutas para conquistas de direitos das mulheres trabalhadoras do Campo, tais como: direitos à previdência social, à terra, à saúde e à educação, entre outros. Tais ações foram pedagógicas para todos os seus membros e, essencialmente, para as mulheres, pois, como diz o MST, “a luta educa”.

Os movimentos de organização, as coerências de debates, reflexão, elaboração e ações realizadas pelos movimentos sociais são ricos em aprendizados teóricos, políticos e metodológicos, os quais levam a uma maior sensibilização e socialização sobre os problemas de gênero. Os principais debates giram em torno das mulheres, pois são as mudanças que vão se desenvolvendo. Assim, vão se construindo linhas de ação e instrumentos que possibilitem avanços e fortaleçam novas relações de gênero. Nesse sentido, se percebe a importância de criar novas práticas na forma de organização dos assentamentos, nos espaços de reuniões, no espaço doméstico e nos espaços escolares, com vista a retomar o caráter social das atividades que na sociedade são impostas como tarefas das mulheres, ou seja, aquelas relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado das crianças. A inquietação inicial era permitir maior liberação das mães para participarem de outras atividades na comunidade e proporcionar às crianças

formas de sociabilidades. Com isso, surgiu a organização das cirandas infantis, espaços educativos que devem ser garantidos em todas as atividades e espaços do MST, dos quais homens, mulheres e crianças participam. Sucessivamente, ganha força a discussão sobre a infância e o direito das crianças do campo à educação infantil garantida na lei e amplia-se a perspectiva sobre o papel da escola nos acampamentos dos sem terra e assentamentos.

O MST defende que a escola seja também um espaço de exercício prático dos valores que caracterizam o novo homem, a nova mulher, a nova sociedade. Tudo isso e muito mais precisa começar a ser desenvolvido nas crianças desde cedo e nos adultos desde que possível. A escola precisa criar mecanismos de observação e de avaliação entre as próprias crianças para que os conhecimentos vivenciados sejam punidos e a nova ética seja estimulada dentro do próprio coletivo. E os professores não podem esquecer que o exemplo pessoal vale mais do que todos os sermões ou discursos que possa fazer. (MST, 2005, p. 70).

O conceito reflete a necessidade de novos procedimentos e de nova ética, bem como a necessidade de organizar espaços nos quais os homens irão se educando com a presença das mulheres; e naqueles espaços de domínio masculino, que as mulheres possam ir adentrando, superando os limites de participação, de representação e de valorização de suas perspectivas.

As linhas definidas da ação para o setor do gênero são: garantir que o registro e o documento da concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher; e a participação da mulher em todas as etapas dos processos produtivos das áreas de assentamento, ou seja, que elas estejam participando do planejamento da produção, da comercialização e da utilização. Portanto, deve se assegurar que as mulheres possam ser sócias e dirigentes das cooperativas e associações. Assim, o MST, para avançar nas determinações propostas, deve construir espaços de formação, capacitação e ações políticas nas quais se garanta o critério de participação e igualdade de homens e mulheres.

A política igualitária entre homens e mulheres é um dos elementos que expressa a participação, os níveis e as formas de poder. Contudo, no MST se entende que há outros fatores, quais sejam: os circunstanciais existentes nas relações econômicas e de trabalho. Isso quer dizer que as relações entre os proprietários e não proprietários, entre quem trabalha e quem não trabalha, entre quem participa e quem não participa de quem tem condições econômicas e tempo para participar. É necessário reinventar o modo de organizar a vida para abrir possibilidades para que as mulheres participem e se façam representar. É preciso reeducar os homens e mulheres e a sociedade para irem se responsabilizando pela educação das crianças e

não jogar a total responsabilidade sobre as mulheres. É necessário repensar os papéis sociais que homens e mulheres estão desenvolvendo e a importância de construir outros valores na sociedade.

A existente luta social pela terra no País admitiu conferir as lutas dos movimentos sociais populares do campo situadas nas questões sociais contraditórias no âmbito e considerando o avanço do capitalismo nacional, já que nesse ocorre o progresso desigual nas diversas regiões do Brasil e mesmo no interior dessas regiões do Noroeste de Minas Gerais. Portanto, a amplitude histórica desse processo de desenvolvimento traz envolvidas as fundamentais contradições de uma mesma natureza entre capital e trabalho, visto que as formas não capitalistas são importantes para certos processos do contexto ou crescimento do capital no campo.

As experiências vivenciadas entre as pessoas do Assentamento PA Papa Mel apresentam riqueza na dinâmica adquirida com o tempo e possibilita a coletividade que as mulheres exercem de maneira clara e objetiva, em busca da sobrevivência. Cada família chega de locais diferentes, carregando a sua cultura, religiosidade e seus valores; ao mesmo tempo, pela união em defesa da terra, buscam uma dinâmica de organização, atribuída principalmente às mulheres e à contribuição na militância.

Dessa maneira, é importante dar voz a quem sempre não conseguia expressar o sentimento pertencente ao lugar, mesmo sendo assentado. Por meio da ação da pesquisa é também uma maneira que a mulher tem de reconhecer o seu espaço de luta no assentamento, por educação de qualidade, pela venda dos produtos alimentícios, transporte escolar e outras demandas existentes e para a construção coletiva de referências para praticar mudanças de atitudes em relação à construção de políticas públicas para mulheres assentadas, consentindo espaços de diálogos sobre as mulheres e a luta por terra.

A dinâmica dos Movimentos sociais pela Terra, na sua histórica luta e organização, entende que as mulheres e crianças são as principais vítimas da desapropriação, exploração e violência que tem se dado nas formações sociais. Neste sentido, a questão de gênero nas relações entre o feminino e o masculino tem ocupado o espaço central nas discussões e trabalhos coletivos do setor de gênero do MST. Para esse movimento, as novas relações sociais devem buscar alternativas para a construção do novo homem e da nova mulher enquanto sujeitos com valores humanistas, democráticos participativo e solidários. Entretanto, essa é uma discussão que tem ganhado força apenas em algumas instâncias e coletivos, necessitando enraizar-se para ser assumido por todos os que partilham do movimento. Contudo, ainda há contradições internas em relação às suas práticas. Nos espaços de maior presença masculina, é

o maior desafio a ação de politizar o tema gênero.

Os movimentos sociais da terra demonstram preocupações e têm buscado artifícios para constituir espaços, fóruns, documentos, lutas sociais e vivências que apontem para essa construção, mesmo que tais iniciativas e debates ainda sejam vistos como incipientes frente aos objetivos que se pretende alcançar. A organização de um setor interno que fomenta o debate sobre as organizações de grupos de mulheres, reuniões de casais, seminários, palestras, definição de linhas políticas sobre gênero e o trabalho educativo voltado à inserção social da mulher enquanto ser ativo socialmente é de grande importância.

A perspectiva do MST, como qualquer outra organização, não é uma ilha solitária da sociedade; ele influencia e sofre influências dessa sociedade numa luta constante. Portanto, é natural que no movimento também estejam presentes problemas de relações de gênero. E, são justamente essas contradições internas que vêm desafiando o MST, nas suas práticas educativas e escolares, a realizar trabalho no sentido de avançar na construção de uma consciência de gênero no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, em busca da construção de novas relações entre os homens e mulheres.

Nossa perspectiva é que nossa pesquisa vem contribuir com as mudanças para os movimentos sociais de luta pela terra e, especificamente, com os assentados do PA Papa Mel, além, é claro, com aqueles da comunidade acadêmica interessados e pesquisadores da área. Acredita-se que foi possível trazer para o espaço acadêmico histórias reais, com mulheres que começam a mudar os cenários dos assentamentos, o que contribui para que os movimentos sociais e a questão da mulher na sociedade sejam ainda mais difundidos. Afinal, não pode haver apenas preconceito; é preciso que se façam cumprir as políticas públicas já existentes voltadas para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

ABRAMOVAY, R., CARVALHO FILHO, J. J. Reforma agrária: o sentido econômico de uma política distributiva. **ABRA**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 31-44, 1993.

_____. CARVALHO FILHO, J. J. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. **ABRA**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 36-53, 1994.

ALMEIDA, S. C. R. de; DANSA, C. V. de A.; MOLINA, M. C.; XAVIER, J. H. V. ZOBY, J. L. F. A formação de agentes de desenvolvimento local. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 219-243.

_____. Introdução. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H.V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. (Orgs.). **Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 15-22.

_____. A formação de agentes de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de; SCOPEL, E. **Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 219-244.

ANTUNES, R.; RIDENTE, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p 31, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Descentralização e Reforma Agrária – Um Processo em Discussão**. Recife: PCT/INCRA/IICA, 2005.

ARROYO, M. G. C. R. S.; MOLINA, M. C. Apresentação. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (ORG.). **Por uma educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 7-18.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.

BEBEL, A. **A questão de Gênero**. Cartilha do Coletivo Nacional de Gênero do MST. São Paulo: MST, 1998.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. _____. **Diretrizes Operacional para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Parecer nº 36/2001, Brasília, 2001.

_____. _____. **Plano Nacional de Educação,** Brasília: INEP, 2001.

_____. _____. Pronera: **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** Manual de Operações, Brasília, 2004.

_____. INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: educação do campo,** Curitiba, SEED/PR, v2. n.11 p.72. 2005.

_____. O MST e A Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

_____. Teses sobre a Pedagogia do Movimento. Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária: Textos de Estudo. **Boletim da Educação (MST),** São Paulo, n. 11, p. 137-149, set. 2006.

CAMPOS, C. As relações de gênero e o MST. In: SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder.** São Paulo: ANCA.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista,** Londrina, v.3, n. 2, p. 201-213, jan/jun. 2001.

_____.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n.105, p.131-146, Jan/Mar 2011.

CASTRO, M. H. G. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. **Espaços e Debates,** São Paulo, n. 32, p. 80-87, 1991.

_____. **As lutas pela terra no noroeste de Minas Gerais - um sumário e uma interpretação.** Belo Horizonte: UFMG, 1997.

CHAUÍ, M. A sociedade democrática. In: MOLINA, M. C.; TOURINHO, F. C.; SOUZA JÚNIOR, J. G. **Introdução crítica ao direito agrário.** Brasília: Editora UnB; IOESP, 2003.

COLETIVO DE GÊNERO/MST. **Refletindo sobre as relações de gênero no MST.** s/d, (mimeo).

CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.** CONTAG segue na defesa pela democracia e contra o retrocesso nos direitos. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=11425>>

&nw=1&mt=1>/jocelinodantas.blogspot.com/2016/05/contag-segue-na-defesa-pela-democracia.html> Acesso em mai. 2016.

CORREIO BRASILIENSE. Chacina de Unaí à espera da Justiça. Publicado em :28 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/01/28/internabrazil,515585/auditores-fiscais-do-trabalho-pedem-prisao-dos-mandantes-da-chacina-de.shtml>>.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **Avanços Recentes nos Direitos da Mulher a Terra na América Latina**. 2004. Disponível em <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PORTER, E. This time, it's not the economy. **The New York Times**, New York, 24 Oct. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/10/24/usine/24econ.html?_r=1&ref=business&oref=slogin>. Acesso em: 24 out. 2006.

DEERE, C. D. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Dossiê da Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 01/ Centro de Filosofia e ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, 2004.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

DOMINGUES, E. Vinte Anos do MST: a Psicologia Nesta História. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582. 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L. O Protagonismo Político de Mulheres Rurais por seu Reconhecimento Econômico e Social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

ESTERCI, N., MEDEIROS, L.S., FRANCO, M.P., LEITE, S.P. Assentamentos rurais: umconvite ao debate. **ABRA**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 4-15, 1992.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora -Bertrand, 2000.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; BERGAMASSO, S. M. P. P.; BOLFE, A. P. Na Trajetória dos Assentamentos Rurais: Mulheres, Organização e Diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195-216

FERREIRA NETO, J. A. **Região Noroeste planejamento público e mudança social**. Revista

UFV Debate, Viçosa, v. 15, 1993.

_____. **Os Impactos Regionais da Reforma Agrária:** um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO). Brasília: MDA/ NEAD. Relatório de pesquisa, 2001.

_____.; DOULA, S. M. **Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil:** atores sociais, processos produtivos e legislação. Viçosa: UFV, DER, 2006.

FREITAS, L. C. Materialismo Histórico Dialético: Pontos e Contrapontos. In: II SEMINÁRIO NACIONAL: O MST E A PESQUISA, 2, 2007, São Paulo **Cadernos do ITERRA**, Cidade,S.P v. 14, n. Ano VII, nov. 2007. Disponível em: <periodicos.sbu.unicamp.br>.

_____. Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e “Didática”. Revista **Educação e Sociedade**, São Paulo, Faculdade de Educação/Unicamp, v. 27, set. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de autonomia:** saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em educação.** Campinas: Praxis, 1998.

GHON, M. G. **Movimentos Sociais e Educação.** 8 ed.. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Os Sem-Terra e os Desafios da Participação Popular no Meio Rural Brasileiro: ação Política e Imagem Neste Final Milênio. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 191-215, jan./jun. 1998.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONÇALVES, M. T. Saga: **Hunay de hontem e Unai de hoje.** Belo Horizonte: Editora Arte Quintal, 1990.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000.

_____. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIDA, A. L. M. **Aprendendo com a vivência:** a experiência do PRONERA no noroeste de Minas. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2010.

HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. In:_____. **A produção Capitalista do Espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e

Adjacências). p.129-162.

_____. Fordismo. In: _____. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 117-134.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O novo mundo rural**. Brasília: INCRA, 1999a.

_____. **Relação dos projetos de assentamentos rurais implementados pelo INCRA no estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INCRA - SR 06, 1999b.

_____. **Relatório de atividades** - Superintendência Regional 28. Brasília: 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico, 2016.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo).

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio. de Janeiro: Editora -Bertrand, 2000.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Tradução de Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Rubens Enderle. 22. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. _____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. _____. LÊNIN, V. I. U. **Práxis: sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1980. (Coleção bases 17).

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural e UNRISD, 2002.

_____. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. **CEDI Caderno Temático**, n.1, p 58-59. 1994.

_____. BARBOSA, M. V., FRANCO, M. P., ESTERCI, N., LEITE, S. P. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. LEITE, S. P. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

_____. _____. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Caxambu: ANPOCS, 1998. (policopiado).

_____. SOUSA, I. C., ALENTEJANO, P. R. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Proposta**, n. 77, p. 54-63, 1998.

MESZAROS, I. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2005; Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MST. **Construindo novas relações de Gênero desafiando relações de poder**. São Paulo: ANCA, 2003.

_____. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

MINAYO M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 61-77.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília, 2001.

MOREIRA, J. R. Parceria e os Negócios do Coronel: Trabalho Familiar Residente e Competição no Complexo Rural. **ABRA**, São Paulo, n. 2 /3, v. 25, p. 12. 1995.

NETO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 36-37. 2000.

OLIVEIRA, A. R. de. Associativismo e desenvolvimento rural em Goiás: uma análise das estratégias de organização do agronegócio e da produção familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-11. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1205_1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) –

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, M. D. L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 134 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, M. N.; SABOURIN, E.; ALTAFIN, I. G.; ALMEIDA, S. G. R. As organizações sociais: trajetórias, lições e perspectivas. In: EMBRAPA. **Projeto Unai**: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 95-141.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAIVA, I. A. Escolaridade, Exclusão e Participação no PRONERA. In: ANDRADE, M. R., et al. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**: uma Avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

PALMEIRA, M. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, L. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994. p. 49-65.

_____. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M., GOLDMAN, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 41-56.

PNUD/IPEA/FJP. **ATLAS do Desenvolvimento Humano e Condições de vida**. Indicadores Brasileiros, 2003.

PORTELA, A. P.; SILVA, C.; F., S. (Orgs.). **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS Corpo, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. Disponível em: <<http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/2012-12-21-16-56-25/aspectoshistoricos.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RÊSES, Erlando da Silva e PINEL, Wallace Roza. **Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Feminina do Distrito Federal: possibilidade de pesquisa através do Materialismo Histórico-Dialético**. Revista Com Censo, 2^a ed. esp., n. 5, pp. 74-78, 2016.

RIDENTI, M. As mulheres na política: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.31, 2006.

RODRIGUES, W; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. K. Análise da efetividade socioeconômica do PRODECER III no município de Pedro Afonso, Tocantins. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, 2009.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Nova Aguilar, v. 2, 1994.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”? As Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais. **Edições UNESCO**, Brasília, v. n. p.126, 2000. <<http://unesdoc.unesco.org/images.pdf>>. Acesso em 28 de novembro 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G.; GROPPI, A.(Orgs.). **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SIQUEIRA, D. E. **A organização das trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social**. In: SIQUEIRA, D.; TEIXEIRA, E.; JOÃO GABRIEL, L. C.; PORTO, M.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO (Orgs.). T. **Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

STELA GROSSO (Orgs.). **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: UnB, 1991.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEIXEIRA, A. B. (Org.). **Fêmeas**. Caderno Vivo. 2 ed. Natal: Publicação do Mandato do Vereador Olegário Passos, 2003.

TEIXEIRA, E. O Local e o Global: **Limites e Desafios da Participação Cidadã**. São Paulo: Cortez Editora; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

THIOLIENT, M. J. M. **Crítica, metodologia social e enquete operárias**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1987.

_____. **Metodologia da pesquisa ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho Societal dos Sem-Terras no Brasil: 500 Anos Depois. **ABRA**, São Paulo, n.25, v. 28, 2001.

THOMPSON. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: v.I .A Árvore da Liberdade**.

Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra 2004.

TOURAINÉ, A. Os Movimentos Sociais. In: FORACCHI, M.; MARTINS, J.S. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos 1977.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Sites consultados durante a pesquisa:

<<http://www.ibge.gov.br> = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística>;

<<http://www.idema.gov.br> = Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente>;

<<http://www.cpt.org.br> = Comissão Pastoral da Terra>;

<<http://www.mst.org.br> = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra>;

<<http://www.nead.org.br> = Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural>;

<<http://www.incra.gov.br> = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária>;

<<http://www.mda.gov.br> = Ministério do Desenvolvimento Agrário>;

<<http://www.contag.org.br> = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura>;

<<http://www.ipea.gov.br>> = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada>;

<<http://www.rits.org.br> = Rede de Informação sobre o Terceiro Setor>;

<<http://www.adital.com.br> = Adital - Agência de Comunicação>;

<<http://www.mre.gov.br> = Ministério das Relações Exteriores>;

<<http://www.saudeanimal.com.br> = Site sobre a fauna brasileira>;

<<http://www.sof.org.br/marchamulheres> = Marcha Mundial das Mulheres>;

<<http://www.pronaf.gov.br> = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar>

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista



1) **ROTEIRO DE ENTREVISTA: Com as mulheres do assentamento Papel Mel**

História do PA Papa Mel.

Perfil do Assentamento.

•Perfil das mulheres do PA

Ações para o desenvolvimento do PA

- Âmbito econômico

- Âmbito social

- Âmbito político

2) **Este conjunto de questões objetiva obter dados referentes ao perfil das mulheres.**

Nome: _____

Número de membros da família: _____

Idade: () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 39 anos () Entre 40 e 49 anos () Entre 50 e 59 anos

() Acima de 60 anos

Grau de instrução: () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação

Lote: _____

Atividade principal: _____

Com as mulheres do conflito do acampamento ao assentamento/lote:

- Como se deu a luta pela terra?
- O que as motivou a ocupar a terra? Como se deu o processo de recrutamento das famílias e a ocupação? Quem os mobilizou? Como?
- O que motivou as mulheres a continuar no acampamento?
- As mulheres participavam das decisões no acampamento? Se sim, como? Se não, por quê?
- As mulheres participaram do processo de luta e de desapropriação da terra? Se sim, como? Se não, por quê?
- Para as mulheres que não ficaram no acampamento: qual sua visão da luta pela terra? O que faziam enquanto o marido estava no acampamento?
- O que significou a desapropriação da terra?
- As mulheres participam da associação do assentamento? Se sim, como? Se não, por quê?
- O que seus maridos acham de sua participação na associação e no assentamento?
- Como as mulheres se inserem na vida do assentamento em termos produtivos, políticos-organizativos, cargos na associação, etc.?
- Como é o dia a dia de vocês? E da comunidade?
 - Trabalho.
 - Comemorações (feira, rezas, festas, quermesses, barraquinhas, mutirões).
- Como são tratadas as coisas mais sérias?
 - Reuniões.
 - Projetos comunitários.
- Quando vocês vão fazer alguma coisa para o bem do Assentamento quem “toma a frente”?
 - Trabalho, comemorações, assuntos financeiros, projetos de capacitação, construção e melhoria de espaços comunitários, como igrejas, escolas, sede da Associação e transporte escolar.

Apêndice B -Modelo de autorização para a realização da entrevista



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

À entrevistada

Dálcio Rosário Alves, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, no nível de Mestrado em Educação, pela Universidade de Brasília, orientado pelo Professor Doutor Erlando da Silva Rêses, está realizando uma pesquisa intitulada *Das lutas às labutas: a resistência de mulheres na peleja por terra e educação no assentamento Papa Mel do MST*.

Com o estudo de campo, pretende-se recolher informação da máxima importância para a elaboração do trabalho científico, por isso venho solicitar autorização para a realização de entrevistas, rodas de conversas, registros fotográficos e filmagens, entendendo isso como um importante instrumento para a pesquisa em curso. Comprometo-me que os dados recolhidos serão somente utilizados no âmbito desta pesquisa. É necessário, também, autorização para utilizar todos os dados recolhidos na entrevista para futuras publicações. As informações concedidas e analisadas no estudo terão caráter sigiloso e, para isso, será garantido o seu anonimato, ou seja, sua identidade será preservada.

Desde já agradeço pela sua importante participação e colaboração!

O Pesquisador

Dálcio Rosário Alves

Tomei conhecimento e concordo

A ENTREVISTADA

Apêndice C - Autorização para realização da pesquisa no Assentamento Papa Mel



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Exmo. Senhor

Presidente da Associação do Assentamento Papa Mel

Dálcio Rosário Alves, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, no nível de Mestrado em Educação, pela Universidade de Brasília, orientado pelo Professor Doutor Erlando da Silva Rêses está realizando a seguinte pesquisa: *Das luta às labutas: a resistência de mulheres na peleja por terra e educação no assentamento Papa Mel do MST.*

Com este estudo de campo, pretende-se recolher informações da máxima importância para a elaboração do trabalho através de observação e aplicação de entrevistas às mulheres do Assentamento Papa Mel. Dessa forma, solicito a autorização de V. Ex.^a para aplicação das entrevistas, rodas de conversas, registros fotográficos, bem como minha permanência no Assentamento para que seja possível observar o cotidiano. Comprometo-me que os dados recolhidos serão somente utilizados no âmbito desta pesquisa.

Agradeço desde já toda a disponibilidade e colaboração.

O Pesquisador

Dálcio Rosário Alves

Tomei conhecimento e concordo

Presidente da Associação do Assentamento
